

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

ADIR FELLIPE SILVA SANTOS

**RACIALIDADES E A PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS NO
CONHECIMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO ENTRE 2001 E 2018**

**PONTA GROSSA
2022**

ADIR FELLIPE SILVA SANTOS

**RACIALIDADES E A PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS NO
CONHECIMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO ENTRE 2001 E 2018**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Silva.
Coorientador: Prof. Dr. Denilson Araujo de Oliveira.

PONTA GROSSA

2022

Santos, Adir Fellipe Silva
S237 Racialidades e a produção de artigos científicos no conhecimento geográfico brasileiro entre 2001 e 2018 / Adir Fellipe Silva Santos. Ponta Grossa, 2022.
160 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Silva.
Coorientador: Prof. Dr. Denilson Araujo de Oliveira.

1. Produção científica. 2. Racialidades. 3. Geografia brasileira. 4. Epistemologia. I. Silva, Joseli Maria. II. Oliveira, Denilson Araujo de. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. IV.T.

CDD: 910



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

ADIR FELLIPE SILVA SANTOS

RACIALIDADES E A PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS NO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO ENTRE 2001 A 2018

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Joseli Maria Silva (UEPG) - Presidente

Marcio Jose Ornat (UEPG)

Lorena Francisco de Souza (UFG)



Documento assinado eletronicamente por **Joseli Maria Silva, Professor(a)**, em 19/07/2022, às 17:06, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Ornat, Professor(a)**, em 19/07/2022, às 17:23, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1052127** e o código CRC **93C88C75**.

*Dedico aos meus pais, Nilce Mary e Adir Ferreira
As minhas irmãs, Daiane e Michelly*

AGRADECIMENTOS

À minha família, principalmente meus pais, Nilce e Adir, por toda a ajuda, tanto financeira como emocional.

Às minhas irmãs, Daiane e Michelly, e meus sobrinhos, Davi e Rafael, por todo o carinho.

Aos professores e professoras que tive ao longo desse caminho.

Aos colegas e amigos do mestrado, em especial a Bruna, Cíntia, Hortência e Emilyn.

À minha amiga Joelma, companheira em todos os momentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsas de pesquisa.

Aos professores Edson e Ivan, pelo auxílio metodológico.

Ao professor Denilson, por toda ajuda e pelos ensinamentos.

À professora Joseli, minha profunda gratidão pela parceria, pelo diálogo e por acreditar na pesquisa desde o início.

RESUMO

Esta pesquisa teve por finalidade compreender como as dinâmicas das racialidades compuseram a produção de artigos científicos na Geografia brasileira entre 2001 e 2018. Para a realização da pesquisa foi feita uma busca de artigos nos 98 periódicos on-line que fazem parte da área de Geografia no Sistema Qualis-CAPES em um universo de 25.437 artigos. Desse total, foram selecionados 452 artigos que estão relacionados à temática das racialidades. Além disso foram realizadas sete entrevistas, sendo três homens e quatro mulheres, que são docentes do ensino superior e que fazem parte do grupo chamado de geógrafas/os negras/os. O conteúdo dos artigos, bem como das entrevistas foram sistematizados por meio de análise de conteúdo, conforme indicam Bardin (2002) e Silva e Silva (2016). Como resultados das análises podemos afirmar que o campo das racialidades na Geografia corresponde somente a 1,8% de toda produção. As temáticas hegemônicas que sustentam essa produção são as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, tratadas sempre como coletivo ou grupo, sendo o conceito de território o seu fundamento. É nítida a hegemonia de autorias masculinas no que diz respeito à produtividade e legitimidade acadêmica, bem como as trajetórias das/os pesquisadoras/es entrevistadas/os apontam para limitações das racialidades no debate geográfico brasileiro

Palavras-chave: Produção científica. Racialidades. Geografia brasileira. Epistemologia.

ABSTRACT

This investigation aims to understand how the dynamics of racialities permeated the production of scientific papers in the Brazilian geography between 2001 and 2018. To develop the study, 98 online journals that are part of the Geography area of the Qualis-CAPES system were surveyed, which resulted in 25.437 papers. Out of that number, 452 papers were selected for being related to the theme of racialities. In addition, 7 interviews were carried out, the interviewees were 03 men and 04 women that are teachers in higher education institutions and belong to the group called black geographers. The content of the papers and the interviews were systematized using content analysis, as suggested by Bardin (2002), and Silva and Silva (2016). The results of our analysis showed that the field of racialities in the Brazilian Geography corresponds to only 1.8% of the whole production. Hegemonic themes that support this production are traditional communities, indigenous and *quilombolas*, which are always treated as collectives or groups, and the territory is their basis. The hegemony of male authorship regarding academic productivity and legitimacy is clear, and the trajectories of the researchers interviewed revealed limitations imposed to racialities in the Brazilian geographical debate.

Keywords: Scientific Production. Racialities. Brazilian Geography. Epistemology.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA GEOGRAFIA E A PRODUÇÃO SOBRE AS RACIALIDADES.....	73
GRÁFICO 2 – AUMENTO DO NÚMERO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E DE PERIÓDICOS POR ANO (1998-2019).....	75
GRÁFICO 3 – PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA GEOGRAFIA SOBRE AS RACIALIDADES.....	77
GRÁFICO 4 – PERIÓDICOS POR ESTRATO DE QUALIFICAÇÃO QUALIS-CAPES (2013-2016) – QUANTIDADE POR ESTRATO.....	79
GRÁFICO 5 – ARTIGOS DIVIDIDOS POR ESTRATOS DE QUALIFICAÇÃO QUALIS-CAPES (2013-2016).....	80
GRÁFICO 6 – GRUPOS DE SUJEITOS NOS ARTIGOS SOBRE RACIALIDADES.....	97
GRÁFICO 7 – DEBATE DAS RACIALIDADES NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	99
GRÁFICO 8 – PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.....	101
GRÁFICO 9 – PRODUÇÃO SOBRE RACIALIDADES EM ARTIGOS CIENTÍFICOS DE PERIÓDICOS NACIONAIS.....	103
GRÁFICO 10 – PROCEDÊNCIA DOS AUTORES QUE PRODUZEM SOBRE RACIALIDADES CONSIDERANDO SOMENTE PRIMEIRA AUTORIA.....	105

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DADOS GERAIS DAS/OS PESQUISADORAS/ES ENTREVISTADAS/OS	126
--	-----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – OPERACIONALIZAÇÃO DOS ARTIGOS SOBRE RACIALIDADES	27
FIGURA 2 – ESQUEMA DE CONVERSÃO DA REDE BIMODAL (TWO-MODE) PARA UNIMODAL (ONE-MODE)	32
FIGURA 3 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	35
FIGURA 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS PELO <i>SOFTWARE OPENREFINE</i>	36
FIGURA 5 – OPERACIONALIZAÇÃO DA CATEGORIZAÇÃO DO DISCURSO NO SOFTWARE TAGUETTE.....	45

LISTA DE CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA 1 – NÚMERO DE ARTIGOS POR INSTITUIÇÃO	106
--	-----

LISTA DE GRAFOS

GRAFO 1 – REDE BIMODAL DE ARTIGOS E PALAVRAS-CHAVE.....	30
GRAFO 2 – REDE UNIMODAL DE PALAVRAS-CHAVE.....	33
GRAFO 3 – REDE BIMODAL DE FRASE E PALAVRAS PESQUISADORES BRANCOS.....	38
GRAFO 4 – REDE UNIMODAL DE PALAVRAS PESQUISADORES BRANCOS.....	39
GRAFO 5 – REDE BIMODAL DE FRASE E PALAVRA TRAJETÓRIA.....	40
GRAFO 6 – REDE BIMODAL DE PALAVRAS TRAJETÓRIA.....	41
GRAFO 7 – REDE BIMODAL DE FRASE E PALAVRA PRODUÇÃO SOBRE RACIALIDADES.....	43
GRAFO 8 – REDE UNIMODAL DE PALAVRAS PRODUÇÃO SOBRE RACIALIDADES.....	44
GRAFO 9 – REDE BIMODAL DE CATEGORIA E PALAVRA.....	46
GRAFO 10 – REDE UNIMODAL DE CATEGORIA.....	48
GRAFO 11 – REDE TOPOLÓGICA DAS PALAVRAS-CHAVE COM MAIOR CENTRALIDADE DE INTERMEDIÇÃO.....	89
GRAFO 12 – REDE UNIMODAL DE COMUNIDADES DE PALAVRAS-CHAVE.....	93
GRAFO 13 – REDE UNIMODAL DE PALAVRAS-CHAVE ORGANIZADA POR COMUNIDADES COM MODULARIDADE 1.5.....	94
GRAFO 14 – REDE TOPOLÓGICA DE PALAVRAS COM MAIOR CENTRALIDADE DE INTERMEDIÇÃO.....	127
GRAFO 15 – REDE TOPOLÓGICA DE PALAVRAS COM MAIOR CENTRALIDADE DE INTERMEDIÇÃO.....	129
GRAFO 16 – REDE TOPOLÓGICA DE PALAVRAS COM MAIOR CENTRALIDADE DE INTERMEDIÇÃO.....	131
GRAFO 17 – REDE TOPOLÓGICA DE CATEGORIAS COM MAIOR CENTRALIDADE DE INTERMEDIÇÃO.....	136
GRAFO 18 – REDE UNIMODAL DE CATEGORIAS ORGANIZADO POR COMUNIDADE COM MODULARIDADE 1.0.....	139
GRAFO 19 – REDE UNIMODAL DE CATEGORIAS POR COMUNIDADES EM <i>CIRCLE PACK LAYOUT</i> COM MODULARIDADE 1.0.....	141

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – OPERACIONALIZAÇÃO DOS ARTIGOS SOBRE RACIALIDADES	28
TABELA 2 – MÉTRICAS DA REDE BIMODAL DE PALAVRAS-CHAVE ORGANIZADA POR GRAU PONDERADO	31
TABELA 3 – MÉTRICAS DA REDE UNIMODAL DE PALAVRAS-CHAVE ORGANIZADA POR GRAU PONDERADO	33
TABELA 4 – MÉTRICAS DA REDE BIMODAL DE FRASE E PALAVRAS PESQUISADORES BRANCOS	38
TABELA 5 – MÉTRICAS DA REDE UNIMODAL DE FRASE E PALAVRAS PESQUISADORES BRANCOS	39
TABELA 6 – MÉTRICAS DA REDE BIMODAL DE FRASE E PALAVRA TRAJETÓRIA	41
TABELA 7 – MÉTRICAS DA REDE UNIMODAL DE FRASE E PALAVRA TRAJETÓRIA	42
TABELA 8 – MÉTRICAS DA REDE BIMODAL DE FRASE E PALAVRA PRODUÇÃO SOBRE RACIALIDADES	43
TABELA 9 – MÉTRICAS DA REDE BIMODAL DE FRASE E PALAVRA PRODUÇÃO SOBRE RACIALIDADES	44
TABELA 10 – MÉTRICAS DA REDE BIMODAL DE CATEGORIA E PALAVRA.....	47
TABELA 11 – MÉTRICAS DA REDE UNIMODAL DE CATEGORIA E PALAVRA	48
TABELA 12 – AS 20 PALAVRAS-CHAVE COM MAIOR CENTRALIDADE DE GRAU PONDERADO	90
TABELA 13 – AS 24 ARESTAS COM MAIOR PESO DE RELAÇÃO ENTRE AS PALAVRAS-CHAVE	90
TABELA 14 – ARTIGOS SOBRE RACIALIDADES, DISTRIBUÍDOS POR PAÍSES EM PERIÓDICOS BRASILEIROS	104
TABELA 15 – AUTORIAS ACIMA DE TRÊS ARTIGOS SOBRE RACIALIDADES.....	120
TABELA 16 – AS 25 ARESTAS COM MAIOR INTERAÇÃO ENTRE AS PALAVRAS – PESQUISADORES BRANCOS.....	128
TABELA 17 – AS 25 ARESTAS COM MAIOR INTERAÇÃO ENTRE AS PALAVRAS – TRAJETÓRIA FAMILIAR E ACADÊMICA.....	129
TABELA 18 – AS 25 ARESTAS COM MAIOR INTERAÇÃO ENTRE AS PALAVRAS – RACIALIDADE NO TRABALHO E NA PROPOSIÇÃO CIENTÍFICA	131
TABELA 19 – AS 25 ARESTAS COM MAIOR INTERAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS	136

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
CAPÍTULO 1 FAZENDO O PROCESSO DE PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE PESQUISA E SE FAZENDO PESQUISADOR	18
1.1 A TRAJETÓRIA PESSOAL E A CONSTRUÇÃO DA RACIALIDADE BRANCA .	18
1.2 A CONSTRUÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA	24
1.2.1 Os artigos sobre racialidades na Geografia brasileira	26
1.2.2 Entrevistas.....	34
CAPÍTULO 2 CONHECIMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO, PRODUÇÃO CIENTÍFICA E RACIALIDADES	50
2.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO EM PERIÓDICOS.....	50
2.2 RACIALIDADES E CIÊNCIA: RELAÇÕES DE PODER E A PRODUÇÃO DE EPISTEMICÍDIO.....	58
2.3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE ARTIGOS SOBRE AS RACIALIDADES	69
CAPÍTULO 3 ABORDAGENS SOBRE RACIALIDADES NAS REVISTAS CIENTÍFICAS BRASILEIRAS	82
3.1 OS TEMAS E CONCEITOS HEGEMÔNICOS QUE TRATAM DAS RACIALIDADES	83
3.2 OS GRUPOS SOCIAIS HEGEMÔNICOS DAS ABORDAGENS DAS RACIALIDADES	95
3.3 OS LOCAIS E AS INSTITUIÇÕES QUE PRODUZEM SOBRE AS RACIALIDADES	101
CAPÍTULO 4 O CAMPO DAS RACIALIDADES NA GEOGRAFIA: PESSOAS, LIMITES E RESISTÊNCIAS	110
4.1 PESQUISADORES E PESQUISADORAS QUE PESQUISAM O CAMPO DAS RACIALIDADES NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	110
4.2 OS LIMITES ENFRENTADOS E AS RESISTÊNCIAS PARA A INSTITUIÇÃO DAS RACIALIDADES NA GEOGRAFIA BRASILEIRA	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	151
GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS DA TEORIA DAS REDES SOCIAIS	157
APÊNDICE A ROTEIRO DE ENTREVISTA	159

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para o desenvolvimento desta dissertação possuímos como fio condutor a questão central: Como as dinâmicas das racialidades compuseram a produção de artigos científicos de pesquisadoras/es negras/os no conhecimento geográfico brasileiro entre 2001 e 2018? Tal questionamento advém dos movimentos dentro da própria Ciência, que tem um caráter de privilegiar determinados temas e silenciar outros, sendo que o tema das racialidades é silenciado dentro do conhecimento geográfico. Entender como o campo da Geografia foi se estruturando é o primeiro passo do reconhecimento de diferentes abordagens e denunciar o processo de epistemicídio que a temática racial sofre dentro do conhecimento científico.

A racialidade é entendida aqui, baseado em Mbembe (2018 [2013]), como as relações de poder que moldam a sociedade a partir de características corpóreas, estéticas, culturais, produzindo um sistema de opressão e subjugação para sujeitos que não estão na norma estabelecida, tendo o branco como referência, como explica Cardoso (2008). Dessa forma, o processo de racialização da sociedade tem como foco definir o outro, nas palavras de Bento (2002), sendo esse outro o que não se assemelha ao padrão branco, gerando inúmeras situações sociais de inferioridade e até mesmo destituindo a humanidade (MBEMBE, 2018 [2013]). Com isso, esta pesquisa está centrada nas discussões em torno das racialidades negras, questionando as relações de poder que estão impostas nessa racialização da sociedade.

É perceptível que o campo científico é marcado por seu caráter eurocêntrico, sendo este polo estreitamente interligado à produção de conhecimento (SILVA, 2009a). A colonialidade sendo o lado obscuro da modernidade, segundo Mignolo (2004), organiza a sociedade, hierarquizando e negando tanto a cultura, costumes e o conhecimento. Seguindo essa linha, a Ciência Moderna é estruturada com base na produção científica pautada na centralidade europeia, com ideais de neutralidade, objetividade e universalidade. Destacar como a Geografia está estruturada em termos de produção científica se torna fundamental para denunciar as relações de poder que negam essas temáticas e produzem resistências a sujeitos e sujeitas na produção de conhecimento, como explanado por Carneiro (2005).

Com isso, as produções que estão relacionadas às racialidades são desconsideradas como científicas, inviabilizando a produção de pessoas que não

detém a racionalidade moderna, em que mulheres, LGBTQIA+ e não brancos são incapazes de produzir conhecimento e as produções sobre esses temas não são consideradas científicas, e, tal como no caso das racialidades, muitas vezes são tachadas como militância (GUIMARÃES, 2015).

Esse projeto da branquitude em não considerar as pesquisas relacionadas as relações raciais e até mesmo de negar essas pesquisas, como também as relacionadas à racialidade branca, mostra o projeto de invisibilizar e manter os privilégios da branquitude (BENTO, 2002). Isso faz com que os questionamentos quanto às relações de poder não sejam realizadas, se perpetuando as situações de negação dessas temáticas.

É importante destacar que é tensionando o campo científico, a partir do trabalho com essas temáticas, que se busca dar visibilidade e denunciar as ausências e silenciamentos sofridos ao longo do tempo. A necessidade de se trabalhar com as racialidades e a produção de conhecimento é demarcar como a Geografia vem pensando e como ela produz o apagamento dos temas raciais nas discussões brasileiras. Além disso, Guerreiro Ramos (1995 [1957]) chama a atenção para a forma como os trabalhos são construídos, marcados principalmente com uma visão dos sujeitos como objetos de pesquisa, mas é perceptível uma mudança nos últimos anos, principalmente com a entrada de negros intelectuais nos cursos de graduação e pós-graduação (SANTOS, 2007).

Os artigos científicos on-line são um importante referencial de como o campo está sendo construído, pelo fato de serem o meio de divulgação científica mais utilizado atualmente e que consegue atingir o maior número de pessoas, por estarem disponíveis gratuitamente e no formato digital.

Pensando na estruturação desse campo, o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) criou e mantém o Observatório da Geografia Brasileira (OGB), o qual tem catalogado os artigos de revistas nacionais on-line, gerenciados e avaliados pelo sistema Qualis-CAPES da Geografia. O OGB é organizado a partir dos estratos de qualificação, sendo o A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, e por periódicos. Abrange o período de 1939 a 2019, com um total de 25.437 artigos, distribuídos em 98 revistas, depositados no programa *Zotero*.

Dessa forma, para tentar responder às duas primeiras sub-questões que estão ligadas à questão central, emergem os questionamentos: “*Quais foram as abordagens sobre racialidades nos artigos produzidos nas revistas científicas de Geografia no*

período de 2001 a 2018?”; e “*Como se estabeleceu a dinâmica espacial e temporal da produção de artigos científicos sobre racialidades?*”. Assim, foi realizada uma busca no OGB, por título e palavras-chave dos artigos, a partir de determinados termos que tem relação com as racialidades, acreditando que as questões raciais vão além das relações de ‘raça’ e ‘racialidade’. Por isso foram consideradas outras expressões a fim de constituir um campo de investigação sobre elementos que compõem a ideia de raça, sendo elas: raça, racialidade, racismo, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, 10.639¹ e movimento negro. A sistematização de dados teve como enfoque a dinâmica espacial, temporal e temática dos artigos encontrados, com apoio de ferramentas computacionais, conforme descrito em Silva e Silva (2016).

Então, buscou-se responder a última subquestão da dissertação: *De que maneira se estabeleceram os limites e resistências à abordagem das racialidades na Geografia brasileira segundo o discurso de pesquisadoras/es negras/os?* Para responder essa subquestão, foi utilizada uma amostra de pesquisadores que discutem as questões raciais na Geografia e que compuseram o grupo de pesquisadoras/es negras/os reunidos no Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), realizado na Universidade de São Paulo em 2019. Também foi elaborado um questionário pelo *Google Forms*, e enviado aos autores que tinham dois ou mais artigos na amostra levantada pela busca no OGB. Com essa amostra, foram realizadas entrevistas, e estas posteriormente transcritas. A sistematização dos dados se deu com base em Silva e Silva (2016), pela análise das redes sociais, e posteriormente a categorização do conteúdo transcrito, com apoio em Bardin (2002), revelando as tendências discursivas.

Por fim, a estrutura de redação do trabalho está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo retrata a trajetória pessoal e de formação científica na constituição da minha posicionalidade e reflexibilidade nesta pesquisa. Também é explicitada a construção e o percurso metodológico percorrido na elaboração deste trabalho. No segundo capítulo se faz uma discussão em torno das relações de poder que compõem a Ciência, problematizando as hierarquizações e os processos de ausência e silenciamentos de temáticas, conceitos e sujeitos, caracterizando-os como não

¹ Este número se refere à lei que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrobrasileira nas escolas nos níveis fundamental e médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm>.

pertencentes ao conhecimento científico. Se faz também uma discussão em torno das racialidades e racismo, os quais estão nas entranhas da organização da Ciência Moderna e fazem com que ocorra o epistemicídio de temáticas. Ainda no segundo capítulo é realizada uma análise das discussões do campo das racialidades na Geografia, em termos de publicação de artigos, em periódicos nacionais em formato digital, com avaliação na área de Geografia, apresentando como esse debate foi construído no conhecimento geográfico brasileiro. No terceiro capítulo é explanado sobre a estruturação do campo das racialidades no Brasil, em termos de temas e grupos sociais abordados nas publicações referentes às racialidades, evidenciando a dinâmica de construção das pesquisas e problematizando as relações de poder impregnadas na Ciência. Nesse capítulo, também abordamos os locais de produção referentes às racialidades com base nos artigos coletados, como também as instituições que estão produzindo conhecimento sobre a temática. Por último, o quarto capítulo explora quem está produzindo sobre as relações raciais nos periódicos de Geografia nacional, destacando-se os principais autores que produzem sobre as racialidades e revelando as principais autorias sobre a temática na Geografia brasileira. Também são explorados nesse capítulo os limites e resistências que as/os pesquisadoras/es negras/os enfrentam na Geografia ao tratarem o tema das relações raciais em pesquisas, além das trajetórias acadêmicas dessas/es pesquisadoras/es.

CAPÍTULO 1

FAZENDO O PROCESSO DE PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE PESQUISA E SE FAZENDO PESQUISADOR

Este capítulo tem por objetivo evidenciar minha posicionalidade de pesquisador e ao mesmo tempo a trajetória pessoal e de construção desta pesquisa. São momentos complementares, pois o fazer científico está diretamente ligado com o sujeito que pesquisa, interferindo e agindo no processo de conhecimento, não sendo desprovido de relações de tempo e espaço. Assim, é fundamental refletir sobre a posicionalidade e explicitar as escolhas e o caminho metodológico para a construção desta dissertação.

Dessa forma, a primeira seção está diretamente relacionada a construção do pesquisador deste trabalho, com sua posicionalidade e reflexão em torno, principalmente, da racialidade branca, assumindo a posição de sujeito branco na construção da pesquisa. A segunda seção descreve o percurso metodológico trilhado para a construção desta dissertação, evidenciando as escolhas estabelecidas para dar visibilidade ao fenômeno investigado.

1.1 A TRAJETÓRIA PESSOAL E A CONSTRUÇÃO DA RACIALIDADE BRANCA

A construção da pesquisa é permeada pelas vontades e desejos de quem realiza, e, por isso, é impossível ter uma construção científica pela neutralidade do sujeito, pois o pesquisador sempre interfere na sua produção. Com essas palavras, é imprescindível explanar sobre a trajetória pessoal para a construção da pesquisa.

Nascido e criado no distrito do Socavão, zona rural do município de Castro-PR, no bairro denominado de Água Vermelha, minha história tem seus primeiros passos nessa porção do Primeiro Planalto paranaense, a qual foi de extrema influência para a construção de quem sou hoje.

A localidade, que está a mais 50 km da zona urbana do município, foi o início da minha leitura geográfica do mundo, questionando principalmente as leituras e subjugações realizadas por muitas pessoas, que expressavam uma inferioridade para quem é da zona rural. Esses questionamentos foram me moldando desde os primeiros passos na educação formal até a entrada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Licenciatura em Geografia.

Cresci em um ambiente em que o estudo estava em primeiro lugar, sendo estimulado por meus pais, ambos com o Fundamental I incompleto. Mesmo meus pais

não tendo estudado, sempre viram na educação uma forma de melhoria de vida. Meu pai, lavrador, trabalhou na 'roça', sempre buscando o melhor para a formação dos seus três filhos, sendo o dono de casa, aquele que sempre nos cuidou. Minha mãe, como faxineira da 'escolinha' do Fundamental 1 do bairro, do, sempre foi a provedora financeira, a qual sustentava a casa.

Pelo trabalho de minha mãe, tive a oportunidade de, desde pequeno, estar na escola, mesmo quando não como aluno, mas vivenciando a maior parte dos dias, pois ficava na casa da minha avó, que morava ao lado da escola. Desde pequeno já me interessava pelos livros, que foi o pontapé para aprender a ler, ficando fascinado com as histórias.

A minha leitura geográfica teve início a partir dos mapas e bandeiras e posteriormente pelos aspectos físicos, voltada às formas de relevo, algo que me aguçava o conhecimento. Minha infância foi muito voltada às brincadeiras, principalmente com meus primos e minha irmã, sendo que as brincadeiras de escolinha eram sempre as corriqueiras, e desde essa fase já despertava em mim o interesse em ensinar. A Geografia sempre se fazia presente, principalmente em períodos de Copa do Mundo de futebol, que me deixava aguçado em saber os motivos de ter horários diferentes.

O desejo em ser professor tem relação com a vontade de ensinar as outras pessoas, algo que sempre gostei, e todos ao meu redor viam minha facilidade em repassar o conteúdo e o fato de sempre gostar de ensinar meus colegas, principalmente os mais novos. O interesse em ser professor já pairava a realidade desde a infância, e foi se concretizando ao longo do período escolar, principalmente em trabalhos de apresentação, despertando esse lado de estar repassando o conteúdo.

Meus pais não conseguiram continuar seus estudos, conservando essa vontade para os seus filhos, além de perceberem a importância da formação e também da mudança de vida. Com isso, apoiaram e deram todo o suporte para a formação minha e de minha irmã, a qual terminou o ensino médio.

A maior parte de minha infância esteve relacionada com a vida no campo, e raras vezes no ano, principalmente com minha mãe, ia para a cidade, o que levava uma eternidade, por conta da distância e da estrada com muitos buracos e poeira. O imaginário construído da cidade e comportamentos adotados era totalmente diferente daquilo presente na realidade da comunidade que fui criado, o que foi sendo percebido

pelas relações que eram estabelecidas, comportamentos distintos, pois o lugar representava o progresso, a modernidade. Essa percepção era entendida pela vestimenta, em que a melhor roupa era usada para ir à cidade, para não demonstrar que era do interior. Desde aí, o questionamento quanto as relações de poder, começaram a me instigar e questionar dos motivos de ter um comportamento diferente, muitas vezes para não sofrer hostilização.

Com essa característica, percebendo a constituição de hierarquias sociais, entrei na escola e comecei a ter um contato mais frequente com pessoas que moravam em comunidades quilombolas, principalmente da comunidade do Limitão. Por muito tempo, desde a minha entrada aos 6 anos de idade, na Escola Municipal José Neri Carneiro de Napoli, que ficava a 23 quilômetros de minha casa, que eram percorridos diariamente, até o início do Ensino Médio, não compreendia o significado de comunidade quilombola, e só após o primeiro ano do Ensino Médio começava ter essa definição. No entanto, o contato com essas pessoas foi estreitando relações de amizade, até mesmo nas festas religiosas das comunidades, frequentes em cada localidade. Essa relação começou a ter laços mais profundos e com o convívio diário, fui percebendo determinadas situações que aconteciam, principalmente com meus amigos que eram dessas comunidades, pois até então não tinha a compreensão do que acontecia.

As situações ao longo do avanço escolar eram melhores percebidas, situações de utilização de termos pejorativos e de cunho racista proferidas por outros alunos e também por professores, pois no Ensino Fundamental e Ensino Médio, o colégio que estudava tinha professores que vinham da cidade, da zona urbana e/ou de outras cidades, como Ponta Grossa. Essa situação era percebida, mas eu não entendia os motivos, muito relacionado pela não formação das questões raciais na escola, e mesmo quando o conteúdo estava presente, este sempre apresentava uma visão de inferiorização e de escravização das populações negras e indígenas.

Dessa forma, as influências na trajetória pessoal estão alinhadas aos interesses de pesquisa e a construção de pesquisador no conhecimento científico. Rose (1997) argumenta que as nossas interpretações são realizadas por aquilo que somos e vivenciamos ao longo da nossa história.

Com isso, o meu desejo para entender os motivos do tratamento que sofriam meus amigos e colegas das comunidades quilombolas já estava presente desde o

período da educação básica, principalmente no Ensino Médio, quando comecei a ter as primeiras leituras e definição dessas comunidades.

A minha entrada na Geografia foi o momento em buscar compreender as relações de poder presentes na sociedade, e, principalmente, entender a minha realidade.

O momento da entrada na UEPG foi marcado por vários sentimentos, sendo um momento de angústia, medo, tristeza e muita vontade de viver essa nova experiência. Esses sentimentos estavam presentes principalmente por estar adentrando uma realidade que até então não conhecia, pois vim para Ponta Grossa, o que era algo extremamente raro na minha infância, e quando isso acontecia estava relacionado a consultas médicas ou exames.

Desde o início da graduação o meu interesse pela pesquisa era evidente, principalmente relacionado em buscar compreender as relações de poder presentes na escola, em relação as comunidades quilombolas. Dessa forma, entrei no PIBIC (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica), tendo o projeto voltado para os estudos do processo de escolarização das comunidades quilombolas nos Campos Gerais.

A minha pesquisa está relacionada às questões raciais e à educação, sendo de grande importância para entender as situações que ocorriam no meu tempo como aluno da educação básica e que despertaram o interesse em entender as relações de poder em torno das racialidades, o que se deu primeiramente pelo ensino. A minha monografia de final do curso teve relação com essa temática, buscando compreender a atuação de professoras/es em escolas que recebem alunos advindos de comunidades quilombolas e a aplicação da Lei nº 10.639/03, sendo escolhido como local de análise o colégio em que fui aluno. Essa escolha foi pautada pela presença de alunos de comunidades quilombolas, mas também para questionar os momentos presenciados como aluno. Com isso, ficam evidentes as argumentações de Rose (1997), de que nossas pesquisas são reflexos de quem somos.

Tanto a minha construção como aluno nas disciplinas do curso como as pesquisas desenvolvidas no PIBIC foram me instigando a cada vez mais pesquisar sobre a temática e questionar os motivos das discussões das racialidades não estarem mais evidentes na Geografia, principalmente nas disciplinas como Geografia da População. Dessa forma, em 2019, comecei a dar os primeiros passos na pós-graduação, e além do processo de seleção para o mestrado, realizei uma disciplina

ofertada pelo programa, relacionada às comunidades tradicionais, pois meu foco de pesquisa continuava nas comunidades quilombolas.

Ingressar como aluno do mestrado era algo até então inimaginável, sendo um sonho estar na pós-graduação, principalmente sob orientação da professora Joseli Maria Silva e fazer parte do Grupo de Estudos Territoriais. Porém, o início foi da felicidade à frustração novamente, sendo o início também da pandemia da Covid-19 e do isolamento social, que paralisaram as atividades. O sonho começou a virar um pesadelo, principalmente pois a pesquisa inicial, relacionada às comunidades quilombolas, no momento era inviável, por conta do isolamento. Em aliança com a professora Joseli, a pesquisa foi mudada, desenhando-se adaptando para questionar a produção científica e as relações de poder na produção em torno das racialidades.

Nesse processo de estudar a produção científica das racialidades na Geografia brasileira, juntamente com a Cintia Lisboa, a professora Joseli nos orientava, sendo uma marca do seu trabalho a pesquisa triangular, analisando e abordando um fenômeno amplo em mais de uma dimensão. Esse modelo leva ao entendimento de que a construção de conhecimento não é isolada e solitária, pois a Ciência é parcial e dialógica, sendo fruto de trabalhos em conjunto. Por isso, a pesquisa ocorreu dessa forma, com o trabalho triangulado, compartilhando o mesmo banco de dados sobre a produção de artigos que tem relação com as racialidades, mas sendo o foco de duas pesquisas, em que a Cíntia está preocupada em entender a produção das racialidades por mulheres, questionando as relações raciais e de gênero, enquanto a minha pesquisa teve o foco em compreender como o campo das racialidades foi construído na Geografia, além dos limites e resistências na proposição científica referente à temática.

A trajetória de construção da pesquisa é constante e passa pelo entendimento da posicionalidade e intenção de quem faz pesquisa, não sendo neutro no processo. Isso demonstra que as nossas posições espaciais e temporais estão diretamente conectadas à produção de conhecimento, demonstrando minha posicionalidade e o alinhamento epistemológico presente nesta dissertação, pois:

A pesquisa feminista se faz com comprometimento da atenção com a força da tradição epistemológica, o cuidado com os limites e fronteiras teóricas e metodológicas que moldam nossa maneira de pensar a geografia e perpetuam silenciamentos, ausências e marginalizações, a preocupação com o contexto relacional da investigação e a coragem de nos situarmos no processo investigativo, cultivando a reflexibilidade sobre todos os aspectos

anteriores, que são interdependentes entre si (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 21).

Dessa forma, o pesquisador interfere no processo de pesquisa com suas escolhas metodológicas e conceituais, bem como seus temas e sujeitos evidenciados, pois a Ciência é corporificada, além de ser espacialmente e temporalmente referenciada, baseada naquilo vivenciado ao longo de sua história. Por isso, minha corporeidade como pesquisador branco e as vantagens sociais que recebo ao longo do tempo precisam e devem ser refletidas e questionadas. Com isso, entender a posição de um pesquisador branco é evidenciar as vantagens sociais adquiridas ao longo do tempo, como aponta Cardoso (2008).

Assim, a minha posicionalidade como branco é um fator importante na construção da pesquisa, sendo um questionamento constante das vantagens sociais que recebo ao longo da vida e na própria Ciência por minha racialidade branca, pois reconhecendo a nossa posição como elemento de interpretação da pesquisa, como aponta Linda McDowell (1992). Questionar o branco como pertencente a racialidade é o primeiro passo de pensar na construção das hierarquias raciais, em que a racialização branca nunca foi questionada, entendendo como separada e não classificada, sendo o ponto de comparação para a hierarquização racial (BENTO, 2002). Dessa forma, é importante questionar a construção da Ciência e os mecanismos de reforçar e manter as relações de poder das racialidades nas quais o meio científico foi construído e moldado pela hegemonia da branquitude e a construção de barreiras para não brancos, como afirma Yancy (2012). A branquitude é também um processo social ativo, que criou e ainda produz mecanismos que configuram o branco como 'normal' e 'natural', ou seja, universal (BENTO, 2002)².

Sendo eu um pesquisador branco questionando as relações de poder e as racialidades negras, primeiramente é necessário entender minhas vantagens sociais e que a construção científica foi baseada nas hierarquias de temas e sujeitos. A partir da posicionalidade aqui refletida, evidencio o caminho percorrido e o modelo de análise utilizado na construção desta dissertação.

² As reflexões em relação a branquitude foram realizadas no Capítulo 4.

1.2 A CONSTRUÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA

A Ciência é marcada por relações de poder que hierarquizam temas, conceitos e sujeitos, estabelecendo hegemonias (SILVA, 2009a). Com isso, o conhecimento científico moderno, marcado pela colonialidade, estabeleceu a Europa como centro da produção de Ciência e o modelo a ser seguido (CRUZ, 2017).

Dessa forma, para buscar entender como a Geografia brasileira foi estruturada, o Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (GETE-UEPG) criou e mantém o Observatório da Geografia Brasileira (OGB), que é um banco de artigos científicos de periódicos brasileiros *online*, com avaliação da Geografia, que abrange o período de 1939 a 2019. O OGB conta com um total de 25.437 artigos, correspondentes a um total de 98 revistas, distribuídas nos estratos de avaliação da CAPES, sendo os estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 depositados no programa *Zotero*.

Diante disso, o OGB permite realizar buscas a partir de termos, trazendo como retorno artigos que contem essas palavras. Esse banco de dados se torna um fundamental instrumento de análise da produção científica e a construção de hegemonias. Trabalhos como de Cesar (2015 e 2019) e Pinto (2017) tem como fonte de dados o OGB, mas eles estavam preocupados em discutir as relações de poder em torno do gênero.

Dessa forma, esta pesquisa busca entender a distribuição e como o campo das racialidades foi construído na Geografia em termos de artigos científicos, nas revistas brasileiras em formato digital. Essa base de análise se torna um importante meio para compreender a estruturação do campo, visto que os periódicos *online* se tornam atualmente, um importante meio de divulgação científica, pelo acesso livre e estarem disponíveis digitalmente, atingindo um maior número de pessoas.

Para isso, como primeiro passo, foi a construção das questões de pesquisa, que são:

- CENTRAL:

Como as dinâmicas das racialidades compuseram a produção de artigos científicos de pesquisadoras/es negras/os no conhecimento geográfico brasileiro entre 2001 e 2018?

- ESPECÍFICAS:

- a) Quais foram as abordagens sobre racialidades nos artigos produzidos nas revistas científicas de Geografia no período de 2001 a 2018?
- b) Como se estabeleceu a dinâmica espacial e temporal da produção de artigos científicos sobre racialidades?
- c) De que maneira se estabeleceram os limites e resistências à abordagem das racialidades na Geografia brasileira segundo o discurso de pesquisadoras/es negras/os?

A Geografia brasileira é marcada por estabelecer temáticas, conceitos e sujeitos hegemônicos na produção científica, o que faz com que o tema das racialidades, de gênero e sexualidade, sejam ignorados e não aceitos (SILVA, 2009a). Com isso, se torna fundamental entender a estruturação do campo em relação às racialidades, visto que temos, segundo o IBGE, mais de 50% da população que se auto declara preta ou parda. Com isso, esta exploração evidencia a construção do campo das racialidades na Geografia brasileira, entendendo dinâmicas, como movimento e desenvolvimento ao longo do tempo e espaço.

Esta pesquisa tem como o recorte temporal o período de 2001 a 2018. O estabelecimento de 2018 se dá pelo OGB, pois até o início das primeiras coletas era o ano que estava completo, com todos os artigos adicionados. Já a adoção do ano de 2001 tem consideração a três fatores: o primeiro tem ligação direta com o número de produções a partir desse período, em que temos um aumento significativo de produção nas revistas brasileiras de Geografia, tanto de forma geral como também relacionada às racialidades; em segundo, para Malachias (2006), foi nesse período, mais precisamente em 2001, que houve uma maior discussão em torno das racialidades, principalmente nos órgãos relacionados ao Governo Federal, ligado principalmente nas discussões em torno da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia Intolerância Correlata em Durban na África do Sul no ano de 2001, em que o Brasil teve representantes e assinou o compromisso da erradicação do racismo; e como fator principal, Santos (2007) argumenta que foi no início dos anos 2000 que houve uma maior ação para a população negra, com o início das cotas para o acesso ao ensino superior, e também com a obrigatoriedade do estudo de África e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos das disciplinas da educação básica, pela Lei 10.639/2003. Dessa forma, segundo o autor, pessoas interessadas no tema das racialidades conseguiram acesso ao ensino superior, retratando suas histórias e trajetórias em pesquisas, fazendo com que a temática

racial tivesse um crescimento de produção (SANTOS, 2007). Com tudo isso, se estabeleceu esse recorte temporal, pois se torna o principal período de ações de políticas públicas implantadas no Brasil pelo Governo Federal.

Para além de entender a estruturação do campo por meio dos artigos científicos, se torna necessário explanar sobre os limites e resistências de pesquisadoras/es na publicação de pesquisas sobre a temática racial. Para além de analisar a produção científica, a pesquisa evidencia as principais pessoas que estão produzindo conhecimento sobre as racialidades na Geografia brasileira.

1.2.1 Os artigos sobre racialidades na Geografia brasileira

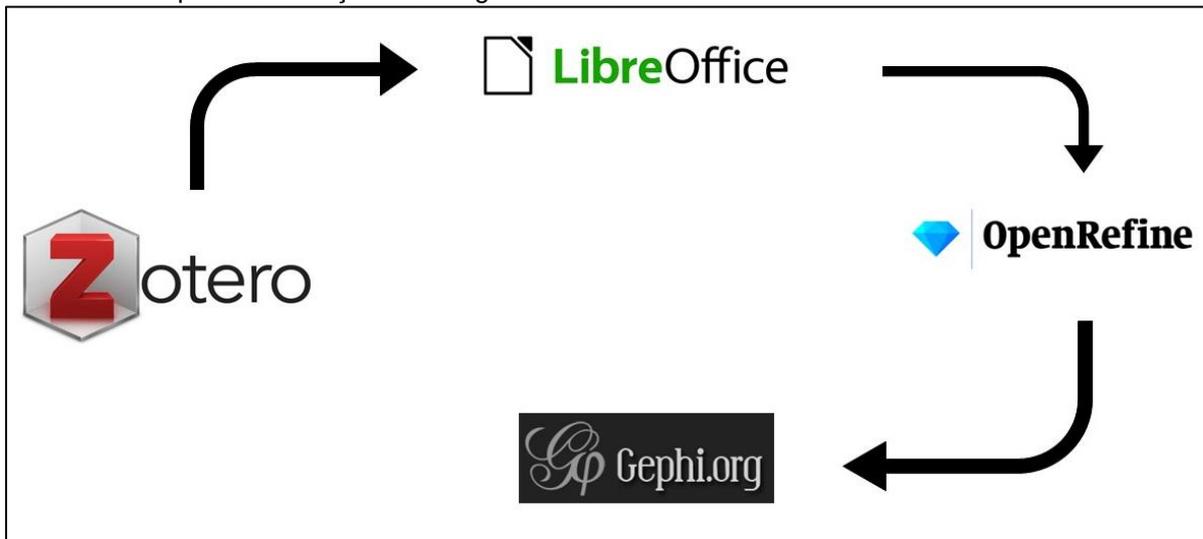
Como explicitado anteriormente, o Observatório da Geografia Brasileira permite realizar buscas por meio de termos, trazendo o retorno de artigos que contem essas palavras no título e/ou nas palavras-chave. Dessa forma, para compreender como a Geografia discutiu o tema das racialidades e para responder a duas primeiras questões específicas, o primeiro passo foi realizar uma consulta no OGB, para conseguir os artigos referentes às racialidades³. A Figura 1 mostra o esquema da operacionalização dos artigos, tendo como primeiro passo a coleta no *Zotero*, seguido da separação dos dados principais em planilhas, como as palavras-chave. Como terceira etapa houve a junção dos termos de mesma raiz semântica pelo *OpenRefine*⁴ e por último a elaboração das redes, pelo *software Gephi*⁵.

³ É importante salientar que embora existam campos disciplinares como a bibliometria, a cientometria e a infometria que se preocupam especificamente em construir conceitos para analisar a produção científica de diferentes domínios de saberes, esta pesquisa não tem a preocupação em aprofundamentos conceituais desses campos. Entretanto, alguns aspectos técnicos e quantitativas de construir a inteligibilidades dos movimentos científicos no campo das racialidades possam ser reconhecidos nesta pesquisa.

⁴ Disponível em <<http://openrefine.org>>.

⁵ Disponível em <<https://gephi.org/>>.

FIGURA 1 – Operacionalização dos artigos sobre racialidades



Organização própria, 2022.

A partir desse mecanismo de busca, foram elencados alguns termos que tem relação com a discussão racial, partindo da perspectiva conceitual de que as racialidades são constituídas pelas relações de poder. Por isso, acreditamos que as questões raciais vão além das relações de ‘raça’ e ‘racialidade’, e portanto foram consideradas outras expressões a fim de constituir um campo de investigação sobre elementos que compõem a ideia de raça. Assim, foi realizado o levantamento no OGB pelo título e pelas palavras-chave dos artigos, visto que correspondem a intencionalidade do autor em dar visibilidade ao fenômeno que pesquisa. No levantamento foram contemplados os seguintes termos: raça, racialidade, racismo, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, 10.639⁶ e movimento negro.

Após esse primeiro refinamento, houve como retorno um total de 452 artigos referentes às racialidades. Tomando esses artigos como base foram realizadas as análises separando por planilhas, destacando alguns dados essenciais para a análise, como os autores, sujeitos abordados, instituição das autorias, data de publicação e revistas, como demonstrado na Tabela 1. Esse recorte, ajuda a mapear a produção das racialidades em artigos científicos de periódicos brasileiros em formato digital.

⁶ Este número se refere à lei que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrobrasileira nas escolas nos níveis fundamental e médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm>.

TABELA 1 – Operacionalização dos artigos sobre raciedades

Título do artigo	Ano	Periódico	Qualis	Autoria 1	Autoria2	Instituição 1ª autoria	Instituição 2ª autoria
Aldeias e aldeamentos de índios	1959	Boletim Paulista de Geografia	B3	Aroldo De Azevedo	X	USP	X
A barragem de Ibirama e os índios	1987	Geosul	B1	Silvio Coelho dos Santos	X	UFSC	X
A Terceira Margem – índios e Ribeirinhos do Solimões	1989	Terra Livre	B1	Priscila Faulhaber	X	UNICAMP	X
Tradição Indígena e Ocupação Sustentável da Floresta	1989	Terra Livre	B1	Ailton Krenak	X	UNI-União das Nações Indígenas	X
O transcendente como tempo-lugar do sentido numa comunidade indígena	1995	Boletim Gaúcho de Geografia	B2	Graciela Chamorro	X	FAPERGS	X
O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945)	1999	Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais	B2	José Tavares Correia de Lira	X	USP	X
Os índios do Brasil e o seu mundo circundante	1999	Sociedade & Natureza	B2	Adler Guilherme Viadana	X	UNESP-RC	X
A geografia de 28piste de azevedo	2000	Geografia Unesp	B2	Rui Ribeiro de Campos	X	PUC-CAMPINAS	X
A propósito do anti-semitismo	2001	Caminhos de Geografia	A2	Carlos Alberto Póvoa	X	UFTM	X
Às margens do rio: educação intercultural e professores indígenas	2001	Revista do Departamento de Geografia	A2	Renato Antônio Gavazzi	X	CPI-AC	X
O espaço geográfico dos remanescentes dos antigos quilombos no Brasil	2001	Terra Livre	B1	Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	X	UnB	X
O Latifúndio Genético e a R-existência Indígena-Camponesa	2002	GEOgraphia	A2	Carlos Walter Porto Gonçalves	X	UFF	X
Un lugar en la bandera (la marcha zapatista)	2002	Terra Livre	B1	Georgina Calderón Aragón	X	Universidad Nacional Autónoma de México	X
A transformación del espacio en las comunidades indígenas de chiapas, 28pistemoló y cambio cultural en la región de los altos- méxico	2002	Boletim Goiano de Geografia	A1	Luiz Llanos Hernández	X	Universidad Autónoma Chapingo	X
A educação escolar indígena e a 28pistemo de professores de geografia	2003	Geografares	B2	Maria das Graças Cota	X	IPE	X
Desenvolvimento sustentável: Projeto Frutos do Cerrado em parceria com a Associação Vyty Cati, no Município de Carolina, Estado do Maranhão	2003	GEOGRAFIA (Londrina)	B1	Amália Maranhão Ribeiro	José Paulo Peccinini Pinese	UEL	UEL
Comunidade Kalunga: Trabalho e Cultura em Terra de Negro	2003	Geographia	A2	Gilmar Alves de Avelar	Marise Vicente de Paula	UFG-CT	UFG-CT
A constituição do espaço urbano de São Paulo (Brasil). Aspectos sobre a problemática indígena na relação contraditória cidade campo.	2003	GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)	A1	Anselmo Alfredo	X	USP	X
Imaginário, espaço e discriminação racial	2003	GEOUSP	A1	Maurício Waldman	X	USP	X
As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos	2004	Espaço e Cultura	B1	Alex Ratts	X	UFG	X

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Após a distribuição em planilhas foram extraídos dos artigos os principais dados, identificando, além da temporalidade, também suas autorias e procedência

institucional. A partir disso, foi realizado o detalhamento e a organização, identificando as principais autorias e os locais de produção que tem destaque no debate das racialidades na Geografia. Foi realizada também a análise dos artigos em termos de grupos de sujeitos representados nas publicações, sendo realizada uma leitura para identificar os sujeitos.

Após esse procedimento, as palavras-chave dos 452 artigos foram processadas. Essa etapa consiste, em um primeiro momento, em padronizar os termos que tem o mesmo significado e que estejam escritos de uma forma diferente, como por exemplo, ‘comunidades quilombolas’ e ‘comunidade quilombola’, que apresentam o mesmo significado porém são escritos de forma diferente, adotando-se assim uma única forma, para que conseguisse revelar os sentidos com as centralidades. Após esse passo, foi realizada a junção de termos com a mesma raiz semântica, com o apoio do software *OpenRefine*. Com esse procedimento foi perceptível a discrepância no preenchimento das palavras-chaves, visto que em que dois artigos não estava presente nenhuma indicação de palavras-chave, enquanto em outro constavam 19.

O conjunto de dados já processado foi submetido à metodologia de análise de redes sociais (ARS), com apoio do *software Gephi*. A análise consiste em revelar a conectividade entre as palavras-chave, indicando os sentidos produzidos por essas ligações, como explicam Silva e Silva (2016).

Como último passo, ocorreu a elaboração das redes semânticas pelo *software Gephi*, a partir dos resultados obtidos com a junção dos termos pelo *OpenRefine*. As elaborações das redes semânticas consistem em uma “análise de rede [que] toma a realidade a partir de suas relações, e a partir delas podemos calcular centralidades, densidades, estruturação em comunidades, etc.” (SILVA; SILVA, 2016, p. 140). Os autores ainda argumentam que ao considerar as relações entre as palavras, a rede “poderá revelar as tendências de sentidos produzidas em um conjunto discursivo” (SILVA; SILVA, 2016, p 140).

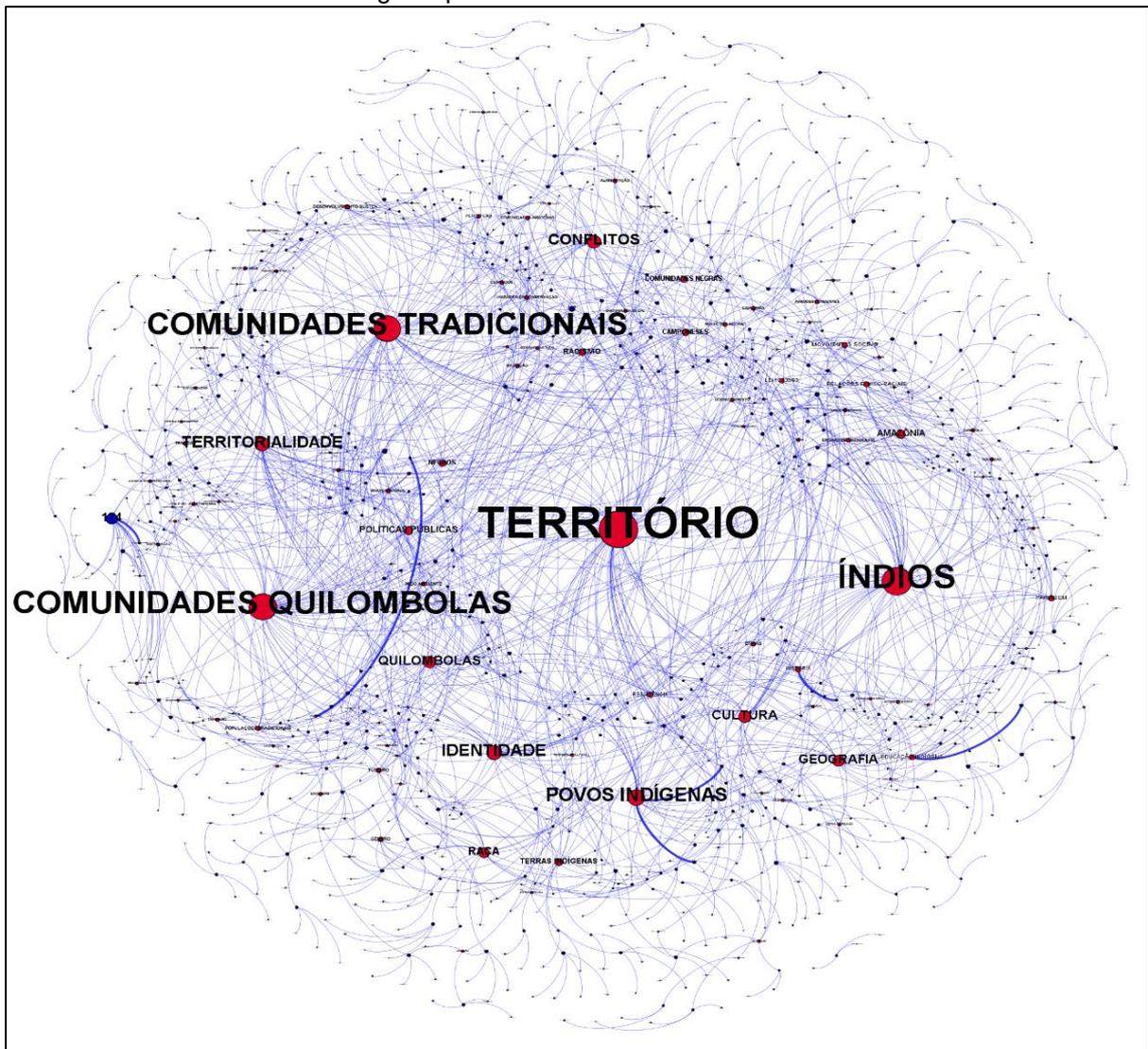
A rede inicialmente gerada é bimodal⁷ e composta por 1.252 nós, sendo 452 nós de artigos científicos (em azul) e 800 palavras-chave (em vermelho), conectados por 1.783 arestas. Essa rede é bem demonstrada pelo Grafo 1, enquanto a Tabela 2 expõe as métricas da rede bimodal, organizadas por grau ponderado⁸. Essa rede

⁷ Ver definição no Glossário.

⁸ Ver definição no Glossário.

inicial foi dimensionada por sua centralidade de intermediação⁹, que consiste em evidenciar os principais nós da rede, conforme apontam Higgins e Ribeiro (2018).

GRAFO 1 – Rede bimodal de artigos e palavras-chave



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Este grafo é uma rede dispersa, com densidade de grafo¹⁰ de 0,002, em função de 613 nós (76,6%) que apresentam grau 1, ou seja, aquelas palavras-chave que são citadas em apenas um artigo.

⁹ Ver definição no Glossário.

¹⁰ Ver definição no Glossário.

TABELA 2 – Métricas da rede bimodal de palavras-chave organizada por grau ponderado¹¹

Ranqueamento de palavras-chave	Grau	Grau ponderado	Excentricidade	Centralidade de proximidade	Centralidade de proximidade harmônica	Centralidade de intermediação	Modularidade de classe
TERRITÓRIO	74	74	6	0.28128	0.336549	0.24312	16
ÍNDIOS	56	56	6	0.275406	0.323715	0.197589	12
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	53	53	8	0.227047	0.262134	0.051795	23
COMUNIDADES TRADICIONAIS	52	52	8	0.251483	0.303452	0.159005	33
POVOS INDÍGENAS	30	32	8	0.246266	0.28154	0.055313	18
IDENTIDADE	28	28	8	0.255269	0.287926	0.065687	23
TERRITORIALIDADE	27	27	8	0.255819	0.289619	0.084208	34
CONFLITOS	25	25	8	0.241653	0.275062	0.048319	34
CULTURA	23	23	8	0.23759	0.270462	0.050089	16
QUILOMBOLAS	23	23	8	0.231204	0.264623	0.04809	21

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

A rede bimodal foi submetida a uma projeção multimodal¹² resultando em uma nova rede unimodal¹³ composta por 800 palavras-chave (nós), conectadas por 2.654 arestas (ligações).¹⁴ Essa conversão em somente um tipo de nó implica em suprimir os nós referentes aos artigos, estabelecendo meta-relações¹⁵ entre as palavras-chave; O esquema de transformação de rede bimodal para unimodal pode ser observado na Figura 2.

¹¹ A definição dos termos apresentados na tabela, pode ser visualizado no Glossário.

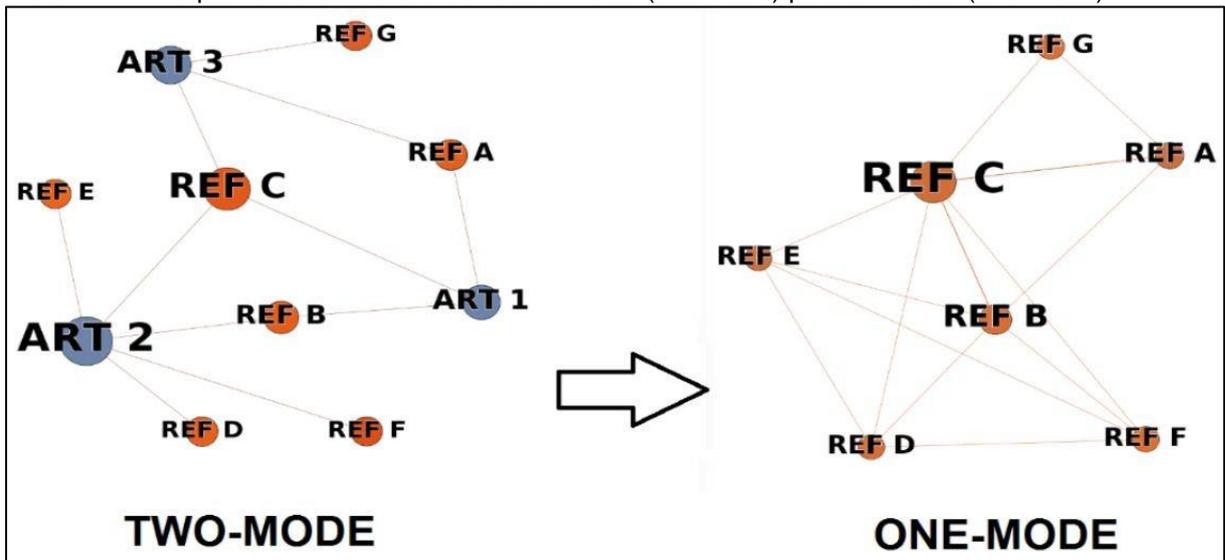
¹² Ver definição no Glossário.

¹³ Ver definição no Glossário.

¹⁴ Os arquivos no formato ‘.csv’ utilizados para a montagem das redes estão disponíveis para verificação e teste em: <<https://www.kaggle.com/datarepositoty1/geografia-e-racialidade>>.

¹⁵ Ver definição no Glossário.

FIGURA 2 – Esquema de conversão da rede bimodal (two-mode) para unimodal (one-mode)

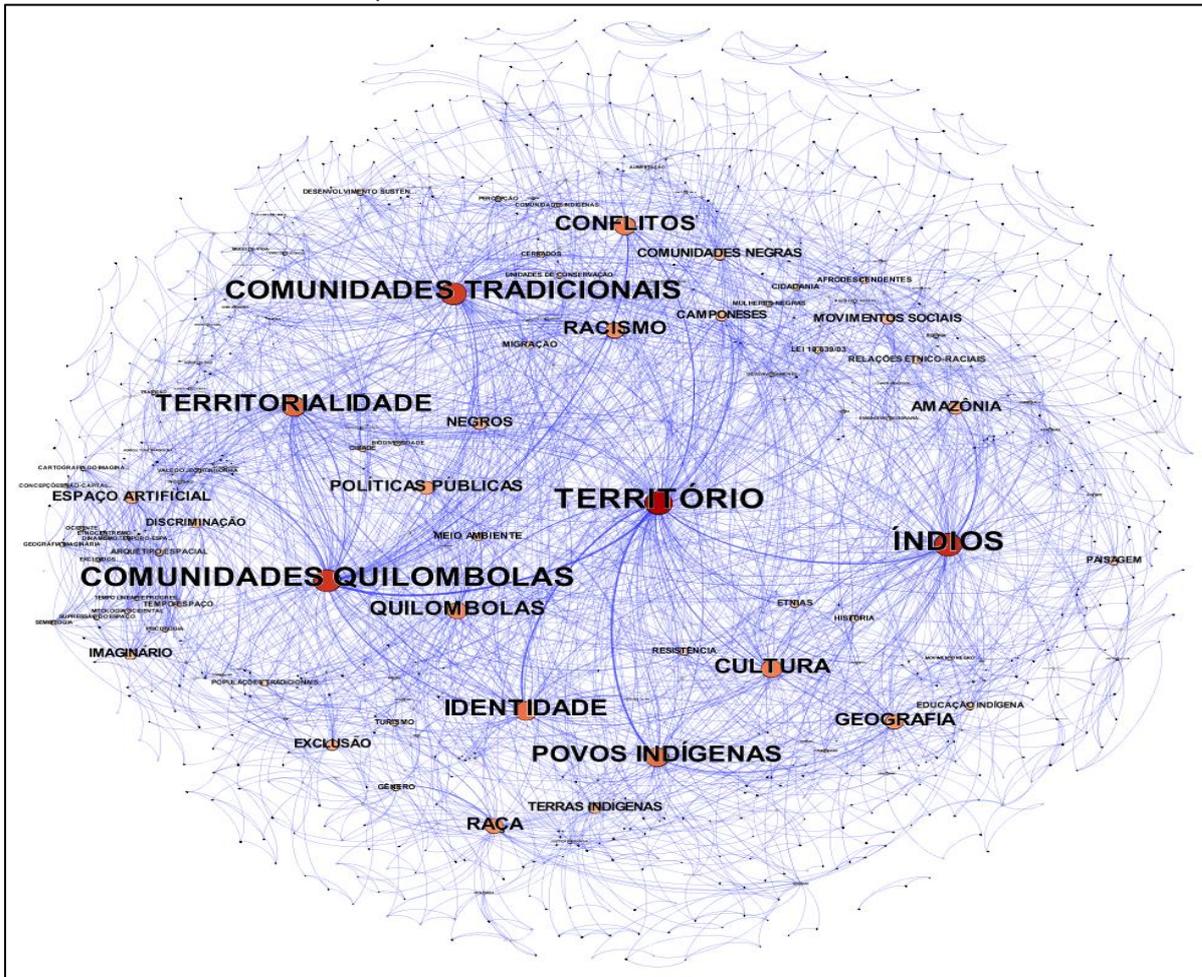


Fonte: Pinto, Silva e Junckes (2021)

Os nós que correspondem aos artigos são suprimidos, mas as ligações são estabelecidas por meta-relações, pois as palavras estavam conectadas pelo nó do artigo. A rede unimodal pode ser observada no Grafo 2, evidenciando a transformação somente para um tipo de nó, as palavras-chave; A Tabela 3 abaixo identifica as métricas dessa rede, que é distribuída pelo layout *Fruchterman-Reingold*¹⁶, sendo que os nós estão distribuídos e dimensionados de acordo com centralidade de grau ponderado.

¹⁶ Ver definição no Glossário.

GRAFO 2 – Rede unimodal de palavras-chave



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

TABELA 3 – Métricas da rede unimodal de palavras-chave organizada por grau ponderado

Ranqueamento de palavras-chave	Grau	Grau ponderado	Excentricidade	Centralidade de proximidade	Centralidade de proximidade harmônica	Centralidade de intermediação	Modularidade de classe
TERRITÓRIO	131	229	3	0.507786	0.563333	0.166831	1
ÍNDIOS	130	175	3	0.503356	0.56	0.181269	8
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	105	160	4	0.451807	0.511889	0.105198	1
COMUNIDADES TRADICIONAIS	118	152	4	0.463249	0.527556	0.146915	5
TERRITORIALIDADE	78	104	4	0.471106	0.515	0.079118	0
IDENTIDADE	64	94	4	0.466999	0.505222	0.053594	1
POVOS INDÍGENAS	63	93	4	0.456482	0.497333	0.053594	4
CULTURA	61	78	4	0.43911	0.482	0.047817	9
CONFLITOS	57	78	4	0.44484	0.485889	0.04268	1
QUILOMBOLAS	57	68	4	0.426864	0.470222	0.046543	1

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

O Grafo 2 apresentado é o resultado da rede inicial bimodal de artigos e palavras-chave e está distribuído de acordo com o *layout Fruchterman-Reingold* e os nós estão coloridos e dimensionados de acordo com centralidade de grau ponderado. A rede unimodal de palavras-chave (meta) conectadas através dos artigos é composta por 800 nós (palavras-chave), conectados por 2.654 arestas.

A rede unimodal de palavras-chave foi aplicada a topologia¹⁷, que consiste em demonstrar as palavras centrais. Também foi distribuída por modularidade de classe¹⁸, que separa as palavras-chave em comunidades. A exploração dessas redes e as métricas serão realizadas no Capítulo 3, bem como da rede unimodal.

Essa exploração das redes por meio da análise das redes sociais (ARS) permite identificar as centralidades na utilização das palavras-chave, demonstrando, a partir das ligações (arestas), os temas priorizados. Dessa maneira, é possível identificar as temáticas a partir das relações entre as palavras-chave, além de quais palavras são mais utilizados nos artigos.

1.2.2 Entrevistas

Para cumprir a última questão específica, “De que maneira se estabeleceram os limites e resistências à abordagem das racialidades na Geografia brasileira segundo o discurso de pesquisadoras/es negras/os?”, foi identificado, num primeiro momento, as autorias que possuem mais de dois artigos presentes nos 452 artigos analisados. Deste conjunto de autorias há um total de 78 pessoas, as quais foi enviado um *e-mail* com questionário para cada autor/a. Esse questionário tinha o intuito de identificar as principais autorias para a realização de entrevista.

A identificação dessas pessoas seria usada para uma possível entrevista, na qual as pessoas se auto identificassem como negras. No entanto houve apenas oito respostas, não sendo possível estabelecer esse panorama a partir dos artigos. Dessa maneira, foi utilizada para a realização de entrevistas uma amostra de pesquisadoras/es que discutem as questões raciais na Geografia e que compuseram o grupo de pesquisadoras/es negras/os reunidos no Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), realizado na Universidade de São

¹⁷ Ver definição no Glossário.

¹⁸ Ver definição no Glossário.

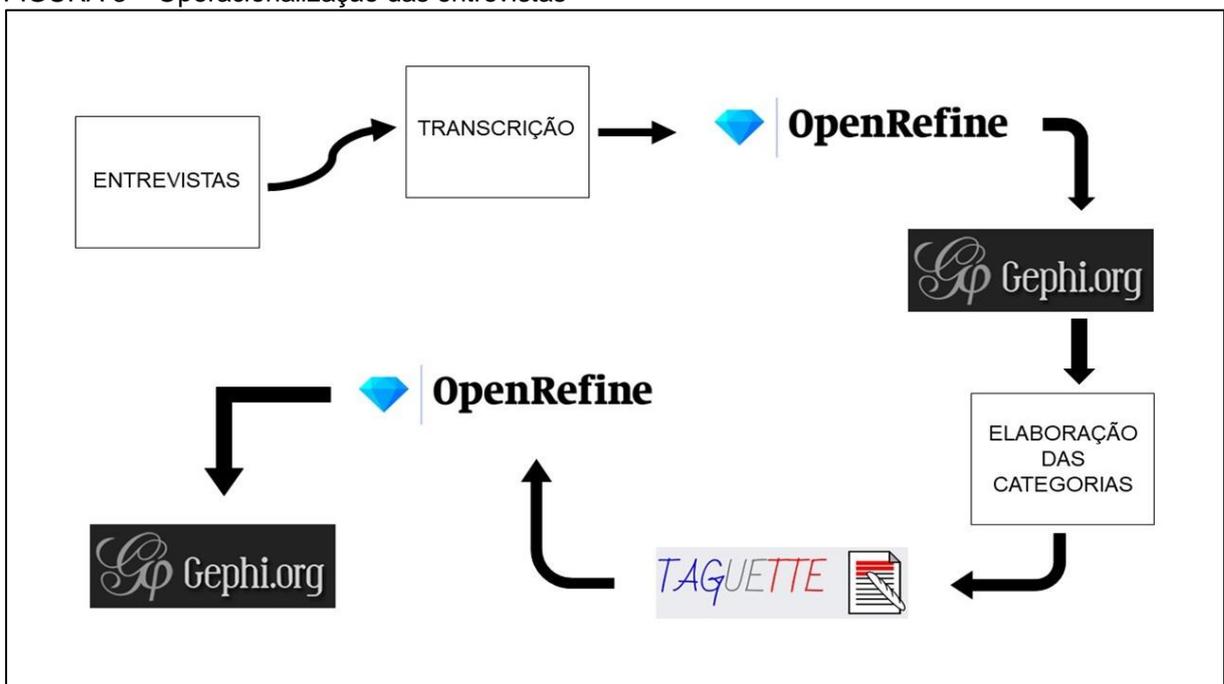
Paulo em 2019. Assim, a listagem de entrevistados abrangeu os nomes elencados no ato no ENANPEGE de 2019.

A amostra dessas/es pesquisadoras/es teve como início um total de 10 pessoas, pesquisadoras/es que são referência no debate das racialidades na Geografia brasileira. Essa amostra de 10 pessoas era composta por seis homens e quatro mulheres, em sua totalidade professoras/es de instituições do ensino superior.

Já num primeiro momento a amostra inicial foi alterada, pela recusa de dois importantes pesquisadores das racialidades e também não se conseguiu entrar em contato com um outro pesquisador, de quem não tivemos retorno aos *e-mails* enviados. Dessa forma, ao todo foram realizadas sete entrevistas, sendo quatro mulheres e três homens.

As entrevistas foram feitas seguindo um roteiro preestabelecido, que pode ser observado no Apêndice A. Esse roteiro consiste em um alinhamento com as questões que orientam esta pesquisa. As entrevistas foram realizadas em formato *online*, pelo *Google Meet*, sendo gravadas com a autorização das/os entrevistadas/os. Após a realização das entrevistas todo o conteúdo foi transcrito, gerando um total de 180 páginas de transcrição, dando início as próximas etapa. A Figura 3 demonstra os passos realizados para a análise das entrevistas.

FIGURA 3 – Operacionalização das entrevistas



Organização própria, 2022.

Após a realização das entrevistas e da transcrição, o conteúdo transcrito passou por um processo de desambiguação de termos, que consiste em eliminar palavras iguais, mas que tem sentidos diferentes, por exemplo a palavra ‘só’, que pode ter o significado de adjetivo de ligação de palavra, mas também com o significado de solitário, dessa forma foi colocado a escrita diferente para identificar os dois significados. Após a desambiguação dos termos, o material transcrito passou por um procedimento de limpeza e retirada das *stopwords*, que são termos que não possuem um significado quando estão isoladas e/ou expressões de linguagem, como por exemplo, ‘né’, ‘e’, ‘com’ e outros. Depois disso, se inicia a etapa de *clusterização*, que consiste em reunir as palavras com o mesmo radical e sentido, mas escritas de uma forma diferente, como por exemplo, ‘quilombola’ e ‘quilombolas’, sendo adotado uma única palavra, facilitando na composição do discurso e formação das redes sociais. Todo esse processo de retirada das *stopwords* e de *clusterização* foi realizado com o apoio do *software OpenRefine*, que auxilia nesse processo, a Figura 4 evidencia esse processo.

FIGURA 4 – Operacionalização das entrevistas pelo *software OpenRefine*

	Frases	Texto	LEMA
1	1	graduação	graduação
2	1	mestrado	mestrado
3	1	ufg	ufg
4	1	goiânia	goiânia
5	1	doutorado	doutorado
6	1	usp	usp
7	1	pós-doutorado	pós-doutorado
8	1	ufg	ufg
9	2	vontade	vontade
10	2	goiás	goiás
11	2	vontade	vontade
12	2	lugares	lugar
13	2	usp	usp
14	2	referência	referência
15	2	importante	importante
16	2	país	país
17	2	universidade	universidade
18	2	brasil	brasil
19	3	acredito	acreditar
20	3	determinada	determinado
21	3	avançar	avanço
22	3	estudos	estudar
23	3	ufg	ufg
24	3	doutorado	doutorado
25	3	proposta	proposta
26	3	doutorado	doutorado
27	4	sabendo	saber
28	4	proposta	proposta
29	4	interesse	interesse
30	4	graduação	graduação

Fonte: Dados coletados em entrevista em 2021. Print da tela do *software OpenRefine*.

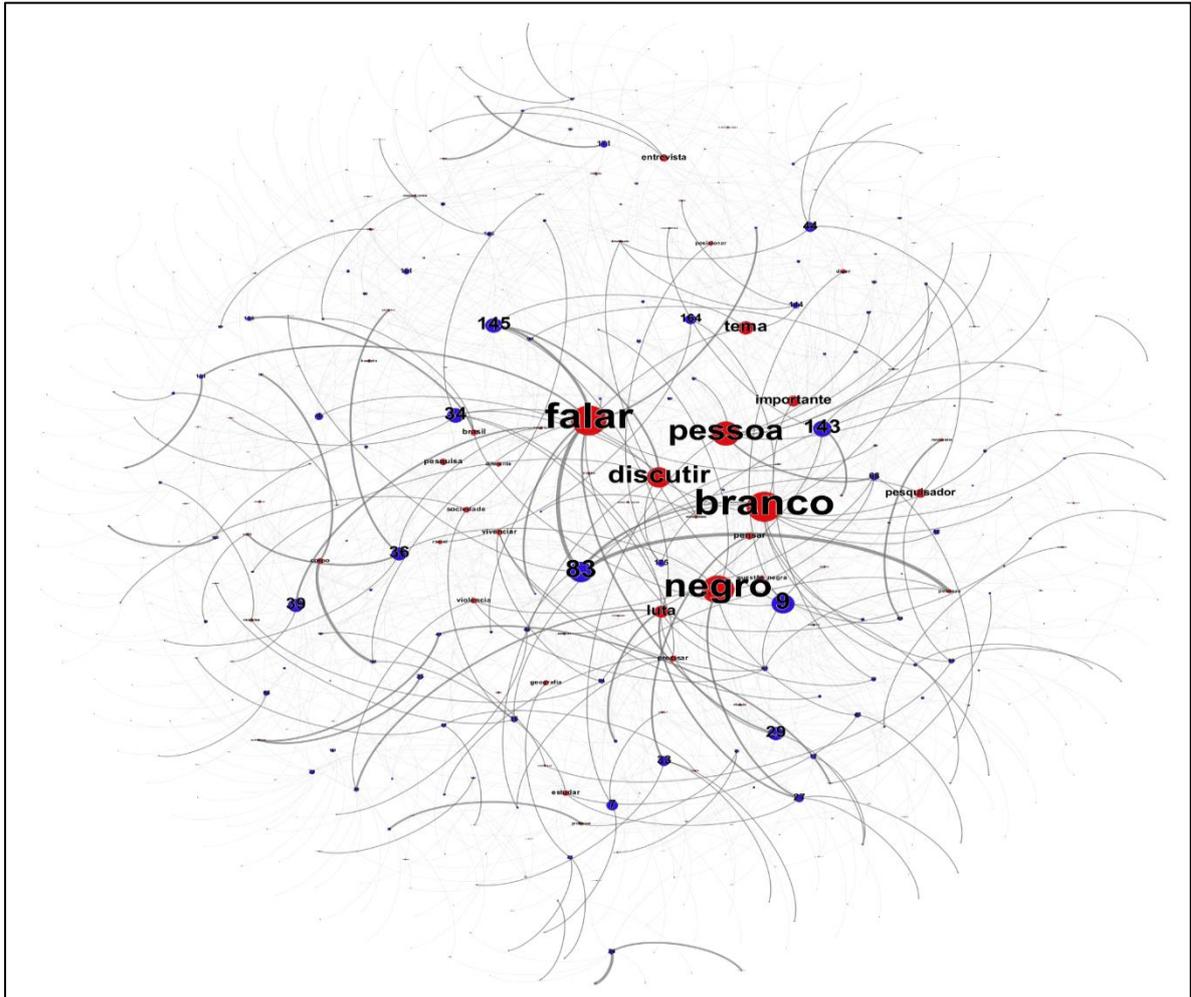
Após isso, os dados são exportados em planilhas em ‘csv’, divididas em colunas com a numeração das frases conectadas com as palavras, a qual é utilizada para a formação das ligações das redes de palavras e frases, com o auxílio do *software*

Gephi. Nesse primeiro momento o conteúdo transcrito foi dividido em três partes, pois tratam de momentos distintos da entrevista. O primeiro evidencia o questionamento de pesquisadores brancos pesquisando sobre as racialidades, enquanto o segundo leva em consideração as trajetórias das pessoas entrevistadas, tanto familiar, como acadêmica. Por fim, a terceira explana sobre os enfrentamentos e os limites na proposição científica e no trabalho com as racialidades na Geografia.

Com isso, a elaboração das redes de palavras e frases passou por um processo realizado nos três momentos, gerando uma rede para cada. As redes foram elaboradas com o apoio do *software Gephi*.

A rede inicial bimodal obtida sobre o questionamento de pesquisadores brancos pesquisando sobre as racialidades negras é composta por 502 nós, sendo 169 nós de frase (nós azuis) e 333 nós de palavras (nós vermelhos), conectados por 1096 arestas. Essa rede inicial bimodal evidencia tanto as palavras como as frases, que estão distribuídas pelo *layout Fruchterman-Reingold* e distribuídas por centralidade de intermediação. Essa rede inicial bimodal pode ser observada no Grafo 3, bem como as suas métricas na Tabela 4.

GRAFO 3 – Rede bimodal de frase e palavras pesquisadores brancos



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

TABELA 4 – Métricas da rede bimodal de frase e palavras pesquisadores brancos

Ranqueamento de palavras	Grau	Grau ponderado	Excentricidade	Centralidade de proximidade	Centralidade de proximidade harmônica	Centralidade de intermediação	Modularidade de classe
FALAR	43	63	6	0.351086	0.417033	0.162806	3
BRANCO	51	62	6	0.353564	0.426414	0.180855	9
NEGRO	36	42	6	0.33113	0.392582	0.102888	12
PESSOA	24	133	6	0.307174	0.354291	0.069146	12
83	16	28	5	0.342447	0.377811	0.049051	10
DISCUTIR	21	28	6	0.316888	0.363872	0.05475	6
9	23	27	6	0.337374	0.381737	0.059142	13
143	19	24	5	0.330257	0.371723	0.049912	3
34	18	23	7	0.283211	0.324636	0.030606	4
145	16	23	7	0.308308	0.34894	0.031483	3

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

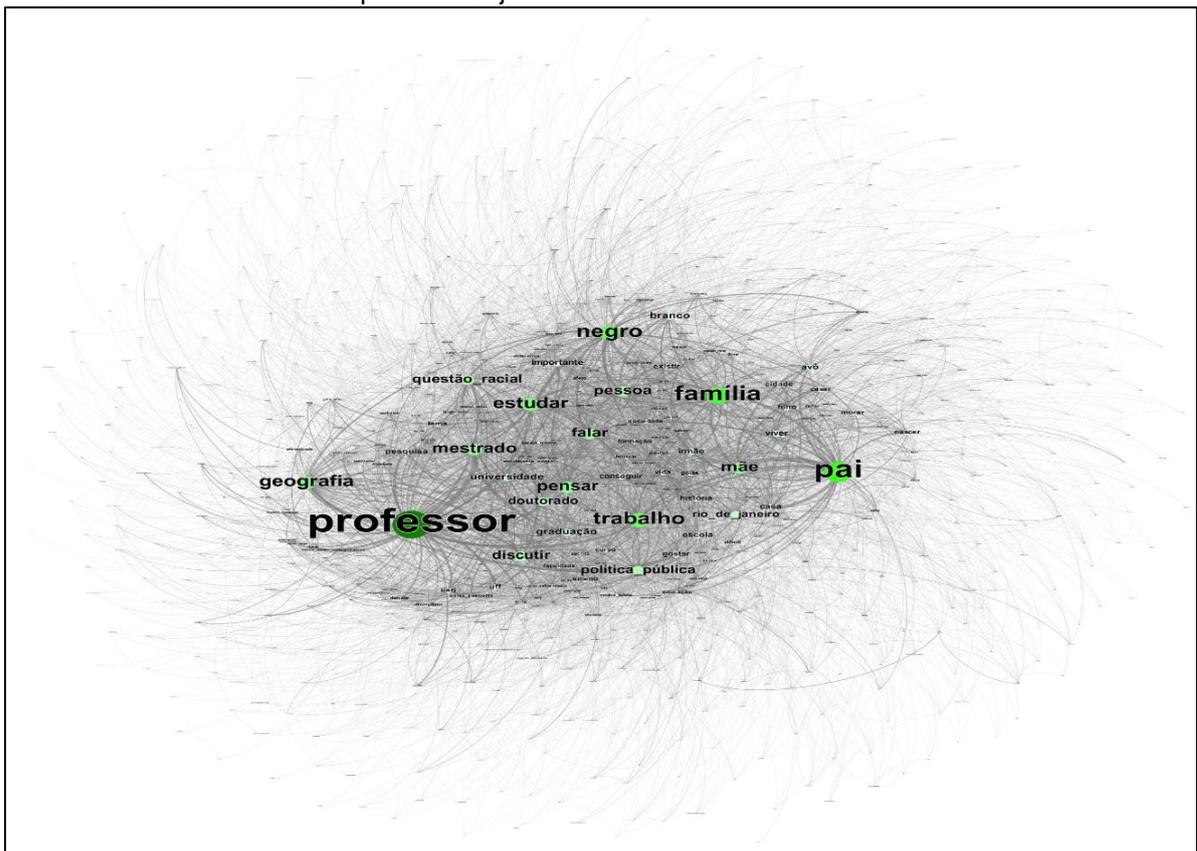
TABELA 6 – Métricas da rede bimodal de frase e palavra trajetória

Ranqueamento de palavras	Grau	Grau ponderado	Excentricidade	Centralidade de proximidade	Centralidade de proximidade harmônica	Centralidade de intermediação	Modularidade de classe
PROFESSOR	100	165	7	0.330676	0.384643	0.110117	1
PAI	91	129	7	0.322118	0.374051	0.092784	7
FAMÍLIA	74	102	6	0.323182	0.367458	0.072517	18
TRABALHO	75	89	6	0.329721	0.37497	0.086863	2
MESTRADO	69	87	6	0.310431	0.352435	0.053149	1
ESTUDAR	60	83	6	0.313416	0.351351	0.049658	5
GEOGRAFIA	67	80	7	0.313416	0.356764	0.054637	12
PESSOA	63	77	7	0.314135	0.353732	0.053073	18
MÃE	58	77	6	0.310713	0.349367	0.045437	7
NEGRO	45	72	7	0.311419	0.344589	0.042666	6

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

A rede bimodal foi suprimida para a rede unimodal, Grafo 6, gerando uma rede composta por 686 nós e 9.570 arestas, as métricas da rede unimodal estão na Tabela 7.

GRAFO 6 – Rede bimodal de palavras trajetória



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

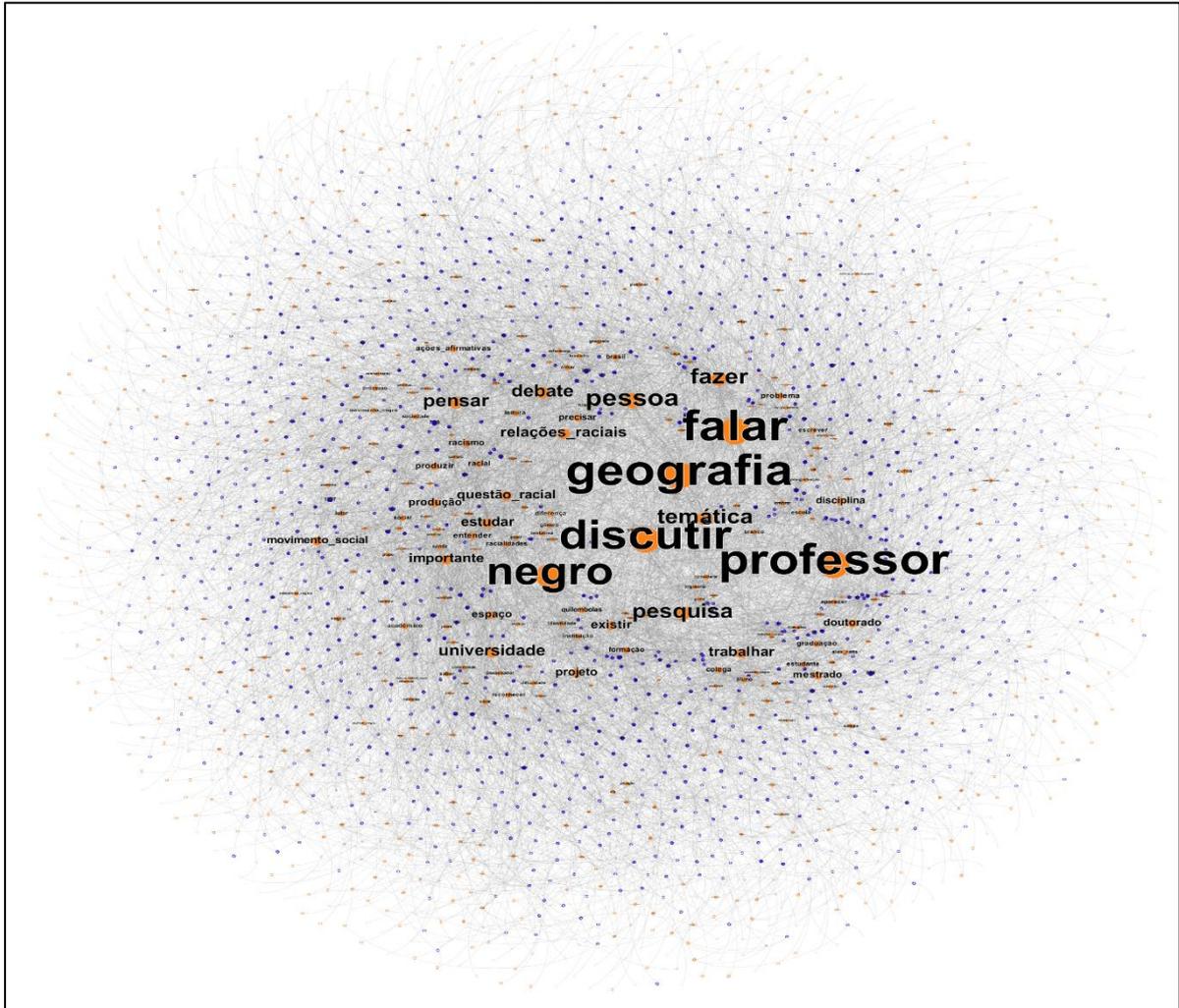
TABELA 7 – Métricas da rede unimodal de frase e palavra trajetória

Ranqueamento de palavras	Grau	Grau ponderado	Excentricidade	Centralidade de proximidade	Centralidade de proximidade harmônica	Centralidade de intermediação	Modularidade de classe
GRADUAÇÃO	123	381	3	0.542789	0.586131	0.009296	0
MESTRADO	175	622	3	0.567993	0.625061	0.03006	0
UFG	57	122	3	0.494585	0.524088	0.000984	0
GOIÂNIA	55	97	3	0.488936	0.519221	0.001462	5
DOCTORADO	177	463	3	0.567523	0.625791	0.028828	0
USP	33	64	3	0.465037	0.490998	0.00013	0
PÓS-DOCTORADO	40	53	3	0.489286	0.512165	0.000219	0
VONTEDE	29	45	3	0.471438	0.493917	0.000156	0
GOIÁS	79	211	3	0.518154	0.550122	0.003806	5
LUGAR	25	31	3	0.450066	0.475182	0.000434	5

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Por fim, as questões que envolve as resistências na proposição científica sobre as racialidades, como também as barreiras enfrentadas pelas/os pesquisadoras/es negras/os no trabalho com o tema das questões raciais, gerou uma rede inicial bimodal, composta por 2.205 nós (914 nós de palavras, os nós laranjas e 1.291 nós de frases, os nós azuis), conectadas por 8.761 arestas. A rede pode ser observada no Grafo 7 e suas métricas na Tabela 8.

GRAFO 7 – Rede bimodal de frase e palavra produção sobre racialidades



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

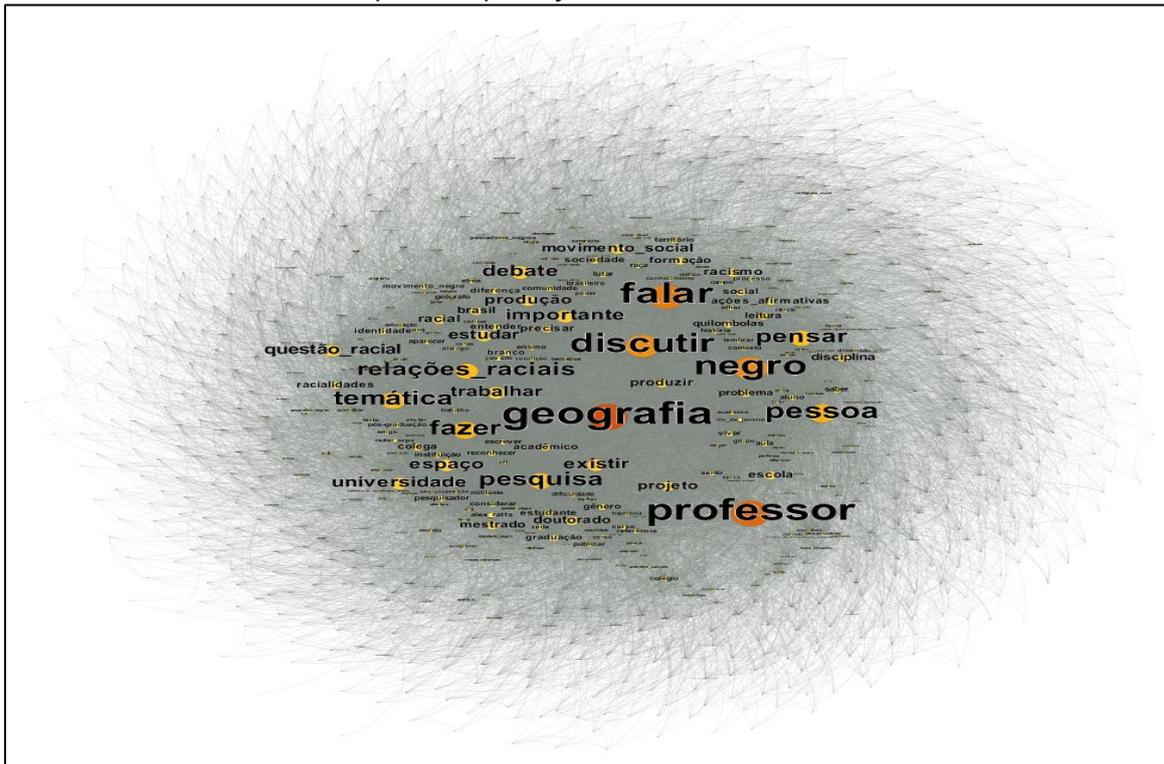
TABELA 8 – Métricas da rede bimodal de frase e palavra produção sobre racialidades

Ranqueamento de palavras	Grau	Grau ponderado	Excentricidade	Centralidade de proximidade	Centralidade de proximidade harmônica	Centralidade de intermediação	Modularidade de classe
GEOGRAFIA	217	321	6	0.355083	0.415268	0.111207	12
PROFESSOR	178	265	5	0.347799	0.400318	0.087614	2
FALAR	190	251	6	0.353375	0.408439	0.100577	8
DISCUTIR	163	207	6	0.343035	0.392854	0.068309	4
NEGRO	138	195	6	0.339756	0.384694	0.059859	6
PESSOA	124	154	6	0.335311	0.376951	0.04803	16
FAZER	127	145	6	0.335209	0.377624	0.049204	5
PESQUISA	114	141	6	0.331978	0.371484	0.041165	9
TEMÁTICA	109	141	6	0.325122	0.363702	0.029247	17
PENSAR	106	127	6	0.330187	0.368345	0.03931	11

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Como nas anteriores, essa rede foi transformada em uma rede unimodal de palavra, suprimindo os nós referentes as frases. Essa rede unimodal, representada no Grafo 8, está composta por 914 nós, conectadas por 22.163 nós, seguido dos principais dados da rede (Tabela 9).

GRAFO 8 – Rede unimodal de palavras produção sobre racialidades



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

TABELA 9 – Métricas da rede bimodal de frase e palavra produção sobre racialidades

Ranqueamento de palavras	Grau	Grau ponderado	Excentricidade	Centralidade de proximidade	Centralidade de proximidade harmônica	Centralidade de intermediação	Modularidade de classe
GEOGRAFIA	454	3183	3	0.664483	0.748266	59	5
PROFESSOR	425	2815	2	0.651677	0.732749	0.054909	0
FALAR	466	2499	3	0.67083	0.75502	0.065378	0
NEGRO	398	2278	3	0.638908	0.71778	0.045896	0
DISCUTIR	402	2219	3	0.640252	0.719788	0.041996	2
PESSOA	364	1688	3	0.623208	0.698795	0.029801	2
FAZER	365	1547	3	0.624487	0.699708	0.033431	2
TEMÁTICA	300	1488	3	0.597122	0.663746	0.01528	2
PESQUISA	345	1429	3	0.616059	0.688755	0.024848	2
RELACIONES_RACIAIS	305	1363	3	0.599081	0.666484	0.014598	2

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Essa rede está distribuída por grau ponderado, que evidencia as palavras mais utilizadas.

Após esse procedimento de criação das redes de palavras e frases, que serão melhores exploradas no Capítulo 4, foram fundamentais para a criação das categorias mediadas pelas questões que sustentam essa dissertação. Dessa forma, as categorias discursivas foram criadas a partir das questões deste trabalho e mediadas pelas redes de palavras que foram elaboradas, pois elas evidenciam as primeiras concentrações de termos.

A categorização do discurso possibilita a ter respostas aos questionamentos que foram estabelecidos e pela concentração das palavras. Com isso, são identificados os discursos que estabelecem as/os entrevistadas/os.

Esse processo foi realizado pelo *software Taguette*¹⁹. Os trechos do discurso vão sendo marcados com a categoria correspondente, conforme a interpretação durante o processo de leitura. Essa ferramenta, permite marcar as categorias, ficando em uma coloração amarela para os trechos já marcados, a Figura 5 evidencia a operacionalização das marcações.

FIGURA 5 – Operacionalização da categorização do discurso no software Taguette



Fonte: Dados coletados em entrevista em 2021. Print da tela do *software Taguette*.

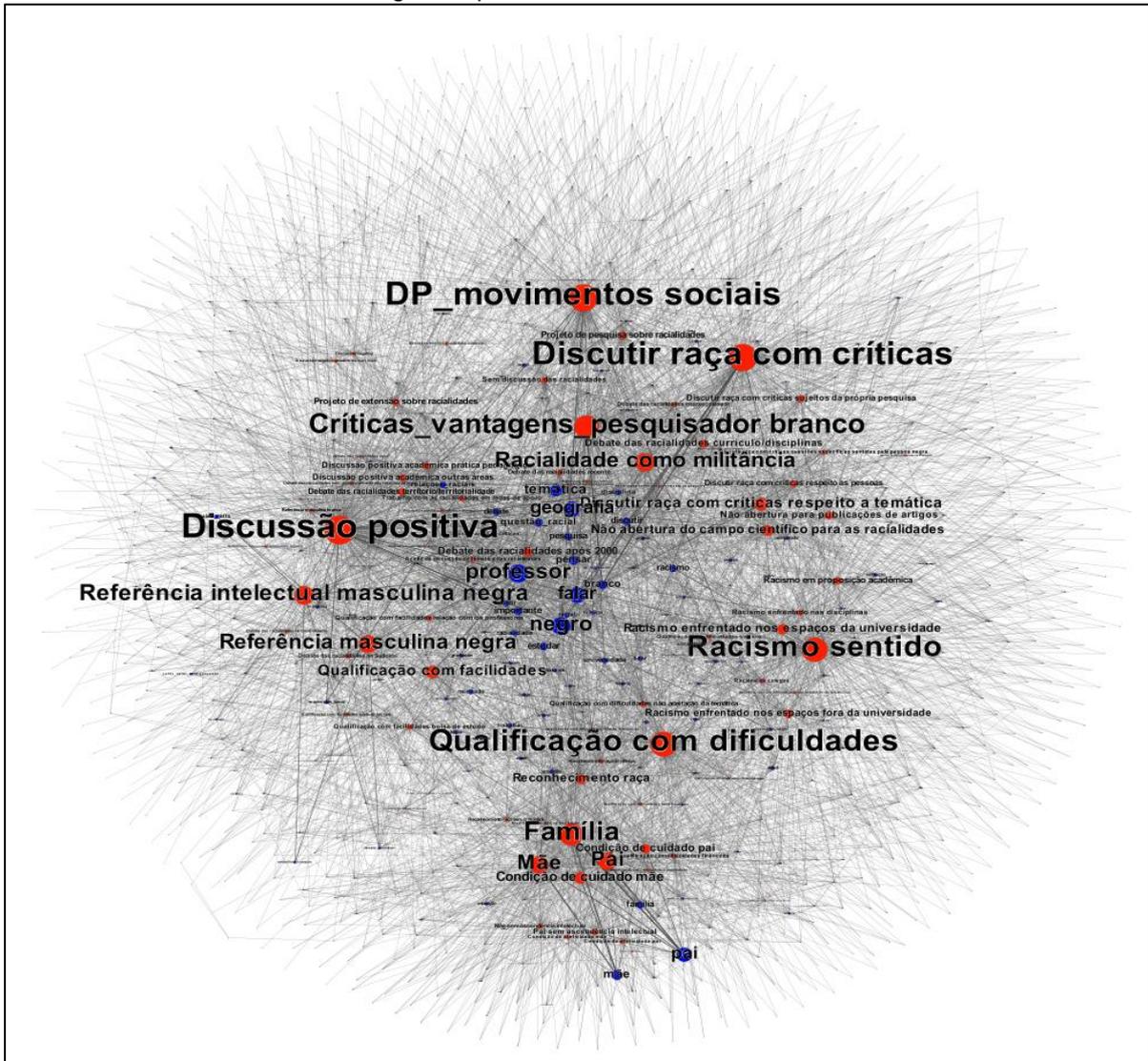
¹⁹ Disponível em: < <https://app.taguette.org/> >.

Com isso, as categorias discursivas expressam o que a pessoa entrevistada quer evidenciar na sua fala. As categorias, foram exportadas com os trechos pertencentes a cada uma, em planilha no formato 'csv'.

Após esse procedimento, novamente foi realizado a eliminação das *stopwords* e a junção dos termos com a mesma raiz semântica no *software OpenRefine*, como já descrito anteriormente, mas agora com categorias conectadas com as palavras.

Por fim, o conteúdo extraído do *OpenRefine*, foi criado a rede bimodal inicial de categorias e palavras no *software Gephi*. Essa rede inicial obtida, representada no Grafo 9, é composta por um total de 963 nós, sendo 108 nós de categorias (nós vermelhos) e 855 nós de palavras (nós azuis), conectadas por 6.414 arestas, as principais métricas da rede podem ser observadas na Tabela 10.

GRAFO 9 – Rede bimodal de categoria e palavra



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

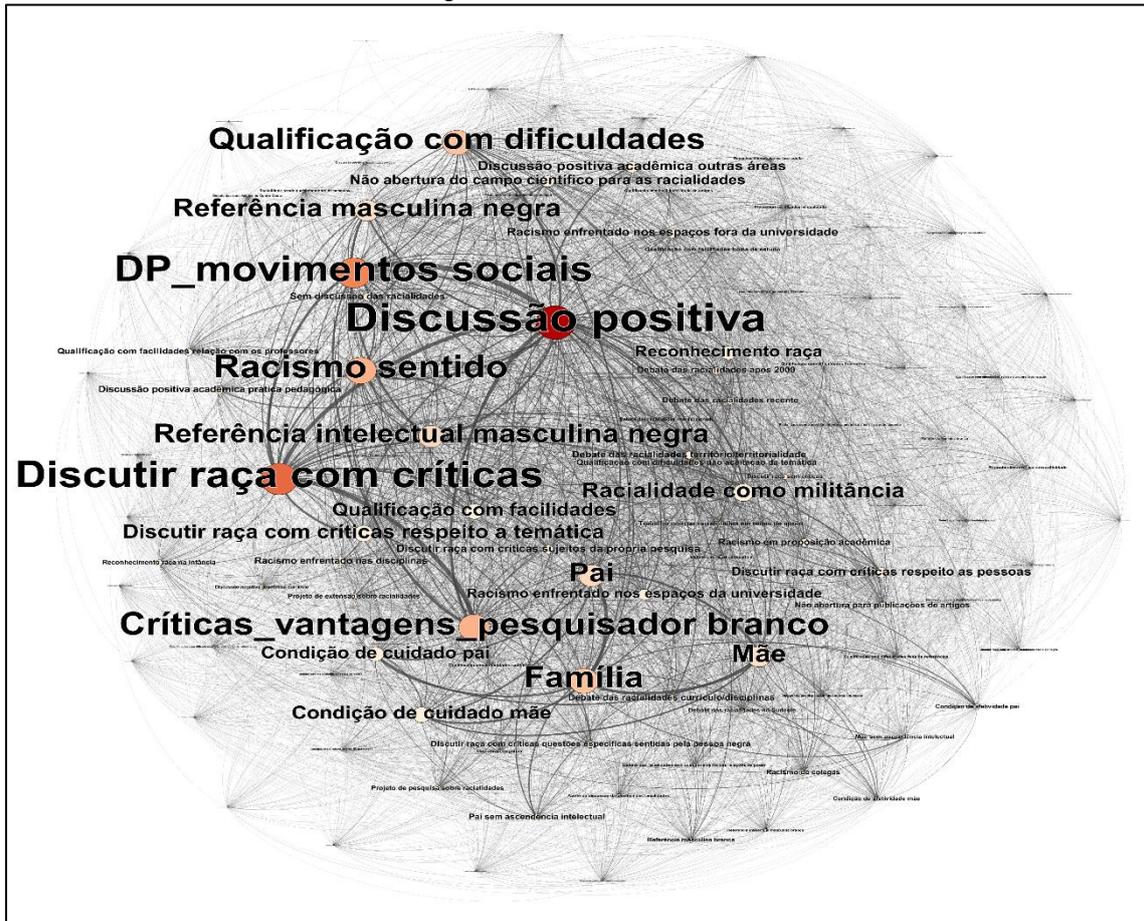
TABELA 10 – Métricas da rede bimodal de categoria e palavra

Ranqueamento de categoria	Grau	Grau ponderado	Excentricidade	Centralidade de proximidade	Centralidade de proximidade harmônica	Centralidade de intermediação	Modularidade de classe
Discutir raça com críticas respeito a temática	123	270	4	0.379188	0.43659	0.024313	3
Discutir raça com críticas	233	790	4	0.415192	0.512821	0.092471	3
Críticas_vantagens_pe_squisador branco	167	522	4	0.392493	0.466823	0.041773	3
Discutir raça com críticas sujeitos da própria pesquisa	76	157	4	0.365085	0.4035	0.008911	3
Discutir raça sem críticas	48	95	5	0.356957	0.383697	0.011724	3
Discutir raça com críticas questões específicas sentidas pela pessoa negra	56	100	4	0.359626	0.38964	0.003801	3
Discutir raça com críticas respeito as pessoas	74	152	5	0.362608	0.401022	0.006411	3
Qualificação com dificuldades mobilidade	44	64	5	0.354328	0.379608	0.004582	1
Qualificação com dificuldades	224	613	3	0.412698	0.507103	0.11899	1
Qualificação com dificuldades solitário	52	98	4	0.358287	0.386608	0.004279	1

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

A rede bimodal palavra-categoria foi submetida a uma projeção multimodal para obtenção da rede unimodal de categoria, suprimindo os nós referentes as palavras e estabelecendo as meta-relações, como representado no Grafo 10. Os dados da rede unimodal de categoria, estão na Tabela 11.

GRAFO 10 – Rede unimodal de categoria



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

TABELA 11 – Métricas da rede unimodal de categoria e palavra

Ranqueamento de categoria	Grau	Grau ponderado	Excentricidade	Centralidade de proximidade	Centralidade de proximidade harmônica	Centralidade de intermediação	Modularidade de classe
Discussão positiva	106	107491	2	0.990741	0.995327	0.001581	1
Discutir raça com críticas	105	74682	2	0.981651	0.990654	0.001271	0
DP_movimentos sociais	106	66085	2	0.990741	0.995327	0.001581	1
Racismo sentido	106	51545	2	0.990741	0.995327	0.001581	1
Críticas_vantagens_pesquisador branco	104	50905	2	0.972727	0.985981	0.000865	0
Família	104	46457	2	0.972727	0.985981	0.000865	2
Qualificação com dificuldades	107	46017	1	1	1	0.007959	1
Referência intelectual masculina negra	106	38803	2	0.990741	0.995327	0.001581	1
Pai	104	38400	2	0.972727	0.985981	0.000865	2
Referência masculina negra	107	36636	1	1	1	0.007959	1

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Essa rede é composta por 108 nós e 5.190 arestas. Para uma melhor análise essa rede unimodal foi explorada a sua topologia e a modularidade, em que a primeira consiste em demonstrar as principais categorias do discurso e a segundo as comunidades que foram formadas pelas meta-relações, em que compartilham semelhança. Essa exploração das redes topológica e modular, serão explanadas no Capítulo 4, bem como as redes bimodal e unimodal.

A análise das redes de palavras e categorias, permite a identificação de elementos estruturantes do discurso, evidenciando as palavras e categorias centrais e suas relações. Como último passo, é retomado o conteúdo das entrevistas, para a seleção dos trechos que sustentam a discussão presente, como também da categoria evidenciada.

Enfim, este capítulo apresentou a minha trajetória pessoal e na construção desta pesquisa, trazendo uma reflexão da minha posicionalidade e do aspecto da racialidade branca na constituição do processo desta pesquisa. Esse aspecto permitiu refletir sobre a posição de pesquisador branco e as vantagens raciais adquiridas ao longo do tempo e a necessidade do reconhecimento de minha pertença racial. Por último, o capítulo apresentou os passos da operacionalização das questões estabelecidas, demonstrando o caminho metodológico percorrido para a busca e análise dos artigos, bem como da descrição dos passos das entrevistas e seu processo de análise a partir de ferramentas computacionais, para a análise das categorias semânticas, trazendo em evidencia a trajetória e os limites e resistências de pesquisadoras/es negras/os no campo das racialidades na Geografia brasileira.

CAPÍTULO 2 CONHECIMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO, PRODUÇÃO CIENTÍFICA E RACIALIDADES

Este capítulo demonstra as escolhas conceituais que possibilitaram a compreensão do fenômeno das racialidades na produção de artigos científicos. Os conceitos são a sustentação de um olhar específico, que evidencia que a Ciência é uma criação humana, refutando, portanto, seus ideais de neutralidade, objetividade e universalidade, trazendo em pauta um olhar posicionado e situado no tempo e espaço. Nesse sentido, este capítulo discute a concepção de produção científica, considerando as relações de poder, sobretudo, ligadas às hierarquias raciais. O campo científico da Geografia vem sendo paulatinamente modificado e tensionado pela produção em torno das racialidades, que estão problematizando o privilégio branco.

Primeiramente o capítulo explana sobre as relações de poder presentes na Ciência e a circulação do conhecimento em forma de artigos científicos. Posteriormente, o texto traz as racialidades para o centro das discussões, refletindo sobre as ausências temáticas, consideradas não científicas. Por último, é explorada a produção de artigos sobre as racialidades nos periódicos brasileiros de Geografia.

2.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO EM PERIÓDICOS

A Ciência é marcada por relações de poder que hierarquizam temas, conceitos e sujeitos. Essa produção de poder é pautada na hegemonia e estabelecimento da Europa como o centro econômico e científico. A colonialidade formada por essa relação estabelece uma hierarquização do modo de fazer Ciência, que desconsidera aqueles que produzem conhecimentos que não estão pautados no que foi estabelecido como hegemônico. Neste ponto, Césaire (1978 [1950]) argumenta que o colonialismo estabeleceu que somente o Ocidente é capaz de pensar e produzir conhecimento.

Diferentes autores têm se debruçado sobre as implicações da colonialidade na sociedade e na produção de conhecimento, sendo considerada o lado obscuro da Modernidade, tida como inexistente, produzindo relações de poder e hierarquização. Além disso, a colonialidade é tida como invisível, considerando o colonialismo como necessário para a civilização das sociedades. Com isso, o colonialismo permanece

invisível e atuante nas sociedades, negando perspectivas, pensamentos e visões de mundo que não seguem o que se toma como padrão e universal, ou seja, o conhecimento advindo do norte global (MIGNOLO, 2004).

Corroborando com essa ideia, Cruz (2017) argumenta que a colonialidade está estreitamente ligada à Modernidade, não tendo como separá-las. Fica evidente que a colonialidade é elemento constituinte da sociedade moderna, não sendo algo que foi implementado, o que dificulta a libertação das relações de poder construídas a partir dessa relação. Além disso, a colonialidade está interligada com a Modernidade, precisando ser problematizada através de questionamentos sobre a colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza, que estrutura as sociedades que foram colonizadas, como o Brasil (CRUZ, 2017).

Pensar que o conhecimento científico é marcado por essas relações de dominação e hierarquização se torna necessário para tensionar o campo científico, que por muito tempo ignorou determinadas temáticas consideradas como não científicas. Tais temáticas estão ligadas a lugares e pessoas não pertencentes à racionalidade moderna, propagada pela Modernidade, tendo a Europa como centro universal, detentora do progresso. Desta forma, conclui Cruz (2017), perspectivas e conhecimentos que estão fora da centralidade que a Europa determinou são desconsideradas.

A negação de temáticas e sujeitos advêm do padrão moderno, ou seja, o homem, branco, europeu, cristão, heterossexual, que representa o padrão moderno e hegemônico da Modernidade. O tensionamento das relações de poder a partir das categorias hegemônicas é o enfrentamento das barreiras que são constituídas na sociedade, impedimentos que marcam também o campo científico. Césaire (1978 [1950]) critica a formação da colonialidade no meio científico, ao privilegiar somente uma única forma de produzir conhecimento científico, estabelecendo como História da Ciência a história contada pelo Ocidente. Questionar esses ideais é colocar em discussão e em evidência perspectivas desconsideradas por muito tempo e ter na representação da Ciência outras visões de mundo, com outras análises sobre a humanidade e as sociedades, incorporando pessoas que por muitas vezes foram desconsideradas como produtoras de conhecimento científico (GUIMARÃES, 2015).

Adotar uma visão de Ciência posicionada e localizada é entender que a pessoa que produz conhecimento científico e o lugar de que ela faz parte interferem no processo de investigação, sendo que o pesquisador não é neutro no processo de

pesquisa (MORIN, 1996). Silva, Ornat e Chimin Junior (2017, p. 13) problematizam o caráter de neutralidade adotado pela Ciência, que para os autores tem como intenção a manutenção das hegemonias, com a ideia da naturalização desses ideais, sendo que o conhecimento descorporificado é uma “fantasia” que se tornou importante na manutenção das hierarquizações.

Com isso, fica evidente que a Ciência por muito tempo tentou refutar temas, conceitos e sujeitos como não científicos, sendo a colonialidade a expressão para que ocorresse a refutação dessas pesquisas. Cruz (2017) defende que temos uma colonização do saber, ao qual há uma violência epistêmica, na imposição de cultura, língua e costumes.

A imposição de costumes, religião, língua e cultura é o projeto da Modernidade e colonialidade, para além de uma imposição. É a destruição de modos de vida e formas de conhecimento consideradas selvagens e exóticas, relegando os estudos sobre racialidades a serem tachados como militância e não Ciência, como afirma Guimarães (2015).

O campo científico é marcado por disputas de poder em que a produção geográfica brasileira tem na sua raiz epistemológica no caráter eurocentrado, o qual invisibiliza as Geografias que abordam mulheres, não brancos e LGBTQIA+ (SILVA, 2009a). Esse discurso colocou a Europa como centro do debate, estabelecendo um modo de produzir conhecimento como único caminho possível a ser seguido (LANDER, 2005). Esse caráter eurocentrado tem a personificação no conhecimento que é produzido na Europa e que se tornou hegemônico. Silva (2009a) argumenta que:

O chamado saber eurocêntrico é uma referência espacial a um tipo de conhecimento que teve sua origem na Europa e que acabou sendo difundido no mundo como um modelo ideal de saber e como um único modelo social a ser seguido de forma linear pelos demais povos do mundo. E este tipo ideal que tem como referência a Europa instituiu as hierarquias que organizam as dualidades, opondo o bem e o mal, o homem e a mulher, o superior e o inferior, a razão e a emoção, a sociedade e a natureza, e assim por diante (SILVA, 2009a, p. 57).

O estabelecimento da centralidade europeia é a marca primordial da Modernidade, que tem na colonialidade a representação dessa naturalização e negação da cultura, Ciência, língua e costumes de locais fora da Europa. Tal conceito é nomeado por Quijano (2005) de colonialidade do poder. É a partir dessas relações

de poder que se manifesta, na produção de Ciência, o processo de eliminação dos outros tipos de conhecimento científico, que não seguem o modelo imposto como universal. Cabe destacar que Morin (1996) argumenta que o conhecimento científico é pautado na clareza, respeito aos dados e na coerência.

Assim, a Modernidade vai se tornando totalitária, impondo o que é ou não Ciência e contando somente um lado de sua construção, o lado europeu. Para Santiago Castro-Gómez (2005, p. 169) “a modernidade é uma máquina geradora de alteridades que, em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência das formas de vidas concretas”. Isso delimita que a Modernidade tem um processo de exclusão de formas de conhecimento científico que não estão alinhadas ao padrão moderno eurocentrado. Quijano (2005) argumenta que a colonialidade é uma perspectiva e um modo de produzir Ciência pautado na Europa como o centro padrão de poder, modelo denominado eurocentrismo. Para ele, eurocentrismo é uma perspectiva de conhecimento que pauta a Europa como centro e difundida mundialmente, se tornando hegemônica.

Fica evidente que o eurocentrismo fundamenta a Ciência Moderna, e a colonialidade está sustentada pela classificação racial/étnica, ao qual caracteriza as relações de poder, hierarquizando a sociedade e a própria epistemologia (QUIJANO, 2005). Essas experiências são naturalizadas e caracterizadas como racional e a única forma de conhecimento válido.

Agindo assim, de forma violenta, se dá um epistemicídio, nas definições de Carneiro (2005), ao qual ignora o ser total, tanto a sua produção de conhecimento como o sujeito pesquisador, promovendo um apagamento tanto de suas memórias como também de experiências. Com isso, fica evidente que o conhecimento científico tem raízes profundas na Ciência Moderna e colonial, a qual interfere na produção e nas escolhas conceituais e formulações teóricas.

Isso significa que a Modernidade e a colonialidade agem em um duplo discurso: de um lado a exclusão de conhecimentos, ditos não científicos; e de outro o estabelecimento da única forma de conhecimento, aquela que segue os ideais modernos. Mignolo (2004) chama a atenção para esse fenômeno, ao qual denomina totalitarismo epistêmico, em que se tem um único caminho considerado a ser seguido nas investigações científicas. Vale ressaltar que o eurocentrismo não é só a perspectiva da Europa ou dos dominantes, é também as pessoas dominadas e

“educados sob a sua hegemonia. [...] Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que *naturaliza* a experiência dos indivíduos neste padrão de poder” (QUIJANO, 2009, p. 75, grifo do autor). Ou seja, nada mais é do que a naturalização e a reprodução das hegemonias de poder como o único caminho possível, excluindo outras concepções de Ciência.

Cabe ressaltar que o eurocentrismo e as relações de poder são relações de controle social e da sua existência, baseados na exploração/dominação/conflito, disputando o controle dos meios econômicos, de trabalho, gênero, raciais e do conhecimento (QUIJANO, 2009). Isso demonstra que o conhecimento científico nada mais é do que um meio de reprodução do poder, sendo reflexo da sociedade.

Entender a estruturação da Ciência a partir dessas relações de poder e colocar em discussão a Europa como centro do saber é o primeiro passo para se questionar epistemologias que tensionem o campo científico e produzam visibilidades a investigações que não pertencem as centralidades estabelecidas. Não se trata de negar o conhecimento produzido na Europa, como aponta Guimarães (2015), mas dar visibilidades a outras perspectivas que são silenciadas e dialogar com esse conhecimento, como argumenta Porto-Gonçalves (2017):

[...] que não se trata de negar o pensamento europeu, o que seria repeti-lo com sinal invertido, mas sim nos propomos dialogar com ele sabendo que é europeu e, portanto, um lugar de enunciação específico, ainda que sabendo (1) que essa especificidade não é igual a outros lugares de enunciação pelo lugar que ocupa na contraditória estrutura do sistema-mundo moderno-colonial, (2) nem tampouco que esse lugar de enunciação europeu seja homogêneo e não abrigue perspectivas contraditórias, sejam de afirmação da ordem, sejam de perspectivas emancipatórias (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 38).

Isso deixa claro que o conhecimento europeu tem sua importância na História da Ciência, mas que ele produziu mecanismos de poder e exclusão de perspectivas, e entender que esse conhecimento dito moderno e hegemônico não consegue explicar tudo. Assim, aqueles considerados como clássicos na História da Ciência são passíveis de serem questionados, segundo Ballestrin (2013), não sendo cristalizados como absolutos, como também a autocrítica apresentada pela autora, sobre os problemas e limites das teorias denominadas como Teoria Decolonial.

Os meios de divulgação científica apresentam as mesmas relações de poder presentes na Ciência Moderna brasileira, com os movimentos de ausência e

silenciamento de temáticas. Os artigos científicos, produção que atualmente tem um maior destaque de acesso e de divulgação de pesquisas “acabam se transformando em proposições teóricas que forjam poder simbólico pela legitimação das teorias em um processo de citação nas pesquisas produzidas em determinadas áreas” (PINTO, 2017, p. 35-36). O autor ainda faz um resgate da produção científica no Brasil, que tem como marco o início dos anos 1930, com a instituição do decreto nº 19.851 de abril de 1931, que instituiu a pesquisa como uma das atividades do ensino superior (PINTO, 2017).

Os cursos de pós-graduação têm estreita relação com a produção científica de artigos no Brasil, pois é a partir do estabelecimento de programas que a produção tem um salto, reforçando as hegemonias dentro do campo científico. Os periódicos científicos vão ganhando destaque, principalmente por serem abertos e *on-line*, possibilitando mais facilidade de acesso. Suertegaray (2007) apresenta que os veículos de divulgação científica são os livros, anais de eventos e os periódicos, sendo importantes mecanismos de divulgação científica. A autora ainda destaca a importância das revistas eletrônicas, conseguindo atingir mais pessoas, ampliando e modificando a divulgação de conhecimento.

A Geografia tem uma história de produção de artigos científicos bem antiga, sendo que as primeiras produções nacionais em periódicos, segundo Dantas (2011), estavam ligadas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que criou a Revista Brasileira de Geografia em 1939, constituindo-se o mais importante meio de divulgação científica na Geografia do país naquela época (CESAR; PINTO, 2018). A partir dos anos 1980, principalmente na década de 1990 e no início dos anos 2000, o número de periódicos aumentou de forma significativa, como apontado por Cesar (2015; 2019) e Pinto (2017).

A divulgação científica por meio de periódicos evidencia mais uma vez, as centralidades e as hierarquizações que a Ciência acaba produzindo, ou seja, as relações de poder na produção de artigos científicos, como apontado por Cesar (2015), em que determinadas temáticas, como as de racialidades e gênero, não conseguem alcançar destaque, pelas relações de poder e por escalas de valores, considerando essas produções como menos qualificadas. Bourdieu (2004) argumenta que as tendências temáticas e conceituais do campo científico estão pautadas nas pesquisas e pesquisadores dominantes, que vão definir o que é ‘importante’ a ser investigado. Tal importância tem relação com as crenças próprias, que vão definindo

os temas que serão considerados nas pesquisas, concentrando tanto suas pesquisas para o estabelecimento dessas hegemonias como também excluindo outras perspectivas de análise.

Com isso, deixa claro que as questões raciais não formam as agendas de pesquisa pois o caráter eurocentrado da Ciência brasileira produz barreiras e silenciamentos dessas temáticas, voltadas para a universalização dos sujeitos e/ou das populações e grupos sociais. É necessário que a sociedade se desprenda das amarras do colonialismo e questione as consequências da colonização, questionando as verdades absolutas que são construídas e questionando as relações de poder que estruturam o conhecimento científico.

Dessa forma, para Guimarães (2015), a produção sobre as racialidades evidencia que estas são fortemente desconsideradas, afirmando-se não serem científicas. Silva (2009b) faz uma importante reflexão na produção de ausências e silenciamentos de temáticas de gênero, sexualidade e racialidade, e da importância de buscar visibilidades as temáticas que são silenciadas na Ciência.

A busca por visibilidade, passa em um primeiro momento em reconhecer as relações de poder que estruturam o campo científico, questionando os motivos que levam a determinadas pesquisas não serem aceitas como científicas, reconhecendo que determinados sujeitos não são representados em produções como também produtores de conhecimento. A partir desse reconhecimento, buscamos evidenciar as ausências das temáticas e reconhecer a pluralidade de formas de conhecimento, pois:

Apenas quando reconhecemos que uma ciência se estrutura pela ação de pessoas, de seus instrumentos de pesquisa, ideologias, culturas, e assim por diante, é que podemos conceber que existem muitas formas de conhecimento e, sendo assim, é possível afirmar que há muitas epistemologias possíveis no processo de pesquisa, ou 'na ação de conhecer'. As epistemologias escolhidas estão nas entranhas de nossos processos de pesquisa, e isso precisa ser assumido, discutido e colocado de forma transparente. Como ativos no processo de conhecer, nós tomamos decisões sobre o que é importante ser interrogado à realidade, as questões que elegemos, as fontes de pesquisa, a forma de coleta dos dados, a forma como sistematizamos e analisamos os dados coletados, bem como a maneira como os nossos resultados de pesquisa são publicizados por meio da linguagem escrita ou falada. Por consequência, todos esses aspectos devem ser considerados quando temos responsabilidade por aquilo que é produzido sob o rótulo de ciência, na forma como influenciemos outras/os pesquisadoras/es e futuras gerações de conhecimentos e conhecedoras/es. Assim, ao entender a epistemologia desta forma, podemos afirmar a existência das epistemologias feministas e étnico-raciais que norteiam a produção do conhecimento geográfico (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 14-15).

Isso de fato é um ponto que nos leva ao reconhecimento de temáticas silenciadas no debate científico. É pelo reconhecimento de que a pesquisa é realizada por pessoas e parte de suas escolhas que conseguimos dar visibilidade a epistemologias que são desconsideradas.

A busca por dar visibilidade a epistemologias não consideradas como científicas não é algo recente, mas só agora vem ganhando destaque no cenário atual. As perspectivas decoloniais vêm ganhando espaço de enfrentamento com as relações de poder dentro do campo científico, pois são embebidas de posicionalidade e visão de mundo, pautadas nas vivências espaciais e na superação da herança colonial. Cruz (2017) aponta que as perspectivas decoloniais tem forte relação com evidenciar a história e a produção científica dos grupos subalternizados, demonstrando as resistências contra o colonialismo.

Essa perspectiva busca dar visibilidade a sujeitos e sujeitas desconsiderados pela Modernidade, e compreender as especificidades das sociedades latino-americanas em relação à colonização e à colonialidade. O pensamento decolonial, como afirmam Silva, Ornat e Chimin Junior (2017), critica a imposição da Ciência Moderna europeia para explicar a realidade da América Latina, tendo um pensamento orientado para a produção de conhecimento científico, mas tendo em mente os princípios da Ciência apontados por Morin (1996), da clareza, respeito aos dados e da coerência.

Cruz (2017) esclarece que os estudos com a perspectiva decolonial já eram uma realidade há muito tempo nas pesquisas críticas no pensamento latino-americano, mesmo antes de se cunhar este termo. No entanto, a adoção do termo e de seus princípios marca um momento de luta e combate ao colonialismo.

O pensamento decolonial é uma rejeição das relações de poder presentes na sociedade, tendo a adoção da posicionalidade como fator importante nas investigações científicas. Ballestrin (2013) alerta para a confusão que é criada com a adoção do pensamento decolonial, sendo que ele não é uma rejeição da produção científica realizada pelo Norte global, mas uma outra perspectiva de trabalhar com o conhecimento científico, o que não exclui e não a torna melhor, mas sim outra forma de produção de Ciência. Isso demonstra que os estudos pela perspectiva decolonial partem da crítica à produção de universalismos, além de criticar a neutralidade defendida pela Ciência Moderna.

2.2 RACIALIDADES E CIÊNCIA: RELAÇÕES DE PODER E A PRODUÇÃO DE EPISTEMICÍDIO

Como salienta Silva (2009a), a Geografia produz ausências e silenciamentos de temáticas, conceitos e sujeitos, em detrimento de temáticas consideradas hegemônicas da racionalidade moderna. O debate em torno das racialidades é pautado nos silenciamentos e da negação de ser uma abordagem científica.

A epistemologia hegemônica por muito tempo desconsiderou abordagens que retratassem gênero, sexualidades e racialidades, bem como ignorava os sujeitos produtores desses conhecimentos, que eram mulheres, LGBTQIA+ e não brancos, considerando como incapazes de produzir conhecimento. Guimarães (2015) salienta a importância de dar visibilidades a esses sujeitos que historicamente foram silenciados do debate científico.

Quijano (2005) argumenta que a colonialidade do poder teve como centro as questões raciais, tanto como critério de separação como também de hierarquização e de inferiorização de povos fora da Europa. Para o mesmo autor, o desenvolvimento dessa inferioridade fez com que a produção de conhecimento fosse e ainda seja negada como Ciência, o que Carneiro (2005) chama de epistemicídio de temáticas e sujeitos em detrimento da Ciência Moderna europeia.

A investigação científica em torno de questões raciais não é recente, como Cirqueira (2015) apresenta em seus estudos, pois desde os clássicos da Geografia Moderna, Ratzel e La Blache já tratavam e produziam sobre as questões raciais, visto que nesse período, final do século XIX, o tema era amplamente debatido em todos os campos científicos, principalmente, por uma ótica de classificação e hierarquização pautada na biologia e na teoria da evolução, pela qual se justificava o processo de colonização de lugares e povos.

A racialização da sociedade pautada na biologia serviu para a classificação e hierarquização dos sujeitos e sujeitas, e mesmo que esta perspectiva biológica tenha sido superada em termos científicos, os efeitos desse processo nefasto estão presentes até os dias de hoje, promovendo uma negação total de uma parcela da população, desde sua linguagem, cultura, modo de vida e religião (NASCIMENTO, 1981). Em termos históricos, o conceito de raça surge como caráter da classificação e hierarquização biológica e vai ganhando concepções políticas de combate ao sistema de opressão e inferiorização e que ao longo do tempo se modifica, tanto em relação ao entendimento como também ao seu uso, ganhando conotações

socioculturais e políticos na classificação e hierarquização de seres humanos.

Mesmo com a mudança do sentido atribuído ao conceito de raça, Santos (2017) esclarece que ainda é um regulador de comportamentos, ao qual mesmo com o reconhecimento da igualdade biológica, não se teve avanço e o reconhecimento da igualdade racial, ordenando as relações sociais e na produção de desigualdades (SANTOS, 2013). Portanto, a racialidade é mais do que classificação biológica, sendo uma construção sócio-histórica, sempre espacializada no tempo e no espaço, com base na inferiorização e apagamento do Outro racializado, ao qual se denota privilégios para determinados grupos considerados hegemônicos e prejuízos para o Outro, sem os privilégios (OLIVEIRA, 2011).

Seguindo essa mesma linha, a racialidade é compreendida por Carneiro (2005) como uma dimensão social, determinada por uma relação estabelecida em marcadores construídos em concepções históricas e culturalmente construídas. Isso faz com que se crie valorização cultural e social a determinados grupos, denominados brancos e ao mesmo tempo criando uma polarização, com adjetivos de inferioridade para os grupos denominados negros, ou seja, a racialidade é uma construção social e histórica, com base no processo de produção de identidades a partir de características dos grupos sociais, que tem como marcadores os aspectos fisionômicos, sociais, culturais e linguísticos (CARNEIRO, 2005).

Mbembe (2018 [2013]), ao tratar das racialidades, argumenta também que a raça é mais do que classificação e hierarquização social, sendo um processo que desumaniza, não considera as pessoas não brancas como sendo humanas, algo que o processo de colonização impôs para se justificar o sistema de invasão de espaços e escravizações de pessoas. Com essa ideia, as leis de igualdade humana não se aplicavam a espaços fora da Europa e que os europeus deviam, por missão civilizadora, salvar as populações, além da ideia de serem superiores (MBEMBE, 2018 [2013]).

Com a ideia de salvar o “além-mundo”, como Mbembe (2018 [2013]) denomina, se dá o respaldo para a conquista, levando a criar artifícios para salvar a população e leva-los a civilização, um processo doloroso que tem resquícios muito fortes nos dias de hoje. Considerado o sistema de opressão e inferiorização por meio da racialidade sendo passageira, acreditava-se que por meio da educação seria possível superar, mas, como Moore (2007) nos explica, foi algo que não foi concretizado, as relações de poder estão presentes na atualidade e vão ganhando contornos diferentes, sendo

que é construído historicamente e não ideologicamente como se tentou mascarar. Assim, a construção da ideia de que os grupos de fora da Europa não eram humanos justificou o sistema de colonização e o permanente modelo de hierarquização humana.

Essa formação de não humanos, orientado para os lugares fora da Europa, justificou o sistema colonial e a escravização de pessoas, tendo como princípio a superioridade, e como dever humano salvar as populações, sendo que só era atribuída humanidade às pessoas brancas europeias (MBEMBE, 2018 [2013]). Carneiro (2005) acrescenta que foi considerado que o Outro era incapaz de ser um humano, incapaz de produzir cultura, sendo uma negação total do ser, como explica Nascimento (1981). O negro, então, é compreendido como não humano ao qual vai se naturalizando essa ideologia, como também da superioridade europeia. Assim:

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala” (CARNEIRO, 2005, p. 99).

O projeto colonial foi um processo intenso de dominação, sendo a colonialidade o lado obscuro da Modernidade, de forma interdependente, e, para o projeto colonial, as questões raciais foram primordiais para os projetos imperialistas (MBEMBE, 2018 [2013]). A dominação e hierarquização social, só foi possível por essa estrutura de inferioridade de populações que não pertencem ao projeto moderno, ou seja, o homem branco, heterossexual, cristão e europeu.

Com isso, fica evidente aos motivos da criação e estudos sobre as racialidades, produzindo relações de poder pautadas na biologia, com o intuito de classificar e hierarquizar as pessoas, tendo o respaldo para o projeto colonial de expropriação de culturas e espaços. Entretanto as racialidades precisam ser vistas e pensadas como uma categoria de análise, pensando e questionando as diferentes formas que foram concebidas o conceito de raça, promovendo questionamento quanto às relações de poder utilizadas para a construção do termo, para lutar por uma igualdade social (GUIMARÃES, 2015).

Dessa forma, por mais que esteja superado cientificamente, a raça com o princípio da biologia de classificação, se tem a necessidade de pensá-la como categoria de análise. As relações sociais foram se apropriando e naturalizando os princípios de inferioridade, ao qual o conceito foi criado, gerando inferiorizações, rejeição de um ser racializado, em que “a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes” (MBEMBE, 2018 [2013], p. 27). Oliveira (2011) explana sobre a multidimensionalidade da questão racial, demonstrando que está presente em vários contextos e age de diferentes formas, que deve ser vista para além de relações de poder que exercem na cultura, valores, estéticos, dentro outros, as questões raciais se revelam também como formas de violência física, assim para o autor:

A multidimensionalidade da questão racial em nosso país ora se revela por relações de poder ao buscar mudar a conduta de indivíduos e/ou grupos pela assunção de suas características corpóreas e os seus valores, culturais, morais, intelectuais e estéticos. Contudo, a questão racial também se revela por formas de violência física e/ou simbólica que produzem distâncias e desorientação nos indivíduos que se tornam *estranhos e estrangeiros de si*, interditando o uso e apropriação de espaços impedindo, em algum grau, a autonomia das trajetórias dos que tiveram suas condutas modificadas e/ou impedidas (OLIVEIRA, 2011, p. 59, grifo do autor).

Vale ressaltar que esse sistema de poder, do qual a racialidade faz parte, visa hierarquização e inferiorização, mas, além disso, o racismo é uma rejeição de todo o ser racializado, como Carneiro (2005) chama, o Outro racializado é ignorado e colocado como inferior, ao qual não pode ser reduzido somente em questões epidérmicas. O racismo na sociedade é um processo mais nefasto e desumano, sendo um conjunto de instrumentos e estruturas utilizadas para a dominação da cultura e do psicológico de determinados sujeitos (NASCIMENTO, 1981). Para além de uma construção ideológica e de estruturas, o racismo é uma construção histórica, estando presente em todas as camadas e estruturas históricas e socioespaciais (GUIMARÃES, 2015), não sendo uma invenção da colonização, o racismo perpassa historicamente e vai ganhando novos contornos, não se limitando as características epidérmicas, mas sendo uma rejeição total do outro, desde sua cultura, modo de vida, linguagem, refletindo em um grupo como um todo, negando a humanidade, a memória e a história (NASCIMENTO, 1981).

Sendo um sistema de classificação social, o racismo vai atravessando todos os

espaços e momentos históricos, ganhando conotações específicas em cada uma delas, mas tendo como princípio comum a rejeição do ser, usado para o controle das sociedades, e para Santos (2017):

O racismo aparece, então, como sistema multidimensional de classificação social, que (no caso brasileiro) tem em marcos corpóreos (cor da pele, cabelo, entre outros elementos fenotípicos) o principal traço diacrítico classificatório, mas que pode associar outras variáveis para compor um sistema de dominação, controle e exploração social. Isso resulta da complexidade dos sistemas classificatórios, e da forma como eles são operados dentro de regras sociais (SANTOS, 2017, p. 64).

O racismo como sistema de opressão, faz com que se criem mecanismos de inferioridade, adentrando todos os sistemas e camadas sociais, para garantir as vantagens sociais criadas historicamente para o grupo racial dominante (OLIVEIRA, 2011). Além disso, os mecanismos do racismo visam entrar na esfera da psique, criando uma imagem do negro como inferior, afetando o branco e principalmente na imagem de inferioridade que vai sendo naturalizada no próprio negro (FANON, 2008 [1952]). Dessa forma, o racismo é um dos mais violentos, ao qual está interligada na produção de inferioridade e superioridade por meio das racialidades, classificando e hierarquizando os seres humanos (MOORE, 2007). Carlos Moore (2007) explica que a sociedade repassou que o racismo era uma construção, que a partir do entendimento, educação era possível ser superado, considerado somente como algo passageiro e por ignorância, mas o racismo está pautado na produção de privilégios para as pessoas brancas, tanto simbólicos como materiais. Esses privilégios adquiridos pelas pessoas brancas fazem que, pelo racismo, ocorra a permanência desse sistema, além da dominação e da exclusão social, simbólica, a história e a memória dos grupos sociais considerados inferiores (CARNEIRO, 2005).

Com tudo isso, o racismo vai agindo e criando características de controle social, além de estar presente em todas as camadas sociais, e que vai ganhando conotações específicas ao longo do tempo, ou seja, o racismo é construído historicamente, e, como acrescenta Guimarães (2015), é construído espacialmente, estando presente nas bases da política, da produção do conhecimento, se metamorfoseando ao longo do tempo e espaço, se adaptando com as mudanças sociais, ou seja, o racismo vai incorporando novas formas de ação na sociedade (GUIMARÃES, 2015). O racismo também tem a característica de ser transversal, estando presente em todas as camadas sociais e se expandindo cada vez mais, na qual beneficia determinados

sujeitos considerados como universais, como diz Bento (2002).

No Brasil, segundo Oliveira (2011), as questões raciais precisam ser analisadas e compreendidas de forma multidimensional, pois vão ganhando diferentes conotações ao longo do tempo e espaço. Para o autor, as racialidades no Brasil têm um caráter político e ideológico, baseado na dominação, desde as teorias de embranquecimento, da mestiçagem e da democracia racial. Com isso, vai produzindo consequências para os grupos sociais não hegemônicos, atuando de forma distinta e em suas multidimensionalidades (OLIVEIRA, 2011).

Além disso, o racismo vai aprofundando as desigualdades sociais (SANTOS, 2013), e tem como meta a naturalização a concepção sobre o Outro que é “vítima de um regime baseado na exploração de uma raça por outra, no desprezo de uma parte da humanidade por uma civilização tida por superior” (FANON, 2008 [1952], p. 185), e tem como estratégia a naturalização da inferioridade.

Ao estabelecer essa naturalização da inferioridade, se ordenam os benefícios, que estão pautados sempre a um grupo que se beneficia do sistema racista, em que o racista, além de se sentir superior, detém superioridade e privilégios, tanto econômicos como sociais. Além disso, os benefícios e prejuízos causados pelo racismo fazem com que afete todo um sistema, desde as questões sociais, econômicas, educacionais. O racismo perpassa os espaços, produzindo barreiras sociais em diferentes espaços, como o acesso à educação, emprego e ao lazer (SANTOS, 2014).

A dominação e privilégios que o racista detém, estão presentes em todos os espaços e contextos e, segundo Guimarães (2015), estão sendo constantemente reconstruídas na sociedade. Por isso, se tem a necessidade e a urgência desse debate, tensionando não só as relações raciais, como também o campo científico.

O projeto racista visa não somente a dominação, como também a destruição e apagamento da memória, cultura e religião de um povo dominado, transformando os dominadores em heróis que precisam salva-los, abolindo costumes, tradições e instâncias de referência (FANON, 2008 [1952]). Além disso, esse projeto, visa eliminar as identidades e a memória das populações não brancas, produzindo um esquecimento das conquistas, dos heróis e da própria cultura dessas pessoas (NASCIMENTO, 1981).

Essa característica do racismo demonstra como ele está presente no nosso cotidiano, e na Ciência isso não é diferente, a medida em que privilegia certas

temáticas e sujeitos e exclui outras. Guimarães (2015) afirma que a universidade é um campo de disputas em que as racialidades, como temática a ser explorada, foi silenciada ao longo do tempo, como uma realidade a não ser explorada. Os campos de disputa na universidade demonstram como o racismo, o sexismo e a homofobia permeiam a Ciência geográfica, produzindo silenciamentos de temáticas e criar barreiras quanto a produção de conhecimento por não brancos, mulheres e LGBTQIA+.

Os efeitos desse sistema de silenciamentos de temáticas são enormes, refletidos em apagamentos e não aceite de abordagens e metodologias produzidas, alegando a falta de cientificidade, mas que detém de um teor racista que exclui os debates, externalizando o racismo que se faz presente.

Sueli Carneiro (2005) faz uma excelente análise, no plano acadêmico, da exclusão de temáticas a que estão submetidos os sujeitos e sujeitas negras/os, impondo barreiras na produção científica dessas pessoas, que afetam não só uma produção, mas a manutenção de pessoas racializadas nos sistemas educacionais. Para a autora, é evidente o tratamento desigual das/os negras/os no Brasil, desde a educação básica, e, principalmente, no ensino superior. Mesmo tendo um reconhecimento das práticas racistas na educação brasileira, Carneiro (2005) aponta que pouco é feito para mudar o cenário de exclusão que as populações negras foram e são submetidas, barrando a presença desses grupos no sistema educacional ou até mesmo considerando-os como inferiores e não dignos de frequentarem esses espaços.

Com isso, a Ciência, pautada nos princípios da biologia, tentou explicar que as sujeitas e sujeitos racializadas e racializados eram inferiores, por meio da medição do crânio, como afirma Costa (2006), sendo esse sistema por muito tempo a base de produção intelectual para hierarquização da população, dando respaldo para a dominação e colonização das pessoas. Carneiro (2005) argumenta que esse processo criou marcas na ciência, pois decretava uma inferioridade que era colocada como natural.

A Ciência Moderna, da qual a Geografia faz parte, é engendrada de relações de poder, e tem na sua história a adoção de temas, conceitos e sujeitos como hegemônicos, e posiciona a produção considerada inferior como aquela que não detém esse privilegio epistêmico, como salienta Silva (2009a). Isso faz com que a Ciência esteja num emaranhado de discursos e relações de poder que sustentam o

processo de inferiorização, sendo pautada na “intencionalidade de cada saber produzido, [...] a constituição de um campo de pesquisa como instância de reprodução de um poder específico que instauram novos campos de disputas e relações de poder” (CARNEIRO, 2005, p. 32).

Isso provoca que os movimentos do conhecimento científico não são naturais, mas estão imbuídos de relações de poder e intencionalidade, tendo como princípio que nada é dado por acaso. Esse caráter bate de frente com que a Ciência Moderna tenta perpetuar como neutralidade científica.

As racialidades como campo de investigação são marcadas pelas relações de poder que as excluem como científica, pois o racismo está presente na própria Ciência, como pontua Moore (2007), ganhando novas conotações, mantendo seu sentido de produzir obstáculos e inferiorização.

A produção desse racismo na Ciência faz com que a produção científica esteja pautada nessa lógica, ou seja, as investigações passaram a invisibilizar o negro como produtor de conhecimento, sendo, para Carneiro (2005), uma inviabilização do negro na sociedade brasileira, pois de escravizado passou a ser objeto de estudo nas Ciências.

Os estudos pautados sobre racialidade tiveram o negro como objeto de estudo, negando a sua produção, tendo a concepção de que são incapazes de produzir conhecimento, como também, incapazes de serem sujeitos políticos (CARNEIRO, 2005). A autora acrescenta que a formação do negro como objeto, e não como produtor de conhecimento, é uma forma de epistemicídio, que para ela, é a negação da produção de temas, conceitos e métodos referentes às racialidades, como uma rejeição dessa produção e dos sujeitos que a produzem.

Vale destacar que a tentativa de se estabelecer o debate das racialidades como não científico, mas sim militante, promove um processo de ocultamento e silenciamentos dos sujeitos e temáticas relacionadas às racialidades. Além disso, as discussões raciais recebem uma conotação de inferiores, sendo tachadas de construções míticas, sem cunho científico (GUIMARÃES, 2015). Também, os pesquisadores e as pesquisadoras negros e negras não são tratados como autoridades no tema (CARNEIRO, 2005).

Essas formas de ocultamento dos intelectuais negros e a redução das pesquisas sobre racialidades à militância faz com que essa produção não seja considerada como científica, desconsiderando produções por não reproduzirem a

Ciência Moderna.

Isso demonstra a necessidade de tensionar o campo científico para pensar nos silenciamentos que vem sendo produzidos no meio científico, e como as temáticas que envolvem as questões raciais são importantes para dismantelar o sistema de opressão instaurado na Ciência e na sociedade.

Dessa forma se instaura na Ciência o processo de controle e exclusão da diversidade de abordagens e temas, que tem como parte a elaboração do sistema de inferiorização e subordinação imposto na sociedade por meio da racialidade e do racismo. Com isso tudo, Carneiro (2005) chama a atenção para esse processo de exclusão, que regula o que será produzido e aceito, em termos de investigação científica, processo nefasto que para ela é um epistemicídio.

Com base em Boaventura de Souza e Santos, Sueli Carneiro (2005) traça argumentos sobre o epistemicídio e como ele adentra a Ciência, em que para a autora:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento 'legítimo' ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Percebe-se que o epistemicídio é mais que a negação de temáticas, mas é todo um processo de exclusão, de mecanismos e artifícios que reforçam uma inferioridade de não brancos. É todo um emaranhado de mecanismo que tentam reforçar a ideia do significado do conceito de raça, quando foi criado, da hierarquização e inferiorização do Outro racializado, sendo um duplo processo, a negação da racionalidade das pessoas não brancas e a imposição cultural e epistemológica da Ciência dominante (CARNEIRO, 2005).

O processo de epistemicídio de temáticas e sujeitos interfere diretamente na produção científica, produzindo hierarquias de temas, conceitos e metodologias. O racismo presente na Ciência tem o intuito de produzir uma inferioridade intelectual, ou seja, que determinados sujeitos não tem a capacidade de produzir conhecimento

válido ou legítimo, seguindo a ordem da racionalidade moderna imposta pelo colonialismo e propagada pela colonialidade.

O desmantelamento do racismo presente na sociedade é a tentativa de incluir perspectivas científicas que são negadas (MOORE, 2007), que devem sempre estar presente, tensionando as estruturas sociais em todos os níveis, estando, segundo Moore (2007), orientada a três campos:

- a) o desmantelamento da ordem de desigualdades socioeconômicas e políticas historicamente herdadas de um passado de conquista, colonização e escravização, mediante estratégias políticas especificamente voltadas para a equidade sociorracial em todos os âmbitos.
- b) a sustentação de uma campanha permanente de demolição do imaginário *raciológico* da sociedade, ancorado em fantasmas raciais coletivos;
- c) a colocação de todas as características fenotípicas das populações que compõem a sociedade em um mesmo plano de valorização estético-moral e efetiva (MOORE, 2007, p. 292-293 grifo do autor).

O autor considera esses três campos de combate ao racismo, mas, levando em consideração as argumentações de Carneiro (2005), deve ser também o desmantelamento do sistema racista que historicamente ocupa a construção da Ciência. O conhecimento científico, que é pautado por privilégios de raça e gênero, precisa ser tensionado para se erradicar da sociedade e da própria Ciência moderna, fundada sobre princípios das questões raciais voltadas para a biologia, sendo que esta classificação e hierarquização social ainda tem efeitos na atualidade.

O epistemicídio presente no conhecimento científico faz com que a legitimidade epistemológica do dominado seja retirada e desqualificada ou até mesmo destruída, se justificando pela ‘ajuda’ dos dominadores em levar para essas sociedades a civilização (CARNEIRO, 2005). Levando isso em conta, tanto o colonialismo como o racismo foram construídos para a destruição de sujeitos, sua história e memórias (CARNEIRO, 2005). Esse argumento vai de encontro com Mbembe (2018 [2013]), em que os não brancos foram considerados como não humanos, associando imagens e retratos de fantasmas criados pelo Ocidente, alimentando o status de selvagem ao qual foi empregado.

A aceitação das temáticas que envolvem as racialidades na academia brasileira é pequena, visto que é uma reprodução das relações de poder e silenciamentos de concepções de mundo que não fazem parte da racionalidade moderna. Há uma hesitação na academia em aceitar pesquisas e pesquisadoras/es negras/os, como aponta Guimarães (2015), e é a partir do reconhecimento de que a Ciência é uma

construção social, e questionando as verdades absolutas construídas pela Ciência Moderna, é que compreendemos o processo de silenciamento e de ausências de determinados sujeitos como produtores de conhecimento (SILVA, 2009b). A autora acrescenta ainda sobre as barreiras que mulheres e não brancos enfrentam na produção científica, sendo ignorados, e que:

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas “adequadas” como objetos de estudos do campo da geografia. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades (SILVA, 2009b, p. 26).

As estruturas da ciência Moderna, organizadas a partir da Modernidade/colonialidade, provocam tanto a hesitações da abertura do campo, como as barreiras impeditivas de aceitação dessas temáticas e pesquisadores(as). Geny Guimarães (2015) define algumas razões do fechamento do campo científico, ligadas por fatores como o não aceite da temática das racialidades como um campo de estudo na Geografia, o não aceite de pessoas negras como produtoras de conhecimento científico e pelo racismo presente na Ciência geográfica (GUIMARÃES, 2015).

A autora ainda afirma que há uma relutância no aceite da temática das racialidades, a qual se expressa na anulação do conhecimento produzido por não brancos como válido, visto que o racismo científico no Brasil vai ganhando tons na tentativa do branqueamento da população. Como aponta Guimarães (2015), tivemos na Ciência brasileira a tentativa de criar mecanismos de suporte que representassem o branqueamento da sociedade, tendo como pilares a teoria da mestiçagem e o mito da democracia racial, contribuindo para o racismo e o epistemicídio. Com isso, vale destacar que o epistemicídio na sociedade brasileira tem suas particularidades de criação e desenvolvimento, sendo que o Brasil tem características de controle e censura, além de ter uma característica de exclusão de pessoas não brancas de espaços educacionais e, conseqüentemente, da produção científica (CARNEIRO, 2005).

Com isso, fica evidente que as racialidades e o racismo no Brasil criam artifícios para o apagamento dessas pessoas, desde sua produção científica, mas

principalmente sua história e memória, levando a destruição do ser total, como explica Nascimento (1981). Isso reflete na instituição a consciência de superioridade e inferioridade nas sociedades, legitimando o sistema de hierarquias e classificação.

A negação do sujeito a produzir conhecimento científico perpassa todo o sistema racista impregnado na Ciência, que tem bases na não aceitação de pessoas negras estarem na academia e produzindo, além do jogo psicológico criado pelo sistema colonial, o enfoque da imagem do negro como lado obscuro, o mal, em que tudo o que está associado ao negro é visto como inferior e menos qualificado (FANON, 2008 [1952]). O epistemicídio reforça a ideia e questiona a capacidade intelectual desses sujeitos, tentando colocar como inaptos a serem intelectuais e/ou a apropriação acadêmica e intelectual, como afirma Carneiro (2005).

É tensionando o campo científico que se eliminam as barreiras que impedem a produção intelectual de pesquisadores e pesquisadoras, com temas considerados como não Ciência, como é o tema das racialidades, o que ocasiona o epistemicídio de temáticas e sujeitos. A Geografia, fundada a partir da racionalidade moderna, com suas bases fortemente estabelecidas no eurocentrismo, reproduz essas relações de poder que inviabilizam e criam as barreiras de produção sobre essas temáticas. Como aponta Silva (2009b), é a partir do embate contra as relações de poder que se pretende eliminar as ausências e silenciamentos produzidos na Ciência geográfica.

2.3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE ARTIGOS SOBRE AS RACIALIDADES

Como já foi visto, a Ciência é marcada por privilégios de raça e gênero e faz com que seja organizada por meio dessa lógica, ignorando e silenciando temáticas, como apontado por Silva (2009a), ocasionando o que Carneiro (2005) chama de epistemicídio de pesquisas e pesquisadores.

Seguindo essa lógica, as pesquisas relacionadas as racialidades sofrem um apagamento, sendo desconsideradas e recebendo características de não científicas, confundidas com militância, e por esse fato não recebem os requisitos de Ciência (GUIMARÃES, 2015).

A pesquisa científica retrata as intenções de quem a produz, pois é uma reprodução daquilo que o sujeito é, como aponta Morin (1996), além de o local em que está inserido ser um fator que interfere na pesquisa, ideia defendida pela perspectiva decolonial. A epistemologia está pautada e tem bases fundacionais no

eurocentrismo, com uma visão de neutralidade, objetividade e universalidade do conhecimento, a qual organiza todo o sistema científico.

Na Geografia essa lógica está presente, organizada a partir da racionalidade moderna, privilegiando temas considerados hegemônicos e silenciando temáticas que não correspondem a racionalidade moderna. Por isso, se torna essencial tensionar a Ciência, investigando a produção científica, e entender como o campo está estruturado perpassa por conhecer o que está sendo produzido. No que tange as produções sobre as racialidades na Geografia, Oliveira (2011) argumenta que teve forte influência da ideologia da democracia racial, a qual sustentava o sistema de dominação e hierarquização. Para o mesmo autor, no contexto dos anos 2011, as produções sobre as questões raciais cresceram, tanto em artigos, monografias, dissertações e livros, trazendo para o debate aspectos vivenciados pelas/os sujeitas/os (OLIVEIRA, 2011).

Corroborando com o autor, Silva *et al.* (2018), pontuam que o crescimento das publicações sobre racialidades tiveram um aumento após os anos 2000, com uma diversidade nas abordagens, como:

tensionamentos em torno da produção da cidade e o enriquecimento das abordagens por meio de elementos da cultura negra como festas, ritmos musicais e práticas religiosas. Outro importante eixo de análise da relação entre espaço e racialidades foi a abordagem das populações tradicionais, incorporando com mais intensidade os grupos indígenas, além dos negros. Os estudos exploram as tensões em torno dos elementos de sobrevivência e sua dependência com os elementos da natureza, como o acesso e manutenção da terra, modos de produção e manifestações culturais. [...] Os anos da primeira década do século XXI foram produtivos no desenvolvimento dos estudos de racialidades que acompanhavam um crescimento simultâneo dos movimentos sociais em busca de construir políticas afirmativas para promoção da igualdade racial no Brasil. Além de pesquisas que denunciaram a situação de exclusão espacial e de lutas de negros e indígenas por conquistas sociais, houve ainda estudos que analisaram as políticas implantadas pelo governo brasileiro para diminuição de desigualdades e do preconceito racial (SILVA *et al.*, 2018, p. 78).

Apesar do aumento nas publicações nos últimos anos, estas ainda se encontram muito aquém, ficando evidente o epistemicídio que tais temáticas sofrem, não figurando como uma realidade a ser pesquisada no Brasil. No que diz respeito a produção de artigos científicos, é notória a disparidade e como o tema das racialidades é silenciado na Geografia ao longo do tempo. Esse debate, muitas vezes visto como militância, como aponta Guimarães (2015), tem sofrido com a falta de legitimação acadêmica, e o aumento a partir da entrada de estudantes negros na academia

possibilitou maior interesse sobre a temática das racialidades. Santos (2007) argumenta sobre isso, esclarecendo que a entrada de pessoas negras a partir das políticas públicas de acesso ao ensino superior fez com que a temática das racialidades tivesse avanço, pois essas pessoas estão querendo retratar suas histórias e trajetórias.

Pensando em entender a estruturação do campo da Geografia brasileira e seus movimentos, o Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (GETE-UEPG) criou e mantém o Observatório da Geografia Brasileira (OGB), em que estão catalogadas as revistas científicas com avaliação da Geografia no sistema Qualis-CAPEs. O OGB abrange o ano de 1939 a 2019, tendo catalogado 25.437 artigos, distribuídos em 98 periódicos nacionais.

Vale destacar que a produção científica de artigos em revistas em formato digital é atualmente o meio de divulgação de pesquisa mais utilizado e que atinge um maior número de pessoas, e por isso se torna um importante indicador do que está sendo produzido e silenciado na Geografia nacional e como a epistemologia da Geografia vem sendo construída, visto que o OGB abrange as produções científicas desde 1939.

Suertegaray (2007) reforça o fato de os artigos científicos serem um dos veículos de divulgação científica, e Pinto (2017) argumenta que esse veículo vem ganhando destaque, por ter o formato digital e de acesso livre.

Pensando na estruturação do campo da Geografia nos periódicos nacionais *on-line* sobre as racialidades, é preciso entender como as pesquisas relacionadas a essa temática venho sendo desenvolvidas ao longo do tempo. O OGB contém um mecanismo de busca, que permite, por meio de termos, fazer uma consulta dos artigos que contém esses termos, tanto nas palavras-chave como no título dessas publicações. Isso se assemelha a pesquisas anteriores, como as desenvolvidas por Cesar (2015 e 2019) e Pinto (2017), nas quais os autores estavam preocupados em entender a estruturação da epistemologia nacional em relação às questões relacionadas a gênero.

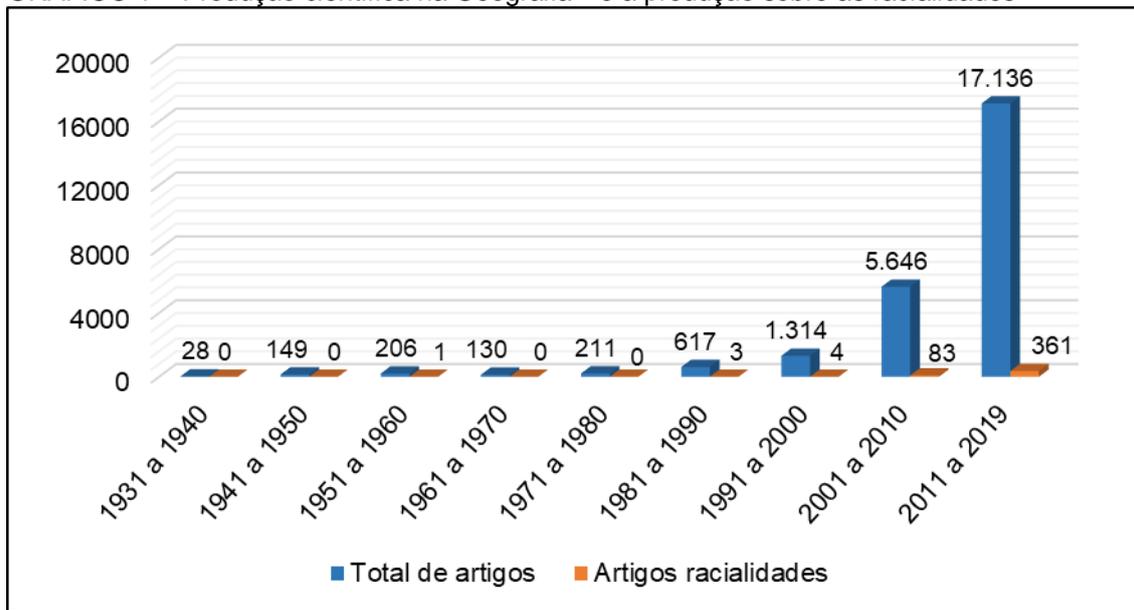
Com isso, para entender como o campo das racialidades foi sendo construído no Brasil em termos de artigos, foi realizada uma busca no OGB com determinados termos que evidenciam o campo das racialidades, entendendo-se que esse campo é amplo e vai além de raça e racialidade. Dessa forma, foram adotados os seguintes termos para a realização da busca: raça, racialidade, racismo, negro, negros,

negritude, quilombo, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, etnia, etnicidade, étnico-racial, 10.639 e movimento negro.

O primeiro passo de análise foi eliminar os artigos que não tinham referência as racialidades, como por exemplo artigos que retornavam pela pesquisa com o termo 'negro', mas que tinham como conteúdo discussões em torno do 'Rio Negro' sem ter referência as questões raciais. Em outro exemplo, ao buscar artigos com o termo 'raça', o sistema trazia como retorno artigos relacionados à discussão de 'praça'.

Após esse primeiro refinamento, houve um retorno total de 452 artigos. É perceptível que o campo das racialidades é pouco desenvolvido em termos de artigos científicos, pois de uma história de 80 anos de produção, considerando as primeiras publicações da Revista Brasileira de Geografia em 1939, temos somente 1,8% de toda produção. Quando considerado o período de 2001 a 2018, a produção sobre as racialidades corresponde a 1,9% da produção nesse período. Isso demonstra que a Geografia pouco tem se preocupado em dar visibilidade a essas temáticas, demonstrando as ausências e silenciamentos, como apontado por Silva (2009a), e o epistemicídio de pesquisas e seus sujeitos produtores, como afirma Carneiro (2005).

Essa produção, mesmo que represente um número pequeno em relação à produção total, tem se mostrado mais presente nas discussões ao longo do tempo, sendo perceptível o aumento de publicações após os anos 2000, e ganhando um pouco mais de expressividade após 2010. O Gráfico 1 apresenta a evolução das publicações ao longo das décadas, tanto pelo total de artigos quanto os relacionados às racialidades.

GRÁFICO 1 – Produção científica na Geografia²⁰ e a produção sobre as racialidades

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria

É perceptível a disparidade do total de produções em relação às de racialidades, o que demonstra o pouco interesse da Geografia em tratar esse tema, mesmo a população sendo mais de 50% negra, quanto contabilizados em conjunto pretos e pardos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso evidencia as relações de poder dentro do campo científico, que não estão interessadas em dar visibilidade a sujeitos sem o privilégio epistêmico. Bourdieu (2004) argumenta que o campo científico é organizado a partir de pesquisas e pesquisadores influentes no campo, ou seja, a Ciência Moderna, que é hegemônica, não tem em sua pauta de discussão o tema racial, pois a regra do jogo é sempre estabelecida por quem está no topo da hegemonia, visto que:

os agentes fazem os fatos científicos e até mesmo fazem, em parte, o campo científico, mas a partir de uma posição nesse campo – posição essa que não fizeram – e que contribui para definir suas possibilidades e suas impossibilidades (BOURDIEU, 2004, p. 25).

Nos últimos anos, a presença de artigos científicos sobre as racialidades teve um aumento considerável, pois a partir de 2010 esse campo apresenta 2,1% de publicações nesse período, número ainda muito baixo, mas que revela o crescimento e maior interesse na discussão. Se comparadas somente as década de 2001 e 2010,

²⁰ O total de artigos está considerando o ano de 2019, o mesmo está em processo de inclusão dos artigos. Já os artigos relacionados as racialidades leva em consideração até o ano de 2018, visto que é o último ano que está completo.

tem-se 1,5% das publicações totais, enquanto antes de 2001 houveram somente oito artigos publicados sobre racialidades.

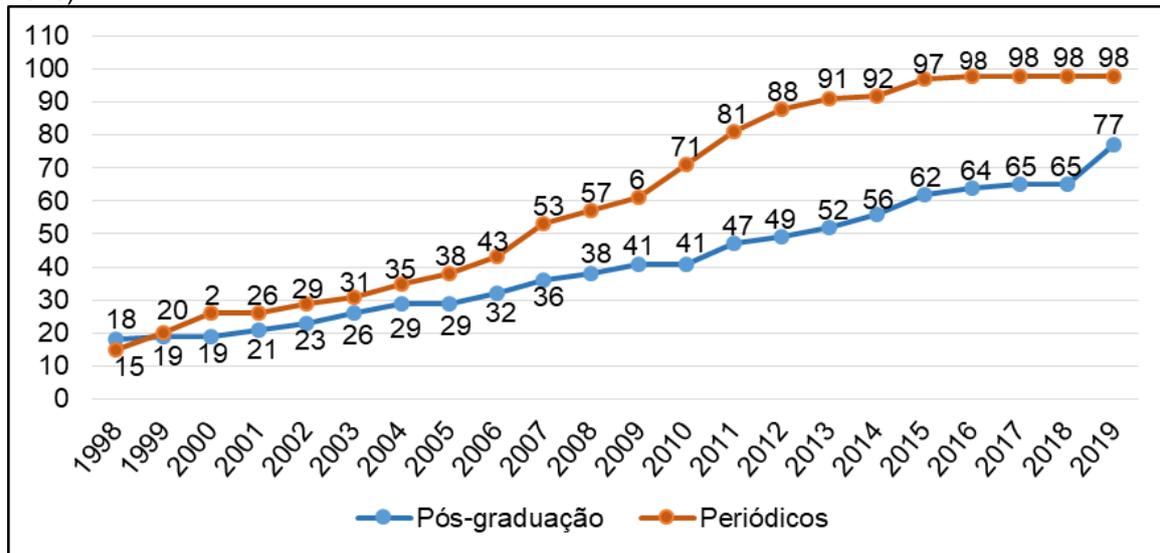
No entanto, é perceptível o aumento do número de publicações ao longo do tempo, tanto sobre as racialidades, mas também as publicações como um todo. Isso ocorre, principalmente, com o crescimento da pós-graduação brasileira a partir dos anos 2000. A pós-graduação em Geografia no Brasil tem uma história a partir dos anos 1970, pois em 1971 foram criados os primeiros cursos, de Geografia Humana e Geografia Física na Universidade de São Paulo, e em 1972 foi criado o Programa de pós-graduação em Geografia na UFRJ. Suertegaray (2007) aponta que o crescimento da pós-graduação em Geografia caminhou em passos lentos, pois em 1980 eram somente oito programas implantados no país, estando a maioria na região Sudeste (5), seguido pelas regiões Nordeste (2) e Sul (1). A expansão ocorreu, segundo a autora, após a segunda metade da década de 1990, chegando a 19 cursos, e em 2005 já abrangia cerca de 32 cursos de mestrado e 15 de doutorado (SUETEGARAY, 2007).

A pós-graduação em Geografia continuou o seu crescimento ao longo do tempo, e em 2010 passou a contar com 41 programas. Já em 2019 esse número chegou a 77 programas de pós-graduação em Geografia. Esse aumento ajuda a entender o crescimento de publicações após os anos 2000, pois há um crescimento na pós-graduação, o que faz com que mais pessoas estejam realizando pesquisas e consequentemente publicando os seus resultados.

Vinculadas a esses programas, e com a necessidade de criar meios de divulgação científica, as revistas configuram papel importante para o aumento de publicações, pois temos um crescimento considerável de revistas após os anos 2000, quando haviam 26 periódicos, chegando em 2010 a 71, e em 2019 abrangendo 98 revistas mantidas e com avaliação na área de Geografia pelo sistema Qualis-CAPES.

Os periódicos estão em quase sua maioria vinculados aos programas de pós-graduação, o que faz com que eles tenham um desenvolvimento parecido. O Gráfico 2 demonstra o crescimento das revistas e programas de pós-graduação em Geografia no Brasil.

GRÁFICO 2 – Aumento do número de Pós-graduação em Geografia²¹ e de periódicos por ano (1998-2019)



Fonte: GEOCAPES e Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Esse crescimento se assemelha ao aumento das publicações após os anos 2000, em que há mais pesquisas sendo desenvolvidas e com maior número de programas. Já pensando nas questões raciais, o aumento está ligado a esse crescimento, mas também, como aponta Guimarães (2015), à implementação de dispositivos de acesso à universidade, como as políticas de cotas para os estudantes. Para ela, essas pessoas são as que mais se interessam pelo tema das racialidades, pelo fato de vivenciarem as relações de poder, se tornando assim uma agenda de pesquisa.

Outro fator importante para o crescimento das publicações sobre racialidades, tem relação com os debates promovidos pelo Movimento Negro e pelo Governo Federal. Esses debates, que eram frequentes no Movimento Negro, se tornaram pauta do Governo Federal no final da década de 1990 e início dos anos 2000, quando foram realizados vários debates em preparação para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia Intolerância Correlata em Durban, na África do Sul, no ano de 2001. Tanto a preparação como os compromissos firmados após a Conferência de Durban fizeram com que o debate permanecesse latente no cenário nacional, pautado nas reivindicações do Movimento Negro e pressão para que o Governo Federal cumprisse o acordo de eliminar as diferenças sociais e econômicas presentes no país, reconhecendo a não existência do mito da democracia racial, ao

²¹ Dados coletados em Dados GEOCAPES. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>.

qual vinha sendo defendida por muito tempo. Além disso, o governo brasileiro tinha a missão de propor políticas públicas para o acesso de pessoas excluídas, tanto nos sistemas educacionais como de trabalho, resultando, por exemplo, na criação de ações afirmativas de acesso às universidades (MALACHIAS, 2006).

Mesmo com o aumento das publicações em torno das racialidades, esse campo está ainda muito aquém, sendo marcado pela tentativa de silenciamento, desconsiderando essas temáticas como científicas, o que faz com que a Geografia tenha dedicado pouco interesse em problematizar as questões raciais no espaço geográfico.

Marcando essa posição, de que a Geografia brasileira tem pouco se preocupado com as discussões raciais em termo de artigos científicos, Cirqueira (2015) esclarece que o debate sobre as questões raciais se configura como horizonte de pesquisa a muito tempo, porém esse debate tendia a um olhar de classificação, hierarquização e o mito da democracia racial. Ou seja, o debate sobre as racialidades reforçava as relações de poder e de inferiorização social em que o conceito foi criado, e para ele:

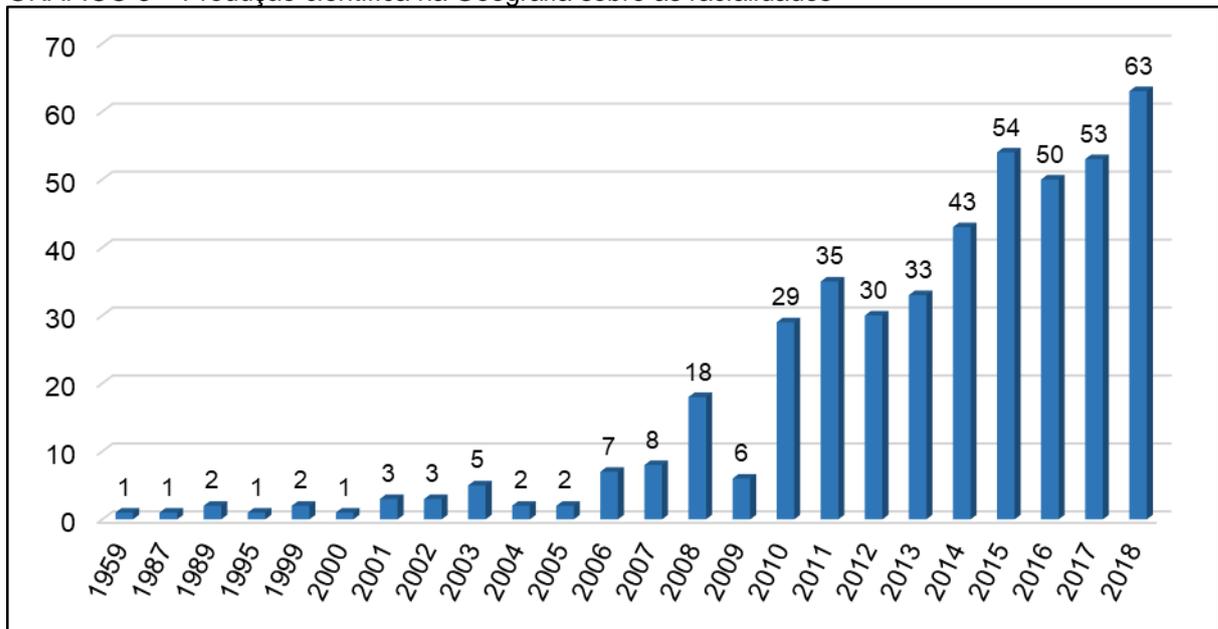
Ao tempo que se absorvia o discurso que se hegemonizava sobre 'democracia racial brasileira', utilizava-se para interpretar essa 'sociedade mestiça' todo o conjunto de categorias e cabedal teórico das ciências racistas do final do séc. XIX e início do séc. XX. A despeito da aceitação da premissa teórica da sociedade brasileira como 'mestiça', foi utilizado como referências para tratar desse assunto os autores que abominavam esse processo; o viam como degeneração ou como etapa passageira rumo ao branqueamento. [...] Enfim, os geógrafos do pós década de 1930 interpretaram a sociedade brasileira 'mestiça' com um arcabouço teórico ultrapassado da ciência racista do século XIX. De alguma forma, contin[u]ou sendo reproduzido todos estereótipos racistas, porém, com uma linguagem marcada pelo ideário de democracia racial (CIRQUEIRA, 2015, p. 201)

Isso revela que as questões raciais figuram como pesquisas, mas com um olhar que reforça as relações de poder. Temos, atualmente, uma visão sobre as racialidades que questiona as relações de poder sobre as quais o conceito foi criado, sendo uma luta política por direitos e acesso a espaços negados por muito tempo. Assim, temos uma discussão engajada em eliminar as barreiras sociais e epistêmicas, questionando a ausência dos debates raciais na Ciência.

Fica evidente que a construção epistemológica da Geografia brasileira é marcada pela não abertura temática a determinadas pessoas e temas, como as mulheres, não brancos e LGBTQIA+, mas ao longo do tempo a demanda por essas

pesquisas têm aumentado e criado tensionamentos no campo científico (SILVA, 2009a). Isso é demonstrado no Gráfico 3, pois a temática das racialidades, mesmo com uma produção ainda muito pequena, vem ganhando mais força ao longo do tempo, conquistando mais espaços no meio científico.

GRÁFICO 3 – Produção científica na Geografia sobre as racialidades



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Com o gráfico fica evidente que o campo das racialidades figura com mais intensidade após o ano de 2010, se tornando uma agenda de pesquisas que busca um maior reconhecimento dentro da epistemologia da Geografia nacional. Esse período corresponde a 86,3% de toda publicação sobre racialidades em periódicos brasileiros de Geografia, demonstrando a demanda pontuada por Guimarães (2015), de maior interesse quanto a essa temática após as políticas de acesso ao ensino superior, que promoveram maior acesso às universidades pelo sistema de cotas raciais, e que essas pessoas que tem um maior interesse sobre a temática. Cabe destacar que o gráfico representa toda a produção científica das racialidades na Geografia brasileira, em termos de artigos.

Outro ponto importante de ser mencionado são os artigos publicados antes de 2001, tendo como marco para as discussões sobre as questões raciais a Conferência de Durban, em 2001. Os artigos produzidos anteriores a esse ano totalizam somente oito publicações, o que caracteriza que essa temática não pertencia às discussões na Geografia em termos de artigos científicos. Esse período reflete o momento do debate

da democracia racial e da mestiçagem, seguindo, principalmente, as reflexões de Gilberto Freyre, com o livro *Casa Grande e Senzala*, que marca a Ciência com as reflexões de que vivemos em um país em que todas as raças têm os mesmos direitos, o que influenciou outras pesquisas da época, como aponta Cirqueira (2015). Vale destacar que essa análise é referente à produção de artigos científicos em periódicos brasileiros de Geografia, cabendo ressaltar que temos publicações referentes a essa temática em outros veículos de divulgação científica, como também em revistas de outras áreas, realizadas por geógrafas(os) de outros países com pesquisas referentes ao Brasil. No entanto, para esta investigação, somente estão sendo analisadas as publicações em periódicos brasileiros de Geografia no formato digital. Dessa forma, com uma maior discussão nesse período, e com a implementação de políticas públicas no acesso ao ensino superior, esta pesquisa evidenciou os estudos a partir de 2001. Isso reflete que a produção anterior a esse marco temporal não foi descartada, pois ela é de fundamental importância para o desenvolvimento temático das questões raciais na Geografia.

As discussões em torno das racialidades surgem primeiramente em um artigo de 1959. Considerando-se uma história de produção de artigos em periódicos desde 1939, com a *Revista Brasileira de Geografia (RBG)*, e sendo esta um marco da produção científica brasileira e o mais importante veículo de divulgação da Ciência geográfica no país naquele período (CESAR; PINTO, 2018), há uma lacuna de 20 anos desde a criação da RGB em 1939 até a primeira publicação sobre racialidades, demonstrando a falta de interesse em discutir o tema no Brasil. Após esse marco teórico, passaram-se 28 até que esse debate voltasse a marcar presença na arena científica, pois somente em 1987, em pleno processo de redemocratização do país, enquanto se discutiam demandas sobre os territórios quilombolas na Constituição Federal de 1988, surgem duas novas publicações. Ainda assim, mesmo após esse período, a década de 1990 não trouxe uma maior exploração do tema pela Geografia, contando com somente três artigos: um em 1995 e dois em 1999. No ano 2000, apesar das discussões em torno da Conferência de Durban que ocorreria em 2001, foi publicado apenas um artigo sobre o tema. Fica nítido então que o debate começa a figurar após os anos 2000, quando pelo menos um artigo era publicado por ano em revistas, algo que, antes de 2000, não ocorria.

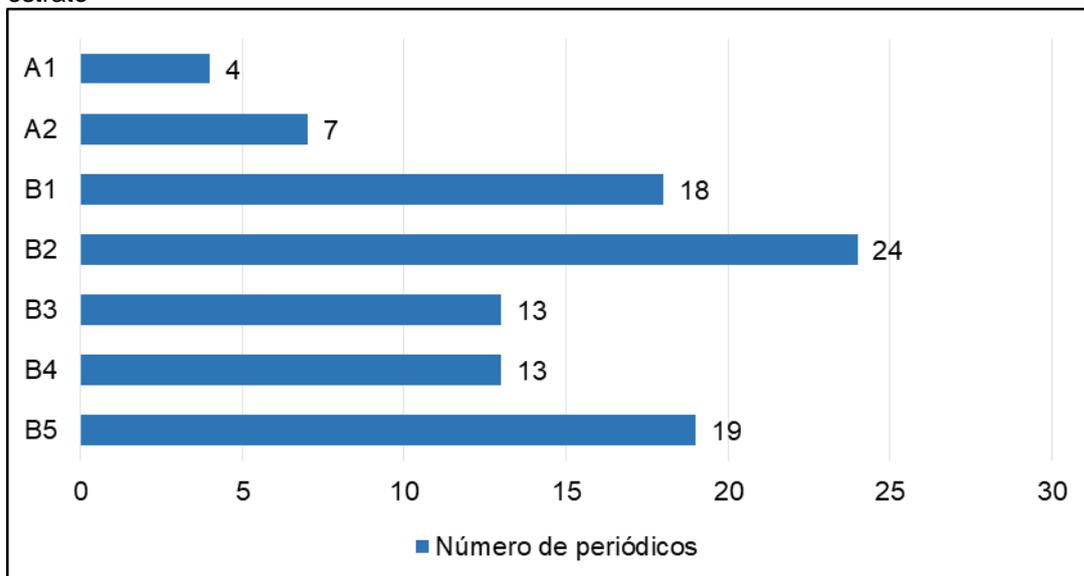
Além de números, os dados demonstram como o debate sobre as racialidades na Geografia veio marcando presença nas publicações, e como está ausente em

vários períodos, e mesmo com pouquíssimas publicações revela as ausências e silenciamentos que a Geografia brasileira produz.

Outro dado importante é saber quais revistas que estão publicando a temática. De um total de 98 periódicos, 86 apresentam pelo menos uma publicação referente às racialidades, sendo que 12 não tiveram nenhum artigo sobre a temática. Os periódicos científicos são avaliados pelo sistema Qualis-CAPES, que consiste em avaliação da qualidade das revistas, a partir de parâmetros pré-determinados, permitindo-se atribuir uma nota de qualidade à revista. Essa avaliação é feita a cada triênio, contendo oito estratos de classificação, definidos em ordem decrescente de qualidade: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo que o último tem valor nulo.

Dessa forma, os periódicos com avaliação na Geografia estão organizados a partir dessas características. Com base na última avaliação quadrienal Qualis-CAPES de 2013-2016, as revistas estão classificadas por sete estratos de qualificação, sendo que o estrato mais qualificado (A1) é composto por quatro revistas, enquanto o B2 tem a maior quantidade de periódicos (24), como pode ser observado no Gráfico 4, que demonstra a distribuição do número de revistas por estrato de qualificação.

GRÁFICO 4 – Periódicos por estrato de qualificação Qualis-CAPES (2013-2016) – quantidade por estrato



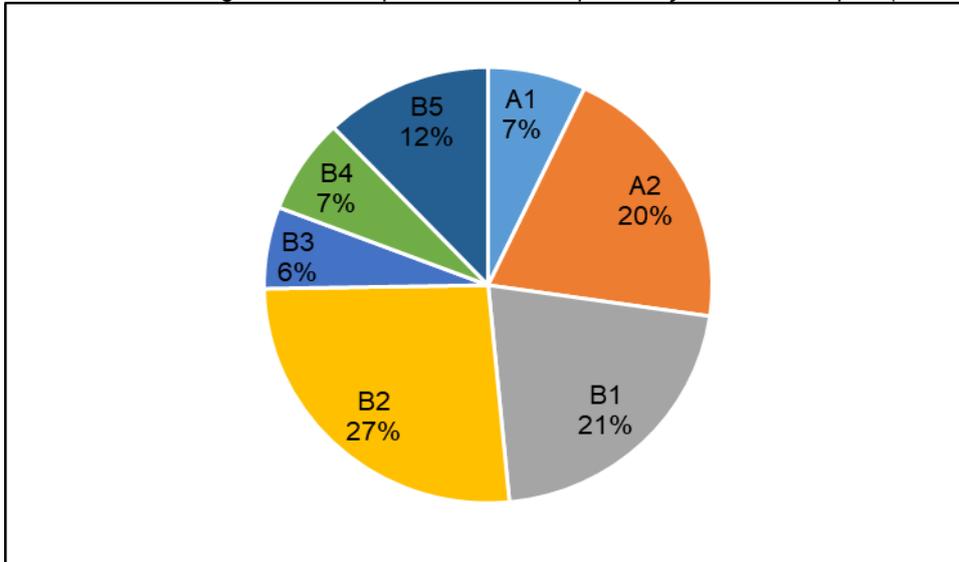
Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Os periódicos científicos na área de Geografia ocupam, em sua grande maioria, os estratos abaixo de B2, segundo os documentos disponibilizados para avaliação dos programas de pós-graduação. Já nos documentos usados avaliar propostas de

novos cursos, tais como a Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN)²² e o Documento de Área da Geografia²³, ambos de 2019, são consideradas produções qualificadas as publicações referentes aos estratos A1, A2 e B1. Nesse contexto, apenas 29 periódicos têm seus artigos considerados como qualificados.

Com base nisso, os periódicos são organizados pelas mesmas estruturas de poder presentes na Ciência, pois refletem as hierarquias e as hegemonias do campo científico, barrando através de recusas publicações consideradas não científicas. Isso fica mais claro quando se analisa a configuração dos artigos sobre racialidades nos estratos de qualificação Qualis-CAPES. O Gráfico 5 apresenta essa configuração, organizado por estrato de qualificação.

GRÁFICO 5 – Artigos divididos por estratos de qualificação Qualis-Capes (2013-2016)



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Tomando os dados por base, temos o campo das racialidades com uma concentração de publicação no estrato B2 com 27%, seguido de B1 com 21% e A2 com 20%. Em números absolutos, o estrato B2 concentra o maior número de artigos publicados, representando um total de 119 publicações. É perceptível que o estrato melhor qualificado, o A1, é um dos que tem o menor volume de publicação, sendo 7%, o que representa um total de somente 30 artigos.

Levando em consideração a produção qualificada, como mencionado anteriormente, que é a junção dos estratos A1, A2 e B1, temos como produção

²² Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/opcn_GEOGRAFIA.pdf>.

²³ Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/geografia-pdf>>.

qualificada um total de 216 artigos, o que corresponde 48% de produção considerada como qualificada, ou seja, quase metade das publicações sobre as racialidades estão concentradas nos estratos mais bem qualificados pelo sistema Qualis-CAPES. Mas quando se considera somente os estratos de qualificação A (A1 e A2), que recebem maior status, encontra-se um total de 121 artigos, sendo 27% do total das publicações referentes às racialidades. Enquanto isso, os estratos que têm menor avaliação (B2, B3, B4 e B5) representam um pouco mais da metade de toda a produção, sendo um total de 52%, o que corresponde a 236 artigos.

Isso tudo demonstra a hierarquia dentro do campo científico da Geografia, pouco preocupado em dar visibilidade a sujeitos sem os privilégios epistêmicos. A Geografia está configurada a partir dos privilégios de sexo e raça, como argumenta Silva (2009a) e reproduz o sistema de hierarquização de temas, conceitos e sujeitos, ocasionando ausências, silenciamentos, além do epistemicídio como aponta Carneiro (2005).

Este capítulo explorou as relações de poder que estão presentes no campo científico, que por meio da Modernidade e da colonialidade impôs um modo de fazer Ciência baseado nos princípios de neutralidade, objetividade e universalidade. Essa imposição que advém do eurocentrismo, que coloca a Europa como o centro econômico e epistêmico, nega outras formas de conhecimento. Dessa forma, determinadas abordagens, temas e sujeitos são desconsiderados e tachados como não Ciência, em que os estudos sobre racialidades figuram nesse cenário. Neste sentido, é problematizada a questão racial com a Ciência, e como as questões raciais estão presentes no debate científico, reproduzindo sistemas de poder que negam essas abordagens, ocasionando o silenciamento de temáticas e sujeitos em pesquisas e como produtores de conhecimento, o qual podemos denominar de epistemicídio. Por fim, analisamos a estruturação do campo científico em relação às racialidades, pela produção de artigos com avaliação da Geografia, reforçando a pequena abertura do campo à temática.

CAPÍTULO 3

ABORDAGENS SOBRE RACIALIDADES NAS REVISTAS CIENTÍFICAS BRASILEIRAS

Como argumentado no capítulo anterior, a Ciência é constituída por relações de poder que fazem com que temas sejam desconsiderados como conhecimento científico. Essas relações de poder, numa sociedade de formação colonial, produzem e reproduzem instrumentos de legitimação e validação, interseccionando vários marcadores sociais. Ou seja: Quais conhecimentos são considerados legítimos e quais são ilegítimos? Quais formas de conhecer são válidas e quais não o são? Quais vozes são autorizadas e quais não o são? (CHAUI, 1984). Vemos dispositivo de poder (CARNEIRO, 2005) se constituindo, definindo o que é dotado de razoabilidade, normalidade e vitalidade. Para Carneiro (2005) a construção da racialidade como dispositivo de saber/poder envolve: (1) a imposição de obrigações, privações e privilégios; (2) se fixa num ritual em cada contexto espaço-temporal; (3) define cuidadosas e meticulosas ações e procedimentos; (4) cria marcas e grava lembranças nas coisas, objetos e corpos; (5) se torna responsável pelas dívidas. Para a referida autora, esses dispositivos são base para um projeto epistemicida, sendo sustentados por um *Contrato Racial* que define o branco como norma e os não-brancos como o outro, como afirma Carneiro (2005), inspirada em Charles Wade Mills (1997).

Isso faz com que se produzam ausências e silenciamentos de temáticas e sujeitos, como argumenta Silva (2009a), ocasionando um epistemicídio de pesquisas e pesquisadores, que seria a exclusão do debate e a sua não aceitação (CARNEIRO, 2005). Dessa forma, a Ciência é estruturada a partir das relações de poder baseadas em alguns eixos, sendo a racialidade um deles, como discutido anteriormente. Por isso, se faz necessário a discussão do campo das racialidades, na qual se estrutura o campo científico.

Portanto, este capítulo faz uma discussão de como o campo das racialidades está estruturado no pensamento geográfico brasileiro, em questão dos temas e grupos sociais presente nas pesquisas, problematizando as relações de poder que interferem na produção científica desse campo. Para isso, a primeira seção se dedica a compreender quais os temas que se destacam nas abordagens das racialidades, indicando como veio se construindo o campo no conhecimento geográfico brasileiro. A seletividade e a distinção se constituem como dispositivos de poder racial que definem quais grupos terão sua humanidade reconhecida e quais estão fora do

conceito de humanidade, e, portanto, ignorados nas investigações. A segunda seção, evidencia os grupos sociais que são abordados nos artigos científicos referentes às questões raciais nos periódicos de Geografia. Por fim, a terceira seção está direcionada a análise da produção em termos espaciais, identificando os locais de produção e as universidades que se destacam na produção de artigos científicos em torno das racialidades.

Este capítulo busca dar visibilidade à produção científica em torno das racialidades, na produção de artigos, em revistas nacionais, no qual ajuda a pensar a dinâmica de construção desse campo de saber na epistemologia da Geografia nacional, que sofre influência das relações de poder e da colonialidade do saber (LANDER, 2005) que fundamentam a Ciência Moderna. Assim, demarcar a produção científica é tensionar o campo científico quanto as hierarquizações, ausências e silenciamentos de temáticas.

Portanto, este capítulo torna visível a produção sobre as racialidades nos artigos científicos, bem como detalha os temas, conceitos e os locais em que se produz esse perfil de abordagem científica.

3.1 OS TEMAS E CONCEITOS HEGEMÔNICOS QUE TRATAM DAS RACIALIDADES

A Ciência geográfica, que é estruturada a partir de relações de poder, como explicitado no capítulo anterior, acaba produzindo leituras espaciais que não consideram as discussões de racialidade, gênero e sexualidade, sendo estas consideradas militância, como aponta Guimarães (2015), ou mesmo não pertencentes à Geografia, como salientado por Silva (2009a).

Desde os fundadores do pensamento moderno[-colonial] da Geografia no final do século XIX, o tema das racialidades é um debate explícito nas publicações dos principais formuladores. Ratzel e La Blache dedicaram inúmeros capítulos sobre o tema. Se depreende da leitura dos formuladores da Geografia Moderna[-colonial] que a branquitude se constituiu como um projeto de poder civilizatório ocidental que justificou o projeto imperialista. Já a negritude e todos os não-brancos são apontados como símbolo do atraso à espera do branco salvador. As missões que formularam os primeiros cursos de Geografia no início do século XX estavam entranhadas deste imaginário.

Guerreiro Ramos (1995 [1957]) adverte que, na Ciência, o negro é objeto de investigação dos brancos e não sujeito de sua própria história. Esse autor propõe a ideia de *negro-tema x negro-vida*. No primeiro caso, o *negro-tema* é o objeto a ser escalpelado e examinado, ora como um ser mumificado ora como um ser curioso e exótico. Essa leitura conduz a apreciações fictícias, inadequadas e enganosas. A Geografia Moderna[-colonial] produzida a serviço do imperialismo nasceu sobre esse solo epistemológico. Já o *negro-vida* envolve compreender um ser plural, multiforme, que não se deixa imobilizar, que assume o seu destino fazendo de si próprio um ser em constante devir. Dessa forma, o tema das racialidades envolve arenas políticas.

Seguindo essa lógica, Oliveira (2006) argumenta que o meio científico e a Geografia, produzem arenas de embates, em que a Ciência vai se colocando e produzindo disputas pela hegemonia de temas e conceitos. O autor está olhando a partir de arenas políticas do Hip-Hop, formando espaços de luta e disputas espaciais das relações sociais que envolvem e produzem as suas arenas. Podemos considerar que a própria Ciência forma arenas de disputa que envolvem temas, conceitos, sujeitos e as pessoas que à fazem.

Esse aspecto se torna de extrema importância para o campo das racialidades na Geografia, pois está marcado por disputas espaciais para ser considerado até mesmo pertencente à Geografia, pois as “arenas políticas apontam as dimensões das ações, tais como os lugares de onde falam os sujeitos envolvidos, os instrumentos de luta e a diversidade [de] métodos” (OLIVEIRA, 2006, p. 85). Podemos identificar esse mesmo aspecto quando é analisada a produção científica nos periódicos em torno das racialidades na Geografia, ao formarem arenas de disputa para com os temas centrais dentro do campo e também dos recortes analíticos enfatizando o mundo dos brancos (camuflado como discurso universal). Os silêncios deliberados imanentes à questão racial brasileira buscam blindar privilégios da branquitude na (re)produção do conhecimento.

Vale destacar que essas agendas de disputa e os temas que se tornam hegemônicos dentro do debate das questões raciais na Geografia, além das disputas dentro das arenas de poder, tem o epistemicídio de determinadas temáticas, como aprofunda Carneiro (2005) a partir da proposta de Santos (1995), o que faz com que alguns temas não sejam aceitos para serem estudados. Então, esses dois processos estão diretamente ligados na produção científica em torno das racialidades, o que faz com que determinados temas tenham um desenvolvimento mais acentuado que

outros, pois de um lado temos as arenas de disputa e de outro o epistemicídio. Entendemos que tem sido gestado um tipo de racismo, como uma forma de modalidade epistemicida, caracterizado como *racismo aversivo*:

Racismo aversivo é um dos termos utilizados para caracterizar este racismo contemporâneo (Dovidio; Gaertner, 2004). Um racista aversivo não exhibe preconceito racial explícito. Isto é, este indivíduo tem uma simpatia genuína pelas vítimas de injustiças e está comprometido com os princípios da igualdade racial. Ao mesmo tempo, ele/ela tem inclinações implícitas que favorecem os brancos em detrimento dos negros (Nosek et al., 2007). (WILLIAMS; PRIEST, 2015, p. 131).

Dessa forma, o debate sobre as racialidades têm sido produzido no combate às relações de poder que hierarquizam o campo científico, pois são somente 1,8% de toda a produção científica nacional. Esse número é representativo da eficácia do Contrato Racial, isto é, o silenciamento e a invisibilização das racialidades são parte do projeto de extermínio negro feito pela branquitude (CARNEIRO, 2005). O epistemicídio que Carneiro (2005) descreve leva em consideração as temáticas que são aceitas para serem discutidas e pesquisadas, mas dentro destes 452 artigos do campo das racialidades, também há hierarquizações de temas, sendo alguns trabalhados de forma mais acentuada que outros. Oliveira (2020a) afirma que o racismo foi estruturando a produção do conhecimento criando uma geo-corpo-política, ou seja, a validade, a legitimidade e importância do conhecimento se dão a partir dos lugares e corporalidades produzidas

O racismo estabelece dispositivos despotencializadores de modos de ser, de estar e de existir. Ele não é questão de ato falho, arbitrários e intencionais (MOREIRA, 2019), mas um padrão de poder que cria uma máquina (re)produtora de mentalidades e hierarquias raciais na produção social do espaço. [...]

São espaços recortados por grafias de poder racial, heteronormativa, de classe generificada, dos espaços vitrines que reduz as relações materiais e simbólicas de negros, pobres, mulheres, LGBTQI+ (BARBOSA & BARBOSA, 2017). Define-se aí o complexo de dependência (FANON, 2008 [1952]). Nesta lógica, a tutela é o destino esperado para os negros para iludir-se com a superação da zona do não-ser²⁴. Nesta lógica de negação e si, a definição do seu ser é intermediada por outro (OLIVEIRA, 2021b, p. 318).

²⁴ “Zona do ser e zona do não-ser é uma divisão maniqueísta imposta pelo colonialismo. Embora o olhar imperial queira produzir cada uma dessas zonas como homogêneas, para Fanon nenhuma delas é homogênea. Entre os não-seres, inferiorizados pela cultura imperial, há uma outra divisão: entre subhumanos e não-humanos. [...] A constatação de divisões no interior da zona do não-ser permite uma conexão entre as contribuições de Fanon e as recentes discussões em torno do conceito de interseccionalidade. Em outras palavras, as reflexões de Fanon nos permitem pensar como, entre aqueles que habitam esta zona, o desprivilégio racial é vivido de acordo com as dimensões de classe, gênero, sexualidade, cor da pele, nacionalidade etc. Da mesma forma, suas contribuições nos permitem

Em relação ao campo das racialidades na Geografia, Cirqueira e Corrêa (2014) fizeram um levantamento das teses e dissertações sobre as relações raciais nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil de 1987 até 2012. Os autores encontraram um volume de 54 trabalhos, sendo 13 teses e 41 dissertações. Os autores também dividiram esses trabalhos em grupos de temas de acordo com a discussão predominante, ou seja, quais temas foram abordados nos trabalhos levantados.

Seguindo uma metodologia parecida, Mariza Fernandes dos Santos (2022) escreveu sua tese de doutorado no programa de pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás, realizando um recorte das teses e dissertações defendidas nos programas de Geografia com o tema das racialidades no período de 1987 a 2018, ampliando em seis anos o recorte temporal de Cirqueira e Corrêa (2014). Santos (2022) utilizou o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando descritores, ou seja, termos que identificam os trabalhos que tem relação com as questões raciais. Com base nesse levantamento, Santos (2022) teve o retorno de 125 trabalhos, sendo 86 dissertações e 40 teses, sendo somente 1,65% de toda a produção nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil em termos de teses e dissertações. A autora ainda aponta que o volume total de produção no período analisado por ela, foi de 7.651 trabalhos, sendo 5.542 dissertações e 2.019 teses (SANTOS, 2022).

Esse levantamento realizado por Santos (2022) se assemelha ao que ocorre com a produção de artigos científicos, pois o total de artigos que tem relação com as questões raciais é de 1,8%. Vale destacar que a autora não considerou na sua busca termos que tem relação com as comunidades indígenas, por exemplo, pois para ela o foco estava nos trabalhos da abordagem racial da população negra, com uma discussão de raça e/ou racismo. Já para esta pesquisa a produção em torno das comunidades indígenas e tradicionais foi considerada no levantamento dos artigos, analisando as questões de poder em torno das relações raciais.

Cirqueira e Corrêa (2014) classificaram as temáticas encontradas em quatro grandes grupos comuns, denominados tendências, ou seja, conteúdos trabalhados na pesquisa agrupados por semelhança. Essas tendências foram classificadas pelos

pensar na zona do ser como uma zona heterogênea, em que o privilégio racial é entrecortado por diversos outros eixos de poder: classe, gênero, religiosidade, idioma, sexualidade, nacionalidade etc. (Grosfoguel, 2012)” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 508-509).

autores em: espaço e relações étnico-raciais; identidades e territorialidades negras; geopolítica dos países africanos; e território e lugar das manifestações culturais negras. Já Santos (2022) utilizou essa mesma classificação, retirando somente a geopolítica dos países africanos e acrescentando duas: Ensino de Geografia da África e Afro-brasileira e Corporeidades negras no espaço e território.

Entender a estruturação dos estudos das racialidades é identificar as abordagens e como o campo vem sendo construído dentro do pensamento geográfico brasileiro, visto que tem um desenvolvimento a partir dos anos 2000, em que temos um maior número de produção de artigos científicos, como evidenciado no Capítulo 2.

A partir disso, entender a estruturação do campo das racialidades na Geografia brasileira é entender os temas evidenciados, como também a temporalidade e espacialidade, identificando como a Ciência geográfica veio pensando a temática racial. Com isso, a produção científica de artigos é um indicador da estruturação do campo e buscando compreender como a produção de artigos científicos em torno das questões raciais está estruturada a partir de temas, foram utilizadas redes semânticas, utilizando o *software Gephi*. A análise das redes sociais é uma importante ferramenta de identificação das tendências de sentidos em um conjunto discursivo, pela junção e relação entre as palavras, como apontam Silva e Silva (2016). Por meio dessa metodologia, que é realizada por meio de relações, é possível calcular, por exemplo, a estruturação em comunidades, densidades e centralidades.

Dessa forma, as palavras-chave dos artigos são um importante indicador dos temas e de conceitos presente nas pesquisas, entendendo que elas indicam dentro de um campo científico similaridades dos termos empregados, ou seja, utilizar determinada palavra-chave indica a adoção conceitual empregada dentro da epistemologia da Geografia. Isso demonstra que a organização reflete na intenção do(a) autor(a) em dar visibilidade aos conceitos e temas abordados no campo de estudo.

Alinhado a isso, se consegue ter a junção das palavras-chave que mais estão conectadas, gerando um discurso, uma junção para explicar o fenômeno estudado. Como já explicado no Capítulo 1, as palavras-chave dos 452 artigos foram organizadas em planilhas, juntando-se posteriormente os termos com a mesma raiz semântica, como por exemplo 'comunidade tradicional' e 'comunidades tradicionais', registradas como um único termo. Esse processo foi realizado pelo *software OpenRefine*, que realiza a junção dos termos com a mesma raiz semântica.

Após esse primeiro processo, as palavras-chave dos artigos foram colocadas no *software Gephi* para a elaboração das redes. A rede inicial obtida é o resultado da articulação dos artigos com as palavras-chave, sendo uma rede bimodal, como demonstrado no Capítulo 1, Grafo 1.

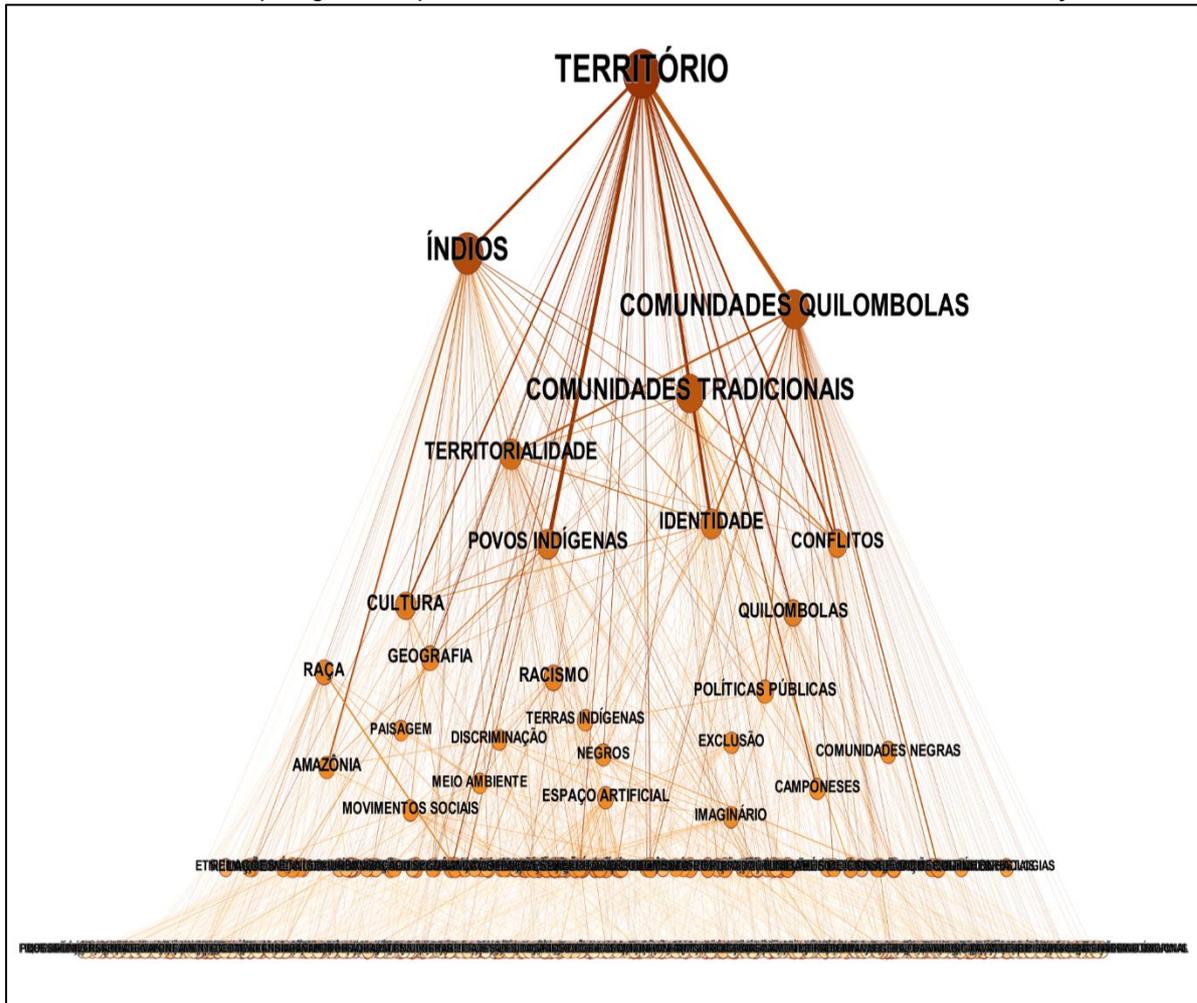
Na rede inicial bimodal já foi possível identificar alguns termos que ganham centralidade, sendo estes representados pelos nós com maiores repetições de palavras-chave. Para identificar os termos que são mais utilizados e as suas junções por comunidades, essa rede bimodal (palavras-chave e artigos) foi submetida a um algoritmo de projeção multimodal que a torna unimodal (apenas palavras-chave) constituindo (meta) conexões entre palavras-chave através dos artigos, ou seja, criando-se uma rede de palavras-chave ligadas pelos artigos, devidamente suprimidos na nova rede, como apresentado no Capítulo 1, Grafo 2.

Para uma melhor compreensão das palavras-chave que tem peso maior, sendo mais utilizadas, se faz necessária a exploração topológica ou hierárquica da rede, com base nos relatórios da rede unimodal (Tabela 3) e com o auxílio do grafo de rede topológico²⁵ (Grafo 11). A análise topológica da rede unimodal de palavras-chave, identifica as palavras-chave mais importantes por métricas de centralidade de grau e as conexões mais significativas identificadas por peso das arestas. A rede unimodal de palavras-chave pode ser observada na Grafo 11, distribuída pelo *layout Network Splitter 3D*²⁶, com os nós coloridos e dimensionados de acordo com centralidade de grau ponderado.

²⁵ Ver definição no Glossário.

²⁶ Ver definição no Glossário.

GRAFO 11 – Rede topológica das palavras-chave com maior centralidade de intermediação



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Fica evidente a partir do grafo topológico e as métricas de grau ponderado da Tabela 3 quais são as palavras-chaves mais importantes apresentadas nos artigos sobre racialidades. A palavra território é a central, sendo a mais utilizada nos artigos, seguido por índios, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, como evidenciado na Tabela 12. A partir dessas palavras centrais é possível identificar como o campo das racialidades na Geografia está estruturado em termos de temáticas, pois fica evidente que as questões em torno aos territórios de comunidades tradicionais, tanto indígenas e quilombolas são as mais trabalhadas. Isso pode ser identificado por meio das ligações formadas pelas arestas, ou seja, as ligações entre os nós.

TABELA 12 – As 20 palavras-chave com maior centralidade de grau ponderado

Palavra-chave	Grau
Território	229
Índios	175
Comunidades Tradicionais	160
Comunidades Quilombolas	152
Territorialidade	104
Identidade	94
Povos indígenas	93
Cultura	78
Conflitos	78
Quilombolas	68
Racismo	62
Raça	59
Geografia	58
Políticas públicas	48
Comunidades negras	46
Amazônia	41
Exclusão	40
Terras indígenas	39
Negros	37
Imaginário	36

Organização própria, 2021.

Como pode ser observado no Grafo 11, de rede topológica, as arestas que conectam os nós estão organizadas por meio da intensidade que compartilham, ou seja, as relações estabelecidas por elas em que compartilham em um mesmo artigo. Para melhor explicitar essa relação, a Tabela 13 demonstra os relacionamentos mais significativos estabelecidos entre as palavras-chave. A Tabela 13 está organizada de acordo com o peso das arestas, isto é, o número de vezes que ambas as palavras compartilham o fato de serem palavra-chave em um mesmo artigo.

TABELA 13 – As 24 arestas com maior peso de relação entre as palavras-chave

(continua)

Palavra-chave	Palavra-chave	Peso
Território	Comunidades quilombolas	15
Povos indígenas	Território	13
Identidade	Território	10
Índios	Território	9
Conflitos	Território	7
Conflitos	Comunidades quilombolas	7

TABELA 13 – As 25 arestas com maior peso de relação entre as palavras-chave

(conclusão)

Palavra-chave	Palavra-chave	Peso
Amazônia	Índios	6
Cultura	Território	6
Identidade	Comunidades quilombolas	6
Territorialidade	Comunidades quilombolas	6
Camponeses	Território	5
Comunidades tradicionais	Conflitos	5
Gênero	Raça	5
Quilombolas	Território	5
Vale do Jequitinhonha	Comunidades quilombolas	5
Comunidades tradicionais	Políticas públicas	4
Comunidades tradicionais	Território	4
Comunidades tradicionais	Unidades de conservação	4
Cultura	Índios	4
Etnias	Território	4
Geografia	Povos indígenas	4
Geografia	Território	4
Identidade	Territorialidade	4
Povos indígenas	Territorialidade	4

Organização própria, 2021.

Essas ligações revelam a tendência de os artigos estarem voltados por um debate em torno do território de comunidades tradicionais, principalmente quilombolas. Isso fica evidente, que dentro das 24 maiores relações entre as palavras-chave, temos doze relacionadas as comunidades tradicionais. Isso demonstra que o campo das racialidades na Geografia brasileira está concentrada no debate das territorialidades rurais de comunidades quilombolas e indígenas, principalmente. Isso remonta a formação histórica brasileira de base colonial que definiu a propriedade da terra como um instrumento de poder de classe, raça e gênero. A lei de terras de 1850 definiu, num contexto de luta contra o escravismo colonial, o valor econômico da propriedade como instrumento de legitimação burguesa, masculina e branca. O monopólio racial, burguês, de gênero e de classe da propriedade fundiária apontam para a necessidade de intersecção de múltiplas hierarquias na leitura do campo brasileiro. Os últimos Censos Agropecuários revelam as disparidades raciais provocadas por esse modelo histórico.

Somente a décima terceira relação com maior peso é relacionada a um debate de raça e gênero, sendo uma discussão mais periférica.

Vale destacar que das 24 maiores relações entre as palavras-chave, 23 estão relacionadas ao conflito e as territorialidades do espaço agrário e de comunidades tradicionais. As relações de raça em torno das relações de poder e racismo não aparecem como centrais no debate, nem mesmo figuram como palavras-chave centrais utilizadas nos artigos.

Levando em consideração os trabalhos realizados por Cirqueira e Corrêa (2014) e Santos (2022), a tendência relacionada à territorialidade quilombola é a principal e central nas teses e dissertações em Geografia. Santos (2022) identificou 47 trabalhos, sendo 13 teses e 34 dissertações, demonstrando como o debate em torno dos agrupamentos negros é central.

Para se ter uma maior noção de como o debate em torno das racialidades está concentrado em torno do território de comunidades tradicionais, a rede unimodal foi organizada em modularidade 1.0²⁷, que consiste em agrupar as palavras em comunidades, com base na relação que elas compartilham. Com isso, podem ser identificadas as tendências temáticas que as palavras-chave compartilham, pois estão organizadas na tendência de estarem em mesmo artigo, como pode ser observado no Grafo 12.

²⁷ Ver definição no Glossário.

pelos dados dos artigos como também com o que apresenta Santos (2022), revela que a Geografia tem um forte olhar para o debate das questões agrárias, desenvolvendo pouca reflexão em torno das relações de poder que estruturam os espaços. Cabe aqui uma reflexão em torno dessa centralidade de debate, pois temos uma concentração de publicações após os anos 2000, fato diretamente ligado às questões de políticas públicas de acesso à educação e ao ensino superior (CIRQUEIRA; CORRÊA, 2014).

Foi também nesse período que se teve uma maior preocupação com as comunidades indígenas e quilombolas, tendo sido criadas políticas públicas para a demarcação e titulação de territórios indígenas e quilombolas através do Governo Federal. A criação dessas políticas públicas está relacionada a titulação dessas comunidades, tendo a universidade desempenhado papel fundamental para a titulação, realizando relatórios para a demarcação dos territórios.

O relatório de titulação de comunidades quilombolas da Fundação Palmares revela que a partir dos anos 2000 cresceu o número de titulação dessas comunidades. Comparando com o crescimento de trabalhos nesse período, os territórios indígenas e quilombolas foram o tema central no campo das racialidades na Geografia nesse período, demonstrando que o campo foi se desenvolvendo por meio de políticas públicas voltadas para a titulação das comunidades, sendo algo que veio da esfera nacional, por meio de luta dos movimentos sociais.

3.2 OS GRUPOS SOCIAIS HEGEMÔNICOS DAS ABORDAGENS DAS RACIALIDADES

Como explicitado na seção anterior, o campo das racialidades tem se dedicado principalmente à discussão em torno das questões territoriais quilombolas e indígenas como tema central das pesquisas. Esse aspecto da produção demonstra um apreço da Geografia em tratar das relações de conflito agrário das comunidades tradicionais.

Os grupos sociais são um importante indicador do que está sendo pesquisado e evidenciado dentro das pesquisas, demonstrando o interesse da pesquisadora ou do pesquisador. Por isso, uma análise dos sujeitos abordados se torna fundamental para alinhar os temas sobre os quais o campo das racialidades tem se dedicado a pensar e refletir.

No Brasil, falar sobre raça e de racismo significa compreender dimensões da nossa sociedade geralmente silenciadas, omitidas e apagadas. Em cada realidade do mundo o racismo se traduziu de forma distinta. O racismo brasileiro é um sistema complexo que intersecciona múltiplas hierarquias. Ele ilumina a questão de gênero, a étnica, a sexualidade, a classe e a geracional. Desta forma, ele é dinâmico, plural, se metamorfoseou ao longo do tempo e se inscreve na produção social do espaço traduzindo-se em cada local de forma distinta tanto numa mesma formação quanto entre formação sócio-espaciais distintas. Ou seja, o racismo precisa ser tanto regionalizado no espaço quanto periodizado no tempo. Este fato nos alerta para evitar interpretações monolíticas (SANSONE, 2007) especialmente devido as suas ambivalências no Brasil (OLIVEIRA, 2020c p.76).

Com isso, após a separação dos 452 artigos que tem relação com as questões raciais, foram analisados o conteúdo e a abordagem que as pesquisas apresentavam. Foi feita a leitura dos artigos completos, evidenciando os sujeitos que a pesquisa trazia como centro do debate.

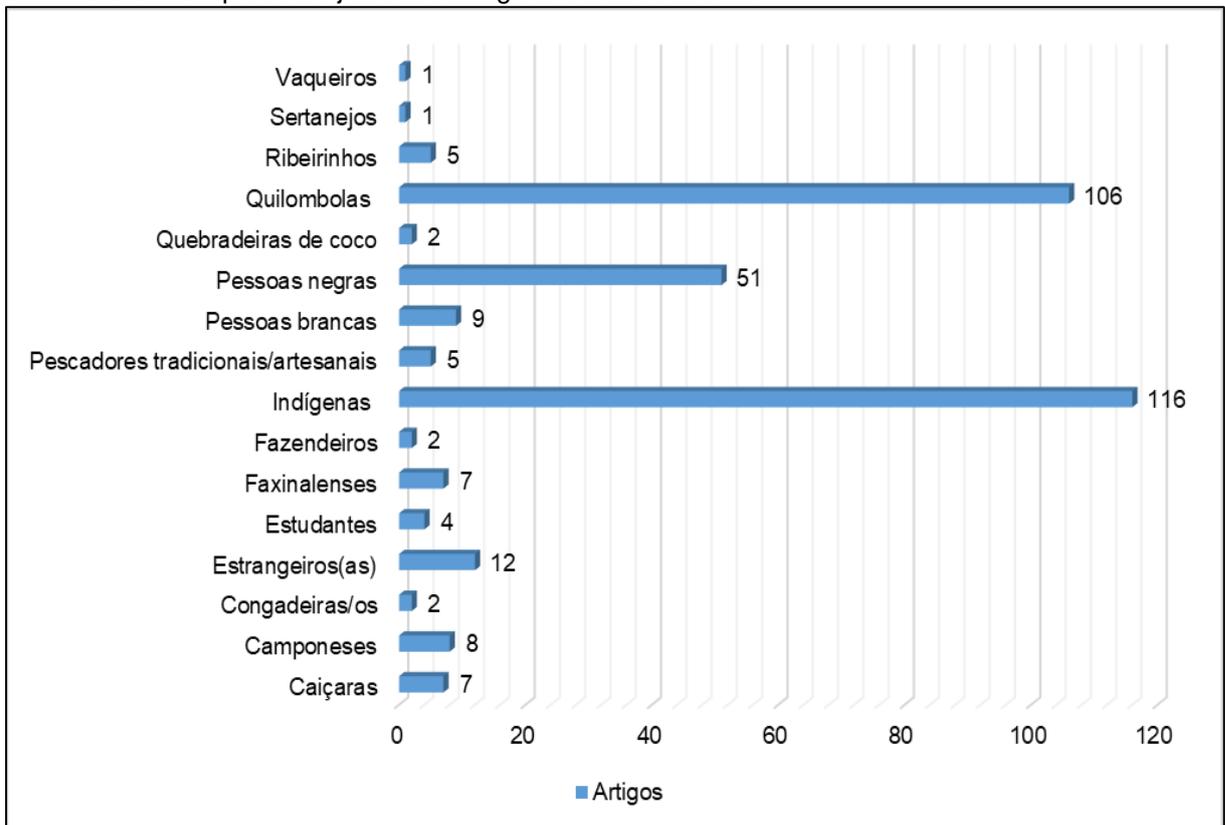
Como constatado que o tema central de debate em artigos científicos tem relação com o território de comunidades quilombolas e indígenas, isso já deixa pistas de quais os grupos de sujeitos que ganham destaque. Questionar as estruturas de poder é colocar em pauta de discussão os sujeitos que são desconsiderados na produção científica. Ratts (2010) argumenta sobre a difícil aceitação de grupos de sujeitos que não estão no centro do poder, mesmo tendo o aparecimento político no Brasil desde os anos 1970, principalmente as populações negras, indígenas e quilombolas. Mas esse aparecimento não refletiu de uma forma mais contundente em pesquisas na Geografia, levando em consideração a Geografia Crítica pouco desenvolveu reflexão quanto a esses sujeitos marginalizados, tendo pouco avanço e quase nenhuma abertura para se colocar a variável da racialidade (RATTS, 2010).

Ratts (2010) ainda argumenta que a virada crítica deu pouco atenção a determinados grupos de sujeitos e aos temas relacionado a “negros, índios e outros segmentos étnico-raciais, assim como as mulheres e homossexuais, também quase não entraram em cena” (RATTS, 2010, p. 128). Essa argumentação vai de encontro com Silva (2009a), sobre a Geografia não dar importância aos trabalhos que envolvem gênero, sexualidade e racialidade.

Os 452 artigos têm como grupos de sujeitos principais os indígenas e quilombolas, como demonstrado no Gráfico 6. O gráfico evidencia quais sujeitos estão presentes no debate do campo das racialidades na produção de artigos científicos. Dos 452 artigos, 338 tinham o sujeito como central de pesquisa e discussão teórica e

metodológica, enquanto os 114 artigos restantes não traziam como centro da pesquisa o sujeito, o foco estava nas localizações e não em torno do sujeito.

GRÁFICO 6 – Grupos de sujeitos nos artigos sobre racialidades



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2022). Organização própria.

Com o gráfico, fica evidente que os grupos de sujeitos dentro do campo das racialidades, sendo os indígenas os sujeitos mais retratados, em 116 artigos. Isso demonstra que a Geografia tem se preocupado com as questões relacionadas às comunidades indígenas e à luta pelo território e manutenção da sua cultura, visto que temos como uma das principais ligações das palavras-chave, discutido anteriormente.

Para além da discussão em torno das comunidades indígenas e quilombolas, é perceptível que os grupos de sujeitos abordados estão relacionados às comunidades tradicionais, tecendo poucas reflexões para as relações de poder que moldam a nossa sociedade, mas desenvolvendo argumentação em torno dessas comunidades. Fazendo a soma dos grupos de sujeitos que estão relacionados às comunidades tradicionais, temos um total de 260 artigos que tratam dessas comunidades, pois é a soma dos sujeitos: vaqueiros, sertanejos, ribeirinhos,

quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores tradicionais/artesanais, faxinalenses, congadeiras/os, camponeses e caiçaras.

Fica explícito o que Santos (2022) evidenciou, que o debate das racialidades em teses e dissertações no Brasil tem como central o debate em torno dos grupos de sujeitos de comunidades tradicionais.

Em relação às pessoas negras como sujeitos das pesquisas, teve um total de 51 artigos, sendo o terceiro maior grupo trabalhado nas pesquisas. Esse conjunto de artigos refere-se as lutas em torno das relações de poder que envolvem questões raciais. Esses artigos trazem as populações negras como centrais para o combate ao racismo e ao sistema de opressão. Mas comparado com a soma dos artigos que tem relação com as comunidades tradicionais, a abordagem crítica quanto as relações de poder ainda é muito pequena, sendo uma discussão mais periférica, voltada principalmente a um estudo do Outro.

Utilizando os dados da Tabela 1 e do Grafo 3, é possível argumentar que ‘raça’ e ‘racismo’ não são estruturadores dos campos das racialidades, compondo o universo temático de forma tímida. Alinhado com isso e como não figuram como centrais nos grupos de sujeitos trabalhados nos artigos, as questões raciais têm pouca abertura, não se tendo preocupação com essa perspectiva de análise do espaço. Seguindo essa linha, Santos (2020) argumenta que, atualmente, as teses e dissertações estão mais preocupadas em discutir de uma forma mais crítica às relações de poder que envolvem as questões raciais, sendo mais evidente nesses trabalhos. A autora não detalha a temporalidade dessa mudança, mas constata que uma parcela dos trabalhos está direcionada a uma análise crítica das disputas no espaço.

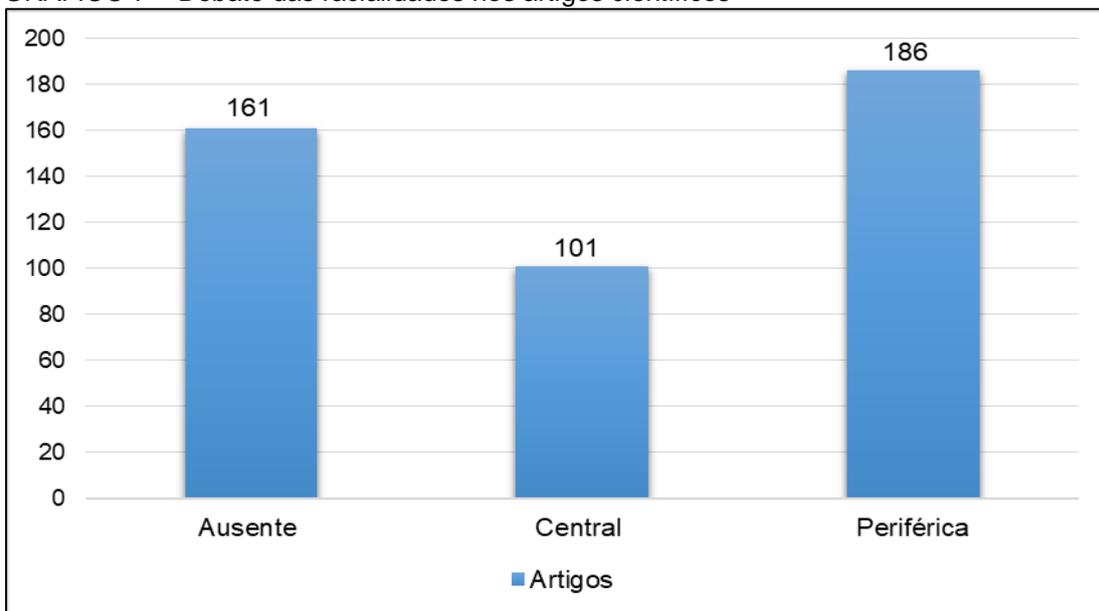
Utilizando as reflexões de Guerreiro Ramos (1995 [1957]), o negro é visto nas discussões acadêmicas como tema, ou seja, é tido somente como um objeto de investigação para pesquisadores(as). As pessoas negras não são vistas como vida, sendo que as questões sobre racialidades trabalham na perspectiva de que os grupos de sujeitos são objetos de investigação e não se problematiza as relações de poder que estão postas na sociedade e que a hierarquizam. Isso fica evidente quando é analisado se as discussões de racialidade nos 452 artigos é central, periférica ou ausente.

Essas três categorias foram adotadas para contemplar o conjunto analisado, visto que cada artigo tem suas especificidades e que as discussões raciais se

apresentam de diferentes formas. Quando foi adotado que a pesquisa tem uma discussão central, tem relação com a racialidade como foco de discussão, discutindo as relações de poder que compõem as racialidades e suas implicações na sociedade. Já quando se tem uma discussão periférica, demonstra que em algumas partes do trabalho se tem as discussões raciais, mas não é central na pesquisa, não se tem uma discussão em torno das relações de poder. Por fim, os artigos que apresentam uma discussão de racialidade ausente tem relação com as pesquisas em que o foco não está nas questões raciais, utilizando somente como um objeto de pesquisa, como por exemplo no artigo intitulado ‘Sig aplicado à caracterização socioambiental da reserva indígena Apucarana – PR’, que tem como objetivo a utilização de geotecnologias para delimitação da comunidade indígena, não problematizando as questões raciais, pois o foco estava na delimitação de áreas.

Dessa forma, foram utilizadas três categorias para a análise dos artigos, ajudando a compreender como a discussão das racialidades se faz presente nos artigos. O Gráfico 7 demonstra como estão divididos os 452 artigos em termos de discussão racial, tendo como principal uma discussão periférica.

GRÁFICO 7 – Debate das racialidades nos artigos científicos



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Guerreiro Ramos (1995 [1957]) nos ajuda a entender os motivos que levam a uma discussão em torno das racialidades periférica ou ausente, pelo fato de que as questões raciais e os grupos de sujeitos são vistos e trabalhados numa perspectiva

de tema. Isso reflete no fato que esse conjunto de artigos não tem como foco principal a discussão das relações de poder e as implicações sociais, sendo que somente em 101 artigos essa discussão é central, ou seja, somente 23% das discussões são centrais em termos de racialidade. As demais publicações estão relacionadas a uma discussão periférica, somando um total de 41% dos artigos (186 publicações), que não tem como central, como objetivo, as relações de poder. Quando são somadas as categorias periférica e ausente, se tem 77% de todos os 452 artigos, que não tem a discussão central em relação à racialidade, totalizando 347 artigos.

Isso demonstra que o trabalho com as racialidades está relacionado a grupos de sujeitos que não são considerados o padrão hegemônico de poder, ou seja, indígenas e a população negra que são racializados pela sociedade. Mas quando se trata da racialização branca, isso não está em pauta, nas discussões dos artigos científicos. Isso está relacionado ao debate em que os brancos não se veem como raça, são pessoas que não são classificadas em termos raciais, é o padrão, a referência, por isso não sendo considerados raça (BENTO, 2002).

Essa lógica está refletida nas publicações, quando se faz uma análise das palavras-chave dos artigos, não se tem nenhuma palavra-chave relacionada com as pessoas brancas, e dentro da busca realizada no OGB não houve nenhum retorno de termos como branquitude e branquidade. Isto mostra que a Geografia brasileira, em termos de artigos científicos, não se preocupa em discutir as vantagens sociais das pessoas brancas. As discussões em torno de branquitude e branquidade serão realizadas no Capítulo 4.

Já em relação aos sujeitos presentes nos artigos, os grupos sociais de brancos aparecem de uma forma muito pequena, pois somente nove artigos tem em sua análise pessoas brancas. Mas mesmo com esses artigos, a discussão que problematiza as relações de poder imbuídas para os sujeitos brancos não é realizada de uma forma mais estridente. Os grupos sociais brancos são periféricos nas discussões dos 452 artigos analisados nesta pesquisa, não se tem uma problematização das vantagens sociais e questionando o branco como racializado. Percebe-se, como Bento (2002) nos explica, que há um pacto em não se questionar a branquitude.

Dessa forma, o debate das racialidades na Geografia tem a predominância de grupos de sujeitos das comunidades tradicionais, sendo 77% dos sujeitos identificados nas pesquisas. Dentro dessa porcentagem, temos a predominância de

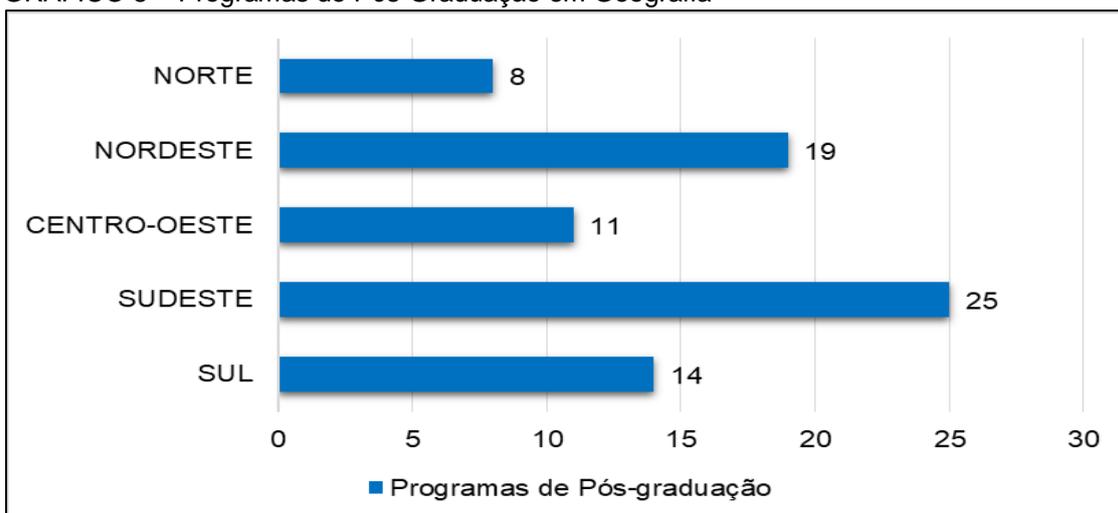
dois principais grupos, os indígenas e os quilombolas, como os grupos de sujeitos mais trabalhados nos artigos. Isso vai de encontro com as temáticas centrais, que tem as comunidades indígenas e quilombolas como principais temas de pesquisa, evidenciando o que Santos (2022) identificou nas teses e dissertações.

3.3 OS LOCAIS E AS INSTITUIÇÕES QUE PRODUZEM SOBRE AS RACIALIDADES

Saber de que locais estão sendo realizado pesquisas é mensurar como o campo científico está se moldando, ou seja, quais instituições estão trazendo o debate das racialidades como uma agenda de pesquisa. Na pesquisa de Santos (2022), a autora identificou que o campo das racialidades, em termos de teses e dissertações, tem se desenvolvido principalmente na região Sudeste, sendo 50% de toda a produção.

Segundo Cesar (2015), os programas de pós-graduação estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, sendo 57% dos programas existentes. No período em que a autora coletou os dados o Brasil possuía 55 programas de pós-graduação em Geografia, e atualmente conta com 77. A região Sudeste é a que concentra o maior número de programas, com 25, e a região que aparece em segundo é o Nordeste, com 19 programas, como evidenciado no Gráfico 8.

GRÁFICO 8 – Programas de Pós-Graduação em Geografia



Fonte: Plataforma Sucupira (2022). Organização própria.

Os programas de pós-graduação estão diretamente ligados à produção científica, como salienta Cesar (2019). A autora ainda conclui que são os programas que mais produzem pesquisas, como os artigos. Por isso, é de fundamental

importância entender a dinâmica de onde estão esses programas para entender a espacialidade das publicações em torno das racialidades no Brasil.

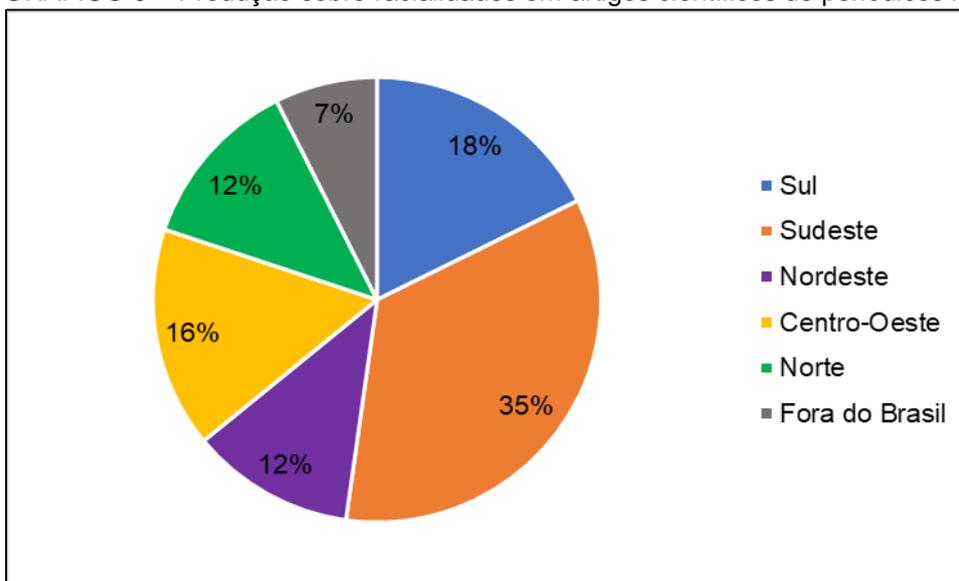
Isso explica os motivos de termos um número maior de teses e dissertações na região Sudeste, como apontou Santos (2022), pois 32% da pós-graduação está na nessa região. Quando analisamos a produção científica, em termos de artigos publicados em periódicos brasileiros, temos uma maior concentração na região Sudeste, se assemelhando com dados coletados pela autora.

A análise dos locais de produção leva em consideração a instituição a que cada autor está ligado no período que realizou e publicou a pesquisa. Nisso temos o panorama dos locais em que os autores estão ligados e de onde estão produzindo.

Para se conseguir mensurar os locais que estão produzindo sobre as racialidades, foi levado em consideração, em um primeiro momento, todas as autorias que compõem os artigos, ou seja, naqueles que tem de dois ou mais autores foram considerados todos, acreditando que não se tem um autor mais importante, e cada um faz parte da construção da pesquisa. Com isso, todos os autores estão contemplados nos dados dos locais a que estão vinculados. Ao total temos 810 autorias dos 452 artigos, sendo consideradas essas pessoas e as instituições a que estão vinculadas, demonstrando o estado da instituição em que cada autoria estava ligado quando publicou o estudo.

Dito isso, o campo das racialidades na Geografia em termos de artigos científicos, está concentrado principalmente na região Sudeste. Como argumentado anteriormente, essa região tem um maior número de programas de pós-graduação no Brasil, com um maior número de artigos sendo produzidos. O Gráfico 9 demonstra como está espacializada essa produção nas regiões do Brasil, demonstrando a centralidade da região Sudeste e em segundo a região Sul.

GRÁFICO 9 – Produção sobre racialidades em artigos científicos de periódicos nacionais



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

A região Sudeste apresenta 35% da produção, tendo um total de 143 artigos, quando analisado a autoria, ou seja, as instituições a que estão vinculados os autores. Cabe destacar que mesmo a região Nordeste tendo o segundo maior número de pós-graduações, se tem o menor número de publicações que está relacionada a esta região, sendo a que menos produz sobre as racialidades no Brasil.

É inegável que temos a centralidade da produção relacionada ao Sudeste e Sul com 143 publicações, tendo as duas juntas um total de 53% dos artigos. Mas cabe destacar a região Centro-Oeste, pois tendo somente 11 programas de pós-graduação é a terceira região que mais tem publicações advindas de instituições dos estados pertencentes a região, tendo um total de 130 artigos. A região Norte, por ter um número menor de programas de pós-graduação, como demonstrado no Gráfico 6, tem um total de 12% das publicações, sendo 101 artigos.

Temos também a presença de pessoas ligadas a instituições fora do Brasil publicando nas revistas brasileiras, somando 7% das publicações, sendo 60 artigos. Dessas publicações, que estão ligadas a autorias fora do Brasil, tem destaque de pesquisadores(as) do México, sendo o país que mais tem pessoas que publicam nos periódicos do Brasil, tendo um total de 20 artigos. Em segundo temos pessoas da Argentina, com 7, e Chile, com 5. Temos a presença de trabalhos com pessoas advindas de outros países, como demonstrado na Tabela 14.

TABELA 14 – Artigos sobre racialidades, distribuídos por países em periódicos brasileiros

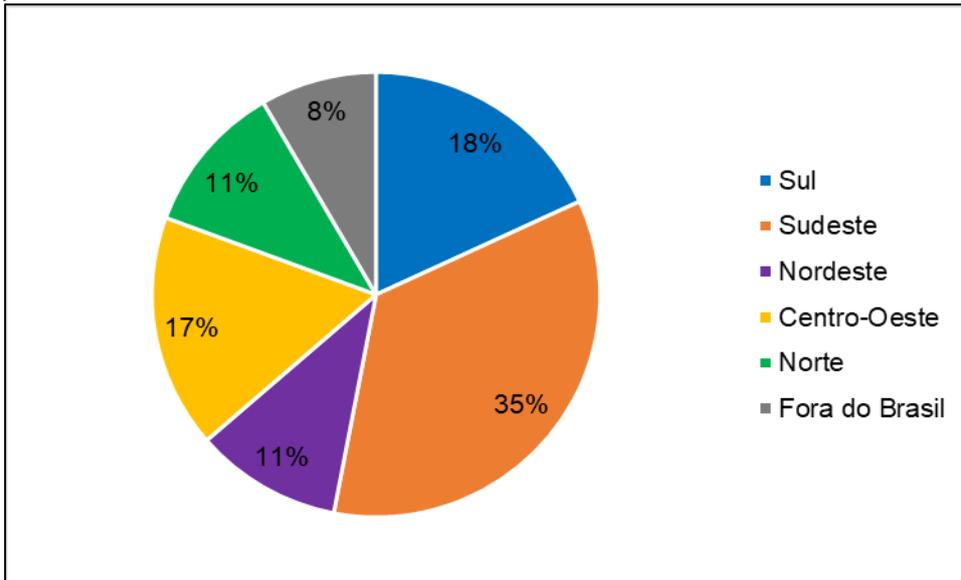
País	Artigos
México	20
Argentina	7
Chile	5
Colômbia	4
Estados Unidos	4
Canadá	3
Costa Rica	3
Guatemala	3
Cuba	2
Holanda	2
Portugal	2
África do Sul	1
Bolívia	1
Equador	1
Escócia	1
Suíça	1

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Dos países que estão representados na Tabela 15, temos a presença forte de pessoas da América Latina publicando nas revistas brasileiras, tendo um total de 46 artigos. Já da América Anglo-Saxônica há um total de 7 trabalhos, e da Europa há 6. Por fim temos um trabalho em que a autoria está ligada a uma instituição do continente africano, mais especificamente da África do Sul.

Para ter uma melhor mensuração de como os 452 artigos estão espalhados espacialmente, o Gráfico 10 apresenta os locais de vínculo das pessoas, considerando somente a primeira autoria, pois, em muitos casos, as demais autorias dos artigos fazem parte da mesma instituição da primeira, assim se tem um melhor panorama de onde está sendo produzido artigos sobre as questões raciais. Os valores em termos de porcentagem permanecem quase os mesmos comparado com o Gráfico 9, que considera as autorias de um modo geral.

GRÁFICO 10 – Procedência dos autores que produzem sobre racialidades considerando somente primeira autoria



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2021). Organização própria.

Esse gráfico, que representa somente o local da primeira autoria, tem um aumento de 1% na região Centro-Oeste, mostrando que é um dos locais centrais de produção. Mas é inegável que a região Sudeste é a principal produtora de conhecimento, principalmente alinhada por ter o maior número de pós-graduação no Brasil, com um total de 35% de toda publicação relacionada às racialidades, como encontrado nas teses e dissertações por Santos (2022) e Cirqueira e Corrêa (2014).

Com isso podemos sustentar que o campo das racialidades está concentrado, principalmente, na região Sudeste, que acompanhada da região Sul tem um total de 53% de toda a produção. Assim, um pouco mais da metade está concentrada nessas duas regiões do Brasil. Merece destaque a produção que vem de fora do país, que, considerando-se a primeira autoria, tem um total de 38 trabalhos, principalmente do México e Argentina.

É importante saber de que locais se originam as produções sobre as racialidades em termos de artigos científicos e saber quais são as instituições. Isso demonstra que determinadas instituições vão ganhando destaque na produção das racialidades e se tornando centrais no debate em nível nacional, como apresentado no Cartograma 1, que traz as principais instituições com autorias vinculadas.

importante no debate das racialidades no Brasil, a qual se destaca não só na região Centro-Oeste, como também em nível nacional.

A segunda instituição que tem autores(as) que mais produz sobre as racialidades é a Universidade de São Paulo (USP), tendo um total de 41 artigos com autoria dessa instituição. Em terceiro temos a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 31 publicações, seguida da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade Federal do Ceará (UFC), com 29 e 27 artigos respectivamente.

Dentro dessas onze universidades que mais tem produção, aparecem quatro universidades do Sudeste, que somadas tem um total de 116 artigos, enquanto o Sul conta com três instituições, tendo 76 publicações. A região Centro-Oeste conta com duas e 71 artigos, e, por fim, temos as regiões Nordeste e Norte, com uma instituição cada, com 27 e 20 publicações respectivamente.

Temos uma maior concentração em universidades do Sudeste principalmente, pois é nessa região que encontramos os cursos de pós-graduação mais antigos do país, o que gera uma maior concentração de trabalhos. Outro fator determinante, é que o Sudeste tem o maior número de programas com conceitos 6 e 7, sendo as maiores pontuações avaliadas e atribuídas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fator este determinante para a distribuição de bolsas e recursos. Essa avaliação atribui notas que variam de 1 a 7, considerando os programas de notas 6 e 7 como de excelência. Santos (2020) mostra que somente nove programas de pós-graduação em Geografia têm conceitos 6 ou 7, sendo que seis estão no Sudeste, dois estão no Sul e somente um no Nordeste. Centro-Oeste e Norte não contam com nenhum programa avaliado com os conceitos 6 ou 7.

Corroborando com essa ideia, Cirqueira e Corrêa (2014) argumenta que um alto número de trabalhos na região Sudeste tem relação com dois fatores, o primeiro é o maior número de programas de pós-graduação, sendo as mais antigas, além de:

serem centrais e consideradas de maior proeminência, elas atraem estudantes de várias partes do Brasil, abarcando uma multiplicidade de assuntos que acabam por aumentar as possibilidades de projetos que abordem a temática racial. Porém, devemos alertar que na Geografia este fato não representa uma total aceitação no que diz respeito a essa temática, pois se pararmos para analisar, verificaremos que ela ainda ocupa pouco espaço na produção tanto dessas instituições quanto em escala nacional (CIRQUEIRA; CORRÊA, 2014, p. 37)

Esse alerta que os autores fazem tem relação com a pouca produção sobre as racialidades, como já constatado neste trabalho, sendo somente 1,8% de toda a produção científica de artigos em periódicos de Geografia no Brasil. Nesse ponto, os autores acrescentam que a baixa produção no campo das racialidades tem relação principalmente com a ideia da Democracia Racial que o Brasil vivia, fazendo com que a partir dessa perspectiva se acreditasse na inexistência dos conflitos raciais e em uma igualdade no país, eliminando assim “qualquer discussão, debate ou crítica sobre o tema” (CIRQUEIRA; CORRÊA, 2014, p. 31).

É inegável que temos uma produção voltada principalmente para o Sudeste, mas em termos de instituição temos que levar em consideração a centralidade da UFG, como sendo a que tem mais trabalhos que os autores estão ligados à universidade. Podemos considerar o papel importante da instituição para questionar as relações de poder que envolve as racialidades, combatendo as barreiras e silenciamentos na produção científica quanto à temática.

Este capítulo evidenciou as temáticas e conceitos centrais estruturadores do campo das racialidades com base nos artigos científicos de periódicos nacionais. Podemos afirmar que as racialidades no Brasil constituem um universo de pesquisas que toma como base as comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, coincidindo com a emergência das demandas de demarcação de terras e territórios para regularização da posse histórica desses grupos sociais e luta por modos de ser-estar no mundo. Uma importante característica dessa produção é sua centralidade nos conflitos e no conceito de território. Entretanto, o racismo e a raça constituem uma pequena parte do universo estudado, evidenciando que as questões ambientais e do direito à terra foram mais relevantes para sustentar as abordagens territoriais indígenas e quilombolas do que o racismo em si. A luta pelo território para a manutenção da cultura e da identidade, associada à natureza são o foco de análise da maioria dos trabalhos. Cabe identificar que as discussões em torno das relações de poder que envolvem as racialidades figura como periférica, tendo poucos trabalhos que trazem essa discussão como central. Isso fica evidente quando analisada a centralidade das questões raciais nos artigos, em que somente um pequeno número de pesquisas tem a racialidade como central. Com isso, temos grupos de sujeitos evidenciados nos artigos majoritariamente de comunidades tradicionais, principalmente indígenas e quilombolas, reforçando os temas centrais a essas comunidades como o principal tema de discussão. Por fim, analisamos a

espacialidade da produção científica das racialidades e as instituições centrais, e nisso é perceptível que temos a região Sudeste como a principal produtora sobre a questão racial, devido, principalmente, à centralidade das instituições dessa região, cabendo, no entanto, destacar o papel fundamental da UFG, como a que tem mais artigos com autorias vinculadas, demonstrando ser um local central para a discussão da temática no Brasil.

Se nesse capítulo foi realizada uma análise da produção científica, no próximo capítulo trazemos as pessoas que sustentam com sua luta político-científica este campo de saber na Geografia brasileira.

CAPÍTULO 4

O CAMPO DAS RACIALIDADES NA GEOGRAFIA: PESSOAS, LIMITES E RESISTÊNCIAS

Neste capítulo abordaremos os pesquisadores e pesquisadoras que estão produzindo sobre as racialidades na Geografia brasileira por meio dos artigos em periódicos nacionais. Saber quem são as pessoas que escrevem sobre as racialidades é identificar os produtores de conhecimento, mostrando as pessoas centrais no debate das questões raciais no conhecimento geográfico, refletindo sobre a constituição de hegemonias no campo.

Por fim, serão problematizados os contextos da produção científica de pesquisadores negros e pesquisadoras negras para os estudos das questões raciais na Geografia brasileira, os limites e as resistências enfrentadas por essas pessoas para a constituição do campo e como pertencentes às discussões geográficas, além das trajetórias de vida desses sujeitos.

4.1 PESQUISADORES E PESQUISADORAS QUE PESQUISAM O CAMPO DAS RACIALIDADES NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS

O campo das racialidades, que teve um crescimento após os anos 2000 no Brasil e principalmente na Geografia, tem relação com a entrada de pessoas nas instituições de ensino superior que têm como foco pesquisas sobre os próprios enfrentamentos no cotidiano, como sujeitos de suas próprias pesquisas. Guerreiro Ramos (1995 [1957]) afirma que as questões negras, por muito tempo, foram vistas como objetos, como tema, ou seja, a população negra como objeto de pesquisa. Já a perspectiva que evidencia os sujeitos, o que ele chama de *negro-vida*, tem um desenvolvimento lento. O *negro-vida* envolve a tomada de consciência desses múltiplos sistemas hierárquicos de opressão, exploração, dominação e criação de outro sentido de ser-no-mundo. A psicanalista Neuza Souza Santos (1983), inspirada em Simone de Beauvoir, afirma que a conscientização envolve o centro dessas lutas. Assim para a autora ser negro não é uma consciência dada a priori. Para ela:

Ser negro [...] é tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que re-assegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada a priori. É um vir a ser. Ser negro é torna-se negro. (SANTOS, 1983, p. 77)

Guerreiro Ramos (1995 [1957]) reflete sobre essas duas concepções, o *negro-tema* e o *negro-vida*, que estão no alicerce do debate das racialidades no Brasil e por muito tempo a concepção dos sujeitos negros/os como objetos, como temas de pesquisas, foi a que ganhou destaque, se tornando a única visão possível de análise. Nessa lógica, é perceptível que as questões em torno desta perspectiva estão imbuídas das relações de poder que moldaram e moldam a sociedade e a Ciência brasileira, com base nas premissas de universalidade, neutralidade e objetividade.

Dessa forma, fica evidente que o aumento de publicações após os anos 2000 está diretamente ligado ao acesso ao ensino superior pela política de cotas, como afirma Santos (2007). Para o autor, as pesquisas em torno das questões raciais começaram a ter os próprios sujeitos como protagonistas de suas pesquisas, denunciando as relações de poder que as afetam. Assim, as pessoas negras que estão nas universidades brasileiras, sejam professores e professoras, como também alunos e alunas da pós-graduação, “passaram a tocar o seu destino, tornando-se sujeitos dos seus próprios destinos, com vistas a produzir um conhecimento científico comprometido com a construção de uma sociedade racialmente democrática de direito e de fato” (SANTOS, 2007, p. 234).

O autor ainda argumenta que o trabalho com essa perspectiva da população negra ainda encontra muita resistência e barreiras, por terem suas produções consideradas não como científicas, mas como militância, como afirma Guimarães (2015). Essa negação da discussão em torno das racialidades pode ser identificada na pouca produção de artigos relacionados às questões raciais, sendo ao todo somente 452 nas revistas de Geografia do Brasil. Esse movimento de negação de pesquisas relacionadas às questões raciais e também de pesquisadoras/es que tratam desse tema, leva à procura de outros meios de divulgação científica que aceitem essa discussão. Por isso, algumas revistas e eventos tem papel primordial para a divulgação dessas pesquisas, como, por exemplo, o Congresso de Pesquisadores Negras/os Brasileiros (COPENE), sendo uma estratégia para a publicação de pesquisas da temática racial (SANTOS, 2007).

Dessa forma, se torna essencial identificar quem está produzindo no campo das racialidades nos periódicos de Geografia no Brasil, pois, para Santos (2007), os espaços acadêmicos têm excluído historicamente as/os negras/os intelectuais, ou até mesmo, como explicitado anteriormente, considerado esses sujeitos objetos de pesquisa.

A temática das racialidades estava pautada, principalmente antes dos anos 2000, por aquilo que Guerreiro Ramos (1995 [1957]) denominou de estudo da temática dos negros, sendo considerados como tema, ou seja, objeto de pesquisa, não considerando suas vidas e trajetórias. O autor argumenta que o negro é visto como objeto, ao mesmo tempo, a pessoa branca não se vê e não pesquisa sobre a branquidade. Isso identifica que os estudos sobre as racialidades no Brasil, por muito tempo, tentaram negar a racialidade branca, considerando-a universal e a estabelecendo como padrão, ou seja, o branco é inventado como universal (CARDOSO, 2008).

Essa ideia cria artifícios para reduzir as pessoas negras e indígenas como inferiores, retirando-lhes a humanidade (MBEMBE, 2018 [2013]). Esse processo de desumanização gera posições psicológicas de inferioridade e produz esse complexo de inferioridade como universal. Dessa forma, a posição de ter as pessoas negras como tema nada mais é, segundo Guerreiro Ramos (1995 [1957]), como a tentativa de inferiorização e a separação de que o branco é a norma, sendo que o autor considera isso como a patologia social do branco brasileiro. Por isso, na definição de Guerreiro Ramos (1995 [1957]), as pesquisas científicas foram criadas para investigar o branco, mas foram usadas para as populações negras e indígenas.

Com tudo isso, é perceptível que a branquidade é entendida como os privilégios de pessoas brancas, que porém não se reconhecem quanto racializadas (MOREIRA, 2014), e detém posições e poder que vão além do estético, estando presente nas estruturas sociais (RAMOS, 1995 [1957]). Isso ocorre nos meios científicos, em que as questões raciais relacionadas à branquitude e branquidade não figuram no debate de nenhum artigo até 2018 nas revistas de Geografia.

Essa não discussão da branquidade como objeto de pesquisa tem a intenção de não colocar e não debater os privilégios sociais das pessoas brancas ao longo do tempo, sendo que “evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura” (BENTO, 2002, p. 28). A autora continua afirmando que os legados da escravização para os brancos não são questionados, pois os benefícios adquiridos, tanto simbólicos como concretos, figuraram em vantagens para os brancos, algo que temos até os dias de hoje, sendo que o silêncio acaba sendo usado para isenção das responsabilidades quanto a este cenário (BENTO, 2002).

Dessa forma, o não questionamento das vantagens sociais das pessoas brancas e a noção de não serem racializadas produziram ao longo do tempo apagamentos de histórias e memórias, além de considerarem as populações negras e indígenas como problemas sociais (BENTO, 2002). Além disso, Bento (2002) argumenta sobre os pactos narcísicos dos brancos, pautados nos benefícios sociais para as populações brancas, que são colocadas como o grupo de referência para a sociedade, enquanto as mazelas sociais são projetadas para o outro. Por pacto narcísico a autora compreende como “um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais. Um pacto que visa preservar, conservar a manutenção de privilégios e de interesses” (BENTO, 2002, p. 105-106).

Branquitude assim é entendida como sendo os estudos relacionados a uma vertente crítica, que questiona as relações de poder e reconhece as vantagens sociais de grupos brancos adquiridas ao longo do tempo, questionando essas relações de poder que moldam a sociedade (MOREIRA, 2014). No Brasil, as investigações e pesquisas com essa abordagem tendem no geral a serem desconsideradas ou nem mesmo produzidas (CARDOSO, 2008).

Lourenço Cardoso (2008) nos aponta dois caminhos dos estudos da branquitude, as vertentes crítica e acrítica. A primeira refere-se aos estudos que questionam as vantagens e as relações de poder adquiridas pelos grupos brancos, reconhecendo as vantagens sociais. A segunda tem relação com o não questionamento dessas vantagens sociais, além de ser favorável à supremacia racial branca (CARDOSO, 2008).

Com isso, temos as duas vertentes da branquitude propostas por Cardoso (2008) as quais vão moldando aos estudiosos que pesquisam sobre as relações de poder que envolvem as racialidades brancas. Assim, percebemos que o questionamento das vantagens sociais dos grupos brancos é pouco desenvolvido na Geografia, sendo que até 2018 não consta nenhum artigo científico nas revistas brasileiras de Geografia que tenha os termos branquitude e/ou branquidade no título ou nas palavras-chave. A branquitude crítica, apontada pelo autor, (re)produz o que diversos autores tem chamado de *racismo aversivo*, como citado no capítulo anterior.

Isso tem relação com o que Cardoso (2008) explica sobre os privilégios dos sujeitos brancos, pois, para ele, desde o nascimento, já adquirem os privilégios sociais e características de positividade, pois os “brancos gozam naturalmente de privilégios em virtude dessa classificação. Ao grupo branco adiciona-se a construção de uma

identidade racial que recebe o legado simbólico de referências positivas” (CARDOSO, 2008, p. 176).

Luciana Alves (2010) indica que não há muito interesse em pesquisas sobre os grupos raciais brancos, e esse debate aparece principalmente em pesquisas que discutem a classificação racial, preconceitos, racismo, discriminação, mas todos eles, segundo ela, com uma perspectiva de contraposição de sujeitos negros com brancos. A autora ainda exemplifica que grande parte dos estudos sobre pessoas brancas não questionam a sua cor de pele e nem mesmo as veem como racializadas (ALVES, 2010).

Alves (2010) faz um recorte de como o branco aparece na produção científica, mas também questiona a posição das pessoas brancas não se verem como raça. Essa tomada de posição vai de encontro com as argumentações de Cardoso (2008) e Bento (2002), da necessidade de os sujeitos declararem sua pertença racial, mas além disso, perceberem os privilégios adquiridos ao longo do tempo e na apropriação e uso de distintos espaços. Destarte, podemos questionar as relações de poder que imperam na sociedade e que tem reflexos na produção científica, pois os estudos sobre as racialidades, tanto negras, indígenas, brancas, sendo negadas, ocorrendo o processo de epistemicídio de temáticas, através de afixamentos, recusa, destruições, bloqueios, apagamentos, obliterações, segregações e exclusões deliberadas de assuntos e conhecimentos ligadas à temática étnico-racial (CARNEIRO, 2005).

Nesse sentido, a autora Priscila Elisabete da Silva (2014) argumenta que as instituições de ensino superior foram criadas para uma elite social branca, como os únicos sujeitos capazes de produzir a mudança. A autora ainda escreve que a formação dessa elite, principalmente nas universidades, foi um pilar para a manutenção dos privilégios raciais herdados desde o sistema colonialista (SILVA, 2014). Assim, os estudos da branquitude são fundamentais para questionar os privilégios sociais concedidos às pessoas brancas, e, para além disso, a racialização de pessoas brancas e o entendimento do pertencimento racial, algo que ainda é muito escasso na sociedade brasileira, e é, sem dúvida, o caminho para o questionamento das relações de poder e hierarquização social/racial.

Como explica Cardoso (2008), é preciso questionar os privilégios de pessoas brancas para fugir de perspectivas que colocam os sujeitos negros como objetos de estudo, desconsiderando suas histórias, trajetórias e sua vida, na expressão de Guerreiro Ramos (1995 [1957]). Para isso, a mudança de enfoque de pesquisas que

privilegiam as vidas das pessoas negras e indígenas tem relação com a entrada desses grupos de sujeitos nas instituições de ensino, como alunos e professores, como aponta Sales Augusto dos Santos (2007), trazendo sua vivência em forma de pesquisas. As agências negras instauram novas agendas, temários e formas distintas do fazer pesquisa (SANTOS, 2006)

Nesse sentido, Sales Santos (2007) argumenta que o movimento negro, com suas novas reformulações a partir dos anos 1980 e o processo de redemocratização do Brasil, foram de extrema importância para o fortalecimento e o surgimento de negros e negra intelectuais, os quais, para ele, têm papel fundamental para botar em pauta o debate racial e questionar as relações de poder na Ciência. Ratts (2011) relata sobre a importância do movimento negro de base acadêmica para o desenvolvimento de pesquisas relacionada às racialidades e principalmente o acesso à universidade por pessoas negras, sendo que a construção da universidade estava e ainda está voltada para uma elite acadêmica, composta por homens brancos, heterossexuais e cristãos.

Alex Ratts (2011) também explana sobre a importância da entrada de professoras/es negras/os na universidade estudando as questões raciais. Esse passo foi o pontapé para elevar o número de publicações, pois esses e essas intelectuais se tornam o suporte e a ajuda para outras pessoas que começam a estudar sobre a temática, levantando-se o questionamento do princípio de neutralidade das/os pesquisadoras/es e o próprio processo de descorporificação defendido pela Ciência Moderna[colonial].

O processo de descorporificação dos sujeitos, segundo Ratts (2011), faz com que os trabalhos que envolvem algo sentido, vivido e presenciado por esses sujeitos, sejam desconsiderados. Mas a partir da luta do movimento negro de base acadêmica, os sujeitos discentes e docentes começam a ter mais espaço, além de ter a presença de pessoas que ajudam nessa caminhada, pois os corpos são racializados na academia, nas escolas, no currículo, na educação e nas pesquisas, sendo que “a formação de um movimento negro de base acadêmica representa a entrada em cena de corpos educados, corpos que pensam e agem individual e coletivamente, que são vistos e se veem como negros neste espaço” (RATTS, 2011, p. 38).

Quando se olha para Geografia, um processo semelhante ocorre e dá suporte para sujeitos pesquisarem o que os afeta. Mariza Santos (2020) argumenta com relação à importância das pesquisas pioneiras no final dos anos 1990 sobre as

questões raciais, que foram de fundamental importância para as futuras pesquisas. Os pesquisadores pioneiros na publicação de teses e dissertações sobre a temática, são: Alex Ratts, em 1996, na USP, com o título “Fronteiras invisíveis: Territórios Negros e Indígenas no Ceará”; Luis Otávio do Canto Lopes, em 1998, também na USP, com “Várzea e Varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas”; e Andreilino de Oliveira Campos, em 1998, na UFRJ, com o título “Do quilombo à favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista”. Os três trabalhos mencionados são dissertações e os únicos antes dos anos 2000, não tendo sido encontrada na investigação nenhuma tese (SANTOS, 2020).

Esses autores pioneiros no debate das racialidades, em termos de teses e dissertações, são fundamentais para a constituição do debate das questões raciais na Geografia, pois, como argumenta Santos (2020), o professor Andreilino de Oliveira Campos foi professor da Universidade do Rio de Janeiro – São Gonçalo e coordenou o ‘Núcleo de Estudos Sociedade, Espaço e Raça’ (Noser), na mesma instituição. O grupo coordenado por Andreilino se dedicava aos estudos raciais, sendo um dos polos centrais para o debate na Geografia brasileira. Já Alex Ratts é professor da Universidade Federal de Goiás e coordena o ‘Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-raciais e Espacialidades’ (LaGENTE), também um grupo central no debate das racialidades na Geografia nacional (SANTOS, 2020).

Esses trabalhos e grupos mencionados promoveram abertura para novas pesquisas, pois é perceptível que somente após os anos 2000 houve um maior volume de publicações de artigos científicos. Isso tem relação também com a participação desses sujeitos no debate acadêmico e na luta por igualdade racial, pois:

os negros intelectuais começaram a intervir na produção do conhecimento sobre a população negra brasileira, especialmente na área de estudos e pesquisas sobre relações raciais das Ciências sociais. Consequentemente esses negros intelectuais deixaram de ser apenas os informantes, o objeto de pesquisa, [...] de alguns intelectuais brancos e passaram a ser agentes que se reconhecem como sujeitos na e da produção do conhecimento sobre relações raciais no Brasil (SANTOS, 2007, p. 233)

Dessa maneira, temos a presença de pessoas negras conseguindo pesquisar temas que afetam diretamente suas vidas, mesmo tendo ainda, muitas barreiras de enfrentamento para ser considerada como agenda de pesquisa. Mas, para além de serem consideradas como militância (GUIMARÃES, 2015), o debate das racialidades

reflete a vida, as barreiras e os enfrentamentos em uma sociedade racista, ao qual a comunidade científica é o reflexo da sociedade, reproduzindo as relações de poder e o racismo dentro das instituições e na produção acadêmica.

Quando se pensa nessas relações de poder na produção científica, vale reforçar que se tratando de artigos científicos sobre as racialidades na Geografia, temos uma pequena produção, sendo somente 1,8% das publicações, tendo uma maior produção na região Sudeste, por ser a região que tem a maior concentração de programas de pós-graduação no Brasil. Mas quando comparado a instituição que tem o maior volume de autorias e de artigos, é perceptível que a Universidade Federal de Goiás tem um papel fundamental para o desenvolvimento do debate em torno das questões raciais no Brasil.

Essa centralidade da UFG tem relação com o professor e pesquisador Alex Ratts, como mencionado anterior e segundo Santos (2020), pelo pioneirismo com seu trabalho de dissertação na Geografia. Além de coordenar o grupo de pesquisa na mesma instituição, fez com que se tornasse um dos principais polos na publicação de artigos científicos sobre as questões raciais.

A presença de negros intelectuais para as pesquisas sobre as racialidades é de extrema importância, pois são o suporte para sujeitos que estão pesquisando sobre essa temática. Além disso, as pesquisas, muitas vezes, denunciam as relações de poder, sobre racismo, discriminação, no contraponto com a colonização intelectual eurocêntrica, ou seja, não segue o padrão imposto da Ciência Moderna (SANTOS, 2007).

Ratts (2010) argumenta sobre a importância dos estudos das racialidades na Geografia, indo além de considerar os grupos racializados como objetos de estudo, mas partindo de uma perspectiva de reflexão de suas vidas, eliminando as amarras coloniais. O autor ainda explana sobre os efeitos desses estudos, colocando em pauta sujeitos negados tanto na sociedade, como também na academia.

Dessa forma, a presença de negras/os intelectuais é de extrema importância para que o debate das racialidades seja fortalecido. É importante ressaltar que a presença de espaços/grupos dentro das universidades, como Coletivos, Grupos de Estudos e Pesquisas ligados ao movimento negro como os NEAB e os NEABI criam espaços de acolhimento, trocas e enfrentamento para esses estudantes e

pesquisadores³⁰. Nesse ponto, identificar quem são as pessoas que estão pesquisando sobre a temática nos artigos científicos nas revistas brasileiras de Geografia é mostrar e corporificar essas pessoas, pois as pesquisas são frutos de sujeitos, com suas histórias, vidas, trajetórias, e interferem diretamente no fazer científico.

Assim, após análise dos 452 artigos científicos relacionado às questões raciais, temos um total de 645 autoras/es. Isso mostra que temos uma grande parte dos artigos produzidos nesse período sendo realizadas em conjunto, não individualmente. Em se tratando do gênero dos autores, temos uma pequena vantagem de pesquisadores masculinos, sendo um total de 52% das autorias, enquanto as de gênero feminino compõe 48%.

Temos essa pequena vantagem de pesquisadores masculinos publicando sobre a temática das racialidades, em números absolutos, temos em relação ao gênero masculino um total de 334 autores, enquanto o gênero feminino há um total de 311 autoras. Podemos considerar que temos uma certa igualdade de gênero na produção sobre as questões raciais, pois a diferença é pequena. Já Mariza Fernandes dos Santos (2020) percebeu uma pequena vantagem do gênero feminino nos trabalhos de teses e dissertações, sendo composto por 52% de autorias femininas e 48% de autores masculinos. A autora ainda alerta sobre as dificuldades das mulheres na produção científica, principalmente mulheres negras, sendo que não se sentem parte do meio científico, sofrendo interferência na sua produção e na sua trajetória científica, causadas pelo sexismo e pelo racismo. Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar (2015; 2019) e Vagner André Morais Pinto (2017) escreveram sobre as dificuldades das mulheres na produção científica, como também como pesquisadoras e professoras de universidades, identificando os problemas relacionados às questões de gênero interferindo na sua produção, além das atividades domésticas e o cuidado com os filhos interferindo diretamente no trabalho intelectual, algo que não é identificado na produção masculina. Percebemos a estrutura patriarcal e racista criando mais obstáculos na vida das mulheres negras, o que reverbera na produção acadêmica.

³⁰ Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e os Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) são entidades criadas pelo Movimento Negro em articulação com o Movimento Indígena para a promoção da igualdade racial e tem com a finalidade de auxiliar a Universidade na produção e disseminação do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, no desenvolvimento de políticas de diversidade.

Dessa forma, a pequena vantagem de autores masculinos revela que temos um equilíbrio de produção científica entre homens e mulheres no campo das racialidades. Isso fica um pouco mais evidente quando analisadas somente as primeiras autorias, pois as primeiras autorias dos artigos indicam a autoria principal da pesquisa.

Quando analisada somente a primeira autoria dos artigos, temos 2% a mais de produção de autores masculinos, sendo 54% dos trabalhos considerando a primeira autoria como do gênero masculino, com um total de 242 artigos. Já em relação a produção feminina, temos um total de 46%, queda de 2%, sendo 210 artigos de primeira autoria feminina.

Os dados demonstram que há uma pequena vantagem dos homens, porém menor do que ficou comprovado por Cesar (2015; 2019) e Pinto (2017) quando analisada a Geografia brasileira como um todo. Alinhado com os dados de Mariza Santos (2020) sobre as teses e dissertações, também indicamos que as mulheres desempenham papel fundamental no desenvolvimento do campo das racialidades na Geografia brasileira, pois elas são as que mais produzem teses e dissertações e estão com uma pequena desvantagem em relação a publicação de artigos científicos. Mesmo com os problemas levantados por Santos (2020) sobre o processo de pesquisa de mulheres negras, como também por Cesar (2015; 2019) e Pinto (2017) sobre as questões de gênero, a produção científica afeta principalmente as mulheres, mas temos no campo das racialidades na Geografia um papel importante das mulheres questionando as relações de poder, que envolve as questões raciais.

Porém, quando são analisadas as pessoas que mais produzem no campo das racialidades na Geografia, o cenário é diferente. Das autorias mais produtivas, há uma imensa centralidade masculina, indicando que as mulheres constituem uma importante força produtiva, mas é captada pela centralidade dos homens. Das 10 pessoas que tem maior número de publicações, somente duas mulheres figuram como as centrais, ou seja, das pessoas mais produtivas, oito são homens, e cabe destacar que essas duas mulheres que figuram como mais produtivas são brancas. Nesse ponto, conseguimos entender uma centralidade maior de determinadas pessoas na produção das questões raciais. Para exemplificar, a Tabela 15 mostra as autorias com maior número de participações em publicação de artigos, listando as pessoas que tem três ou mais artigos publicados.

TABELA 15 – Autorias acima de três artigos sobre racialidades

Autores	Quantidade de artigos	Instituição	Gênero
Alex Ratts	14	UFG	M
Adnilson de Almeida Silva	6	UNIR	M
Cicilian Luiza Löwen Sahr	6	UEPG	F
Luís Fernando da Silva Laroque	6	UNIVATES	M
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	6	UnB	M
Alex Mota Santos	5	UFSB	M
Diogo Marçal Cirqueira	5	IEAR-UFF	M
Lucas Bento Silva	5	UFG	M
Maria Aparecida dos Santos Tubaldini	5	UFMG	F
Rafael José Navas da Silva	5	UFAL	M
Raphael Fernando Diniz	5	UFAM	M
David Júnior de Souza Silva	4	UNIFAP	M
José Antônio Souza de Deus	4	UFMG	M
Adryane Gorayeb	3	UFC	F
Ana Paula Aparecida Ferreira Alves	3	UEPG	F
Andréa Yumi Sugishita Kanikadan	3	ICSA/UNILAB	F
Camila da Silva Pereira	3	UECE	F
Carlos Rodrigues Brandão	3	UFU	M
Charles Benedito Gemaque Souza	3	UFPA	M
Danilo Cardoso Ferreira	3	UNICAMP	M
Flaviana Gasparotti Nunes	3	UFGD	F
Gabriela Coelho de Souza	3	UFRGS	F
Gledson Bezerra Magalhães	3	Professor ensino básico/CE	M
João Santos Nahum	3	UFPA	M
Kátia Maria Pacheco Santos	3	UnB	F
Leonardo de Oliveira Carneiro	3	UFJF	M
Lorena Francisco de Souza	3	UEG	F
Luciene Cristina Risso	3	UNESP	F
Maria Angela Comegna	3	Professora ensino básico/SP	F
Maria Bárbara Magalhães Bethonico	3	UFRR	F
Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello	3	ESALQ/USP	F
Maria Lúcia Cereda Gomide	3	UNIR	F
Maurício Waldman	3	USP	M
Nathan Zanzoni Itaborahy	3	UFMG	M
Renato Emerson Nascimento dos Santos	3	IPPUR/UFRJ	M
Rosemberg Ferracini	3	UFTM	M
Simone Raquel Batista Ferreira	3	UFES	F
Simone Rezende da Silva	3	UNIMES	F
Solange Rodrigues da Silva	3	UNIFAP	F
Tanize Tomasi Alves	3	UFPR	F

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (2022). Organização própria.

Das pessoas mais produtivas, temos uma predominância masculina: das 20 pessoas que mais tem publicação, 14 são homens e somente sete são mulheres. Isso identifica que temos uma produção concentrada principalmente masculina, sendo as pessoas com mais artigos publicados. Em se tratando das pessoas que tem mais do que três artigos publicados temos um total de 19 mulheres e 21 homens. Analisando a soma dos trabalhos temos uma predominância bem mais elevada de artigos produzidos por homens, sendo um total de 95 trabalhos, o que representa um total de 61% das 40 pessoas mais produtivas. Em relação a autoria feminina, há um total de 62 publicações, o que representa 39%. Dessa forma, é perceptível que temos a produção das racialidades com maior concentração de autorias masculinas, mesmo em números totais, temos uma certa aproximação, quando se analisa quem mais produz sobre a temática, a autoria masculina tem uma vantagem muito maior, sendo as principais das pessoas que mais tem produção.

A Tabela 15 também nos ajuda a entender como o campo das racialidades foi desenvolvido e quem são as pessoas que estão produzindo reflexões sobre as questões raciais no Brasil. Dessa forma, foi identificado que a UFG é a principal instituição que tem pesquisas relacionadas a temática, muito por conta da atuação e das pesquisas do professor Alex Ratts, sendo o pesquisador que mais tem contribuído sobre as questões raciais.

O pesquisador Alex Ratts é a principal referência e a que figura como o central em termos de artigos científicos, totalizando 14 trabalhos. Atualmente, Alex Ratts é professor da Universidade Federal de Goiás, nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e também na pós-graduação em Antropologia, na mesma instituição. Além disso, coordena o Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG.

Cabe destacar a importância do professor Alex Ratts no desenvolvimento e em pesquisas relacionadas às racialidades no Brasil, constituindo como figura central do debate na Geografia brasileira. Cirqueira e Corrêa (2014) destacam a importância da UFG e do LaGENTE na produção científica de teses e dissertações sobre as questões raciais, sendo a instituição que mais tem produzido, como também em questão de artigos científicos, sendo a principal instituição, como demonstrado no Capítulo 3. Isso demonstra a relevância do laboratório, que foi criado em 2008 sob a coordenação do professor Alex.

A centralidade de trabalhos do professor Alex é tamanha que a diferença para as pessoas que tem a segunda maior produção é de oito trabalhos. Tendo o mesmo número de artigos, na segunda posição das pessoas que mais produzem, estão quatro pesquisadores, três homens e uma mulher, com seis artigos cada. Desse conjunto temos Adnilson de Almeida Silva, atualmente professor da Universidade Federal de Rondônia, nos cursos de graduação e pós-graduação de Geografia. Professor Adnilson é líder do Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas (GENTEH), que dedica pesquisas sobre as populações tradicionais, principalmente as indígenas.

Com a mesma quantidade de artigos, figurando como as principais autorias sobre as questões raciais, consta a Cicilian Luiza Löwen Sahr, professora que atuou na Universidade Estadual de Ponta Grossa e no programa de pós-graduação em Geografia na mesma instituição, além de ser colaboradora no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. A professora Cicilian tem suas pesquisas voltadas para comunidades tradicionais, principalmente faxinalenses e quilombolas. Como destacado, ela é a que tem mais produção de artigos sobre racialidades, em termos de gênero feminino, figurando como umas das principais.

Também com a mesma quantidade de artigos, temos Luís Fernando da Silva Laroque, professor da Universidade do Vale do Taquari e professor da rede de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que o professor Luís Fernando tem sua formação de graduação, mestrado e doutorado em História, não sendo da Geografia. Isso demonstra que parte da sua produção é publicada nas revistas de Geografia, se dedicando nos estudos sobre as comunidades tradicionais.

Por fim, como um dos autores que mais produziram artigos sobre as racialidades, temos o pesquisador Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, que é professor da graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília e coordenador do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA). Tem sua publicação voltada principalmente para as comunidades tradicionais, principalmente quilombolas, sendo referência no mapeamento e cartografia dessas comunidades.

Levando em consideração os locais a que essas principais autorias estão vinculadas, é perceptível que temos a representação de todas as regiões, mostrando que o debate das racialidades figura em todas. No entanto, é inegável que temos

alguns pesquisadores que são centrais no debate das racialidades. Ratts (2010) destaca a atuação de alguns pesquisadoras/es que tratam a temática na Geografia. O autor aponta os trabalhos realizados por Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (UnB), além de Renato Emerson dos Santos (atualmente no IPPUR/UFRJ) e Andreelino Campos (*in memoriam*) da UERJ, como também “os estudos e orientações de Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPB) e Paulo Scarin (UFES) acerca de quilombos e de Jeovah Meireles (UFC), relativos ao racismo e justiça ambiental” (RATTS, 2010, p. 137). Das pessoas mencionadas por Ratts (2010), temos somente Rafael Sanzio e Renato Emerson como principais autores que mais produzem artigos nas revistas de Geografia, com três ou mais publicações.

Analisar a dinâmica das autorias é mostrar quem está pesquisando sobre as racialidades e o desenvolvimento dela na Geografia. Cabe destacar que o interesse pela temática das racialidades tem relação com o movimento retratado anteriormente, com um cenário de pessoas interessadas em pesquisar suas vidas e o que interfere no seu cotidiano. Isso está relacionado à vivência dos sujeitos produtores de pesquisas, relacionado com o que Santos (2007) chama de negras/os intelectuais.

Com isso, é primordial entender como a produção das racialidades está estruturada em termos de racialidades das autorias, algo que não pôde ser identificado neste trabalho, pois, para retratar a racialidade das autorias, cabe a cada sujeito se auto identificar seu pertencimento racial. Dessa forma, os dados do pertencimento racial não estão presentes nos artigos e nem mesmo na Plataforma Lattes. Para tentar buscar esses dados, foi enviado para cada autor/a com mais de dois artigos um questionário no *e-mail* cadastrado nos artigos. No entanto, somente oito pessoas submeteram respostas, não conseguindo uma base de como está estruturado o campo das racialidades em termos de pertencimento racial.

Contudo, algumas pessoas se destacam no meio científico no trabalho com o tema das racialidades na Geografia, tendo destaque de autores como Alex Ratts, principal autor da temática. Essas pessoas estão se mobilizando e lutando para que o tema das questões raciais esteja em pauta em eventos e debates, se posicionando e questionando as relações de poder. Esse posicionamento ocorreu, primeiramente, no Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia de 2019, quando foi formado um grupo denominado Geografias Negras. Algumas figuras centrais, foram fundamentais para decifrar os limites e resistências do campo das racialidades na Geografia brasileira, processo que será detalhado a seguir.

4.2 OS LIMITES ENFRENTADOS E AS RESISTÊNCIAS PARA A INSTITUIÇÃO DAS RACIALIDADES NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Como apontado anteriormente, o campo das racialidades na Geografia ainda é pouco desenvolvido, recebendo, muitas vezes, uma caracterização de militância e não conhecimento científico (GUIMARÃES, 2015). Essa tentativa de reduzir os estudos sobre as questões raciais vai além de barrar as temáticas, mas também os sujeitos que produzem conhecimento. Freire (1996) faz uma crítica contundente as narrativas que buscam desprestigiar a militância, especialmente no atual contexto neoliberal:

Daí a crítica permanentemente presente em mim à malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia. Daí o tom de raiva, legítima raiva, que envolve o meu discurso quando me refiro às injustiças a que são submetidos os esfarrapados do mundo. Daí o meu nenhum interesse de, não importa que ordem, assumir um ar de observador imparcial, objetivo, seguro, dos fatos e dos acontecimentos. Em tempo algum pude ser um observador 'acizentadamente' imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética. Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele. (FREIRE, 1996, p. 15-16)

Dessa forma, os pesquisadores e pesquisadoras que pesquisam sobre as racialidades estão a todo momento lutando contra as hierarquias e as relações de poder dentro da Ciência.

Santos (2007) nos alerta sobre as dificuldades para pesquisadoras/es negras/os para produzirem conhecimento relacionado às questões raciais, mas, ao mesmo tempo, é graças a essas pessoas que temos visto mudanças na produção científica, em passos lentos, mas muito significativos. Nesse ponto, Santos (2020) nos mostra sobre a importância de determinados pesquisadores para o desenvolvimento teórico das racialidades na Geografia, como o professor Alex Ratts e Andreilino Campos. O papel desempenhado por esses pesquisadores pode ser observado nas publicações de artigos, sendo o professor Alex a principal autoria, sendo importante também na orientação para outras/os pesquisadoras/es.

Diante disso, Santos (2007) argumenta sobre as diferenças nas trajetórias dos sujeitos e a importância de pessoas como referência para o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática das racialidades. Ratts (2011) fala sobre a importância do movimento negro para pesquisadoras/es negras/os, que se tornam negras/os intelectuais, nas palavras de Santos (2007).

Com tudo isso, se torna essencial entender os enfrentamentos para pesquisar e publicar sobre a temática das racialidades na Geografia brasileira, pois os corpos negros são racializados, e precisam ter suas reflexões e questionamentos como fundamentais no questionamento das relações de poder que envolvem as questões raciais na sociedade e na produção de conhecimento na Geografia. Por isso, escutar as trajetórias dessas sujeitas e sujeito é colocar em evidencia o sistema de opressão das instituições de ensino.

Então, se torna primordial entender as resistências do campo científico na publicação de artigos e o aceite do debate das racialidades na Geografia, bem como as resistências e enfrentamento de pesquisadoras/es negras/os. O primeiro passo foi a identificação dos autores principais referentes à publicação de artigos nas revistas de Geografia. Para isso, foram separadas as autorias com mais de dois artigos e enviado um questionário pelo *Google Forms* no *e-mail* dessas autorias, mas, como dito anteriormente, houve poucas respostas.

Como o questionário teve poucas respostas, foi optado por entrevistar os geógrafos e geógrafas que estiveram presentes no posicionamento e compuseram o grupo de pesquisadoras/es negras/os do Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), realizado na Universidade de São Paulo em 2019. Essa lista de pessoas foi elaborada a partir do ENANPEGE e abrange pesquisadores e pesquisadoras, sendo entrevistadas sete pessoas, sendo três homens e quatro mulheres. Essas pessoas são pesquisadoras/es e professoras/es de instituições do ensino superior, majoritariamente da região Sudeste.

A lista das pessoas a serem entrevistadas tinha um total de 10 pessoas, mas com uma delas não foi possível entrar em contato, pois não respondeu os *e-mails* enviados. Já as outras duas negaram a conceder entrevista, restando sete pessoas que foram entrevistadas. O Quadro 2 mostra alguns dados das pessoas entrevistadas.

QUADRO 1 – Dados gerais das/os pesquisadoras/es entrevistadas/os³¹

Nome	Idade	Gênero	Qualificação atual	Relacionamento atual
Malaika	55 anos	Feminino	Doutorado	Casada
Obi	40 anos	Masculino	Doutorado	Casado
Umi	39 anos	Masculino	Doutorado	Casado
Aminata	50 anos	Feminino	Doutorado	Solteira
Ashia	36 anos	Feminino	Pós-doutorado	Casada
Akin	48 anos	Masculino	Doutorado	Casado
Niara	56 anos	Feminino	Doutorado	Solteira

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021. Organização própria.

As entrevistas se deram por meio virtual, seguindo um roteiro pré-estabelecido, destacado no Apêndice 1. As entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados, e tiveram seu conteúdo transcrito em sua totalidade, gerando um total de 180 páginas de transcrição. Após esse processo, teve o início de desambiguação de termos, que são palavras iguais com sentido diferentes, e/ou palavras que juntas formam o significado que a/o entrevistada/o quis demonstrar.

Com essa etapa finalizada, se deu início ao processo de retirada de *stopwords* e junção dos termos com a mesma raiz semântica. O primeiro processo consiste em eliminar termos que não tem significados, por exemplo, 'né', 'com', 'a', dentre outras. Já o segundo, se assemelha ao procedimento das palavras-chave, descrito no Capítulo 3, que é a junção de palavras com o mesmo significado em um único termo, como por exemplo 'alunos' e 'aluno', escolhendo uma única palavra para identificar esse conjunto. Esse processo foi executado com o auxílio do *software OpenRefine*.

Após todo esse procedimento com as palavras e frases, foi utilizado o *software Gephi* para a elaboração das redes, produzindo os grafos de redes de palavras conectadas com frases, baseado em Silva e Silva (2016), gerando em um primeiro momento o grafo de rede bimodal, como descrito no Capítulo 1. Para cumprir esse procedimento, no primeiro momento, o conjunto transcrito das entrevistas foi dividido em três partes para uma melhor análise. A divisão se deu, pois, as entrevistas tiveram três momentos conectados, mas com um foco de análise distinto. O primeiro momento

³¹ Nomes fictícios.

TABELA 16 – As 25 arestas com maior interação entre as palavras – pesquisadores brancos

Palavra	Palavra	Peso
Falar	Branco	38
Falar	Pobreza	31
Discutir	Falar	28
Branco	Pesquisador	26
Negro	Branco	24
Negro	Falar	18
Branco	Importante	18
Falar	Tema	17
Branco	Pobreza	17
Branco	Pessoa	16
Falar	Luta	15
Negro	Pessoa	14
Negro	Luta	14
Falar	Pesquisador	14
Falar	Pensar	14
Falar	Corpo	13
Falar	Violência	13
Branco	Pensar	12
Morar	Campo_grande	12
Discutir	Branco	11
Negro	Estudar	11
Falar	Vivenciar	11
Branco	Luta	11
Importante	Pesquisador	11
Perceber	Negro	10

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021. Organização própria.

Essa rede unimodal topológica, acompanhada da tabela, mostra que temos como principais palavras ‘falar’, ‘branco’, ‘negro’ e ‘discutir’. Essa primeira rede está relacionada a pesquisadores brancos trabalhando com o tema das racialidades negras. Com essas palavras conseguimos já tecer algumas considerações que são importantes, pois para os entrevistados trabalhar com a questão negra é sempre um espaço de disputa, como Santos (2007) argumenta. As pessoas que são brancas, ao trabalhar com as questões negras, tem que olhar e entender seus privilégios por conta de sua pertença racial, sendo importante se posicionar quanto aos privilégios concedidos ao longo do tempo. É perceptível que esse conjunto de ligação entre as palavras, que destacam ‘falar’ e ‘negro’, demonstra o que Santos (2007) e Ratts (2011) explanam sobre a importância de pessoas negras falando sobre as questões raciais.

TABELA 17 – As 25 arestas com maior interação entre as palavras – trajetória familiar e acadêmica

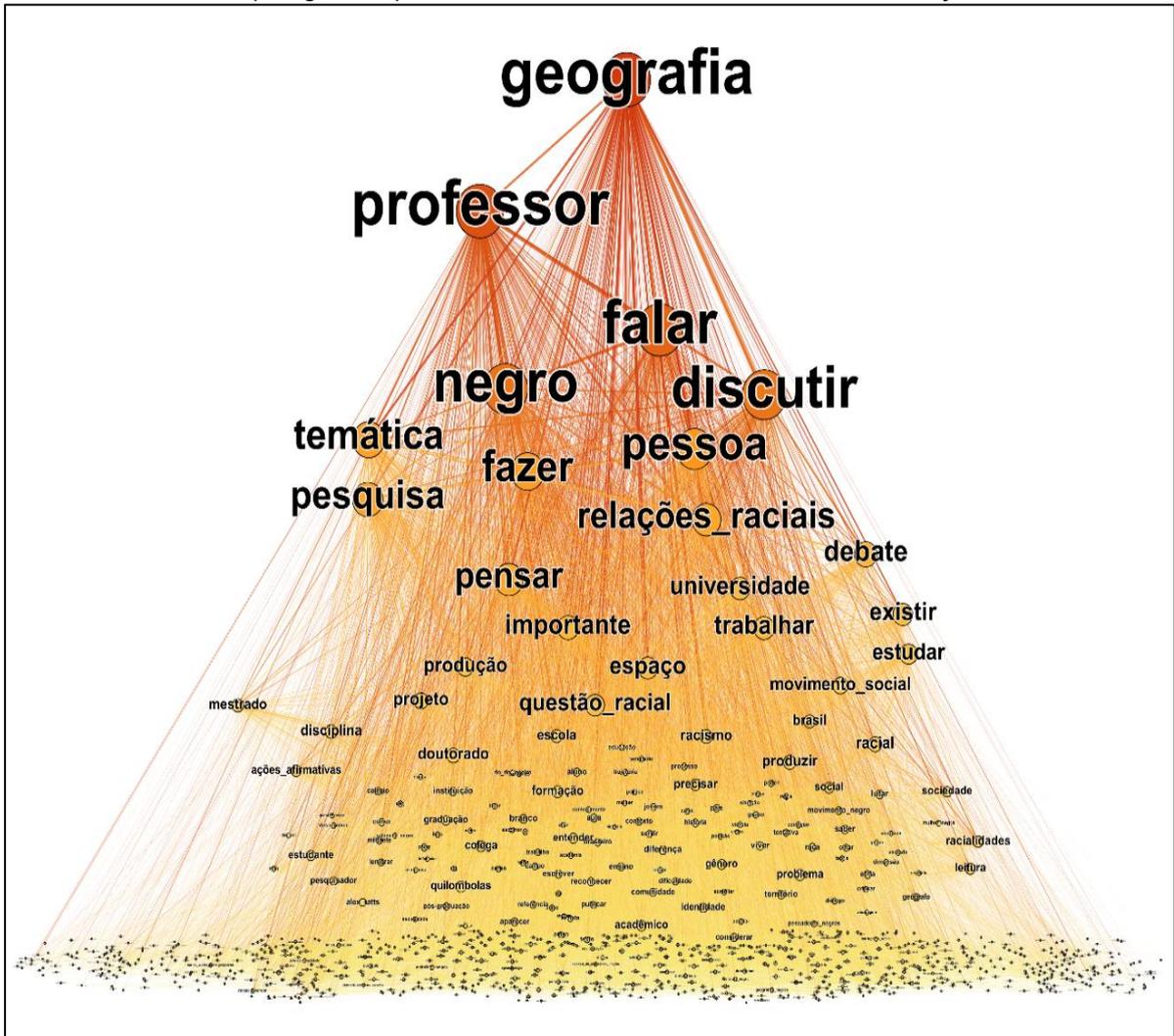
		(conclusão)
Palavra	Palavra	Peso
Graduação	Professor	26
Importante	Professor	26
Professor	Pesquisa	26
Movimento_negro	Negro	26
Questão_racial	Professor	25
Professor	Carlos_walter_porto-gonçalves	25
Falar	Pai	24
Doutorado	Professor	23

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021. Organização própria.

Temos em destaque as ligações entre as palavras ‘mãe’ e ‘pai’, como principais, mostrando que a figura da família é de extrema importância na formação das pessoas entrevistadas. Ainda sobre o papel da família, temos a presença em destaque, principalmente, da figura paterna. Além do papel central da família, a universidade tem papel de destaque na formação racial e pessoal, o que fica mais evidente com a palavra principal ser ‘professor’, a qual tem ligações centrais com ‘mestrado’ e ‘Geografia’, demonstrando o papel dos professores na sua formação e construção como pesquisadores.

Por fim, a rede topológica relacionada diretamente às questões sobre as racialidades no trabalho e nas proposições científicas, o que está demonstrado no Grafo 16 e Tabela 18, traz uma reflexão em torno do papel da Geografia e dos professores em dar liberdade para pesquisar a temática das racialidades ou negar essa discussão.

GRAFO 16 – Rede topológica de palavras com maior centralidade de intermediação



Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021. Organização própria.

TABELA 18 – As 25 arestas com maior interação entre as palavras – racialidade no trabalho e na proposição científica

(continua)

Palavra	Palavra	Peso
Discutir	Geografia	114
Professor	Falar	101
Professor	Negro	101
Falar	Negro	83
Geografia	Temática	62
Discutir	Relações_raciais	59
Falar	Geografia	58
Professor	Geografia	57
Geografia	Espaço	57
Geografia	Pensar	55
Professor	Escola	53
Professor	Trabalhar	52

TABELA 18 – As 25 arestas com maior interação entre as palavras – racialidade no trabalho e na proposição científica

(conclusão)

Palavra	Palavra	Peso
Geografia	Relações_raciais	52
Falar	Pessoa	49
Discutir	Questão_racial	47
Discutir	Temática	47
Discutir	Pessoa	46
Discutir	Debate	45
Professor	Discutir	44
Negro	Pessoa	44
Negro	Escola	44
Professor	Pessoa	43
Geografia	Pessoa	43
Professor	Temática	42
Discutir	Negro	42

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021. Organização própria.

A principal palavra nessa rede está relacionada com ‘Geografia’ e ‘professor’, logo abaixo de ‘falar’, ‘negro’ e ‘discutir’. Cabe destacar que não é possível perceber qual a visão do trabalho sobre as racialidades com essas ligações, pois elas podem ser tanto positivas quanto negativas. Isso fica evidente com as redes de categorias, demonstrando como está sendo o debate racial na Geografia, pelas trajetórias destas/es pesquisadoras/es. No entanto, temos que destacar que as principais ligações e palavras estão relacionadas diretamente ao trabalho com as racialidades e como isso é importante na trajetória acadêmica dessas pessoas.

Dessa forma, as redes de categorias demonstram a intenção das ligações dessas palavras, pois fazem a junção da palavra com a categoria. Para a realização das categorias, o texto transcrito das entrevistas foi categorizado com base na construção de categorias a partir das questões propostas para essa pesquisa e com base na rede formada a partir da junção das palavras. Isso auxiliou na elaboração das categorias, para dar visibilidade à intenção que o entrevistado quis evidenciar com sua fala, e, por isso, uma mesma frase pode ter a junção de mais de uma categoria, pois pode expressar significado para dois momentos diferentes.

O processo de categorização foi realizado por meio do *software Taguette*, que auxilia na marcação das categorias e posteriormente gera um relatório e uma tabela com as categorias e as frases correspondentes. Após esse procedimento, foi realizado novamente o processo de limpeza das *stopwords* e junção dos termos com a mesma

raiz semântica pelo *software OpenRefine*. Nessa etapa, por ser utilizado a categorização das frases, não houve a necessidade de separar em três partes, pois a rede demonstra esses três momentos distintos, como explicitado no Capítulo 1.

Após tudo isso, foram elaboradas as redes semânticas de categorias, as quais consistem em demonstrar quais as categorias e ligações principais. Esse procedimento foi realizado pelo *software Gephi*, formando as redes de categorias, primeiramente a rede bimodal (Grafo 9) e posteriormente a rede unimodal de categoria (Grafo 10).

Nessas redes, bimodal e unimodal, já é possível identificar que a categoria discussão positiva tem mais destaque em relação as outras. Essa categoria tem relação com as discussões sobre racialidades ao longo da trajetória das pessoas entrevistadas, seja dentro do currículo, enquanto disciplina, discussão de professores, como as discussões de coletivos negros e do movimento social.

Podemos identificar que a discussão positiva está conectada com a categoria 'DP_movimentos sociais', que é a discussão positiva de movimentos sociais, sendo uma das principais relações. Essa categoria expressa as discussões presenciadas pelas/os entrevistadas/os nos movimentos sociais, e como estas foram importantes na sua formação. Santos (2007) fala sobre a importância dos movimentos sociais para a formação das pessoas negras, ocupando um local central para questionar as relações de poder, mas também de acolhimento para esses sujeitos. Dessa forma, os movimentos sociais têm papel fundamental na trajetória dessas pessoas, sendo espaço de discussão e formação política em relação as questões raciais, como apresentado nos seguintes trechos:

O diálogo com os movimentos sociais, eu acredito que são fundamentais, e eu sempre procurei fazer isso, na minha formação e na minha atuação como professora, então tenho também um respeito muito grande aos movimentos sociais aqui em Goiás que sempre me receberam muito bem e respeitam o meu trabalho e são importantes fontes para mim também, de pesquisa, de referência, de conversa em geral. E eu acho que essas influências são importantes e a gente precisa dialogar melhor com elas, como professores pesquisadores a gente precisa dar um caráter mais afetivo, mas ao mesmo tempo também, mais profundo as realidades humanas, sociais, que os movimentos sociais são nossos parceiros (Trecho de entrevista realizado com Ashia, 2021)

Nós só estamos aqui dentro da universidade porque existiram ações de grupos chamados movimento negro. Tem um movimento negro que não começou no século XX, ele é anterior ao século XX, eu não estaria aqui, foi graças ao movimento negro [...]. Então desde então, estes grupos quando chegaram aqui, eles atuaram de alguma forma formando, se hoje a gente

está podendo aqui dizer isso, é porque existiram movimentos negros que nos trouxeram até aqui, nós não teríamos inaugurado isso, de uma hora para outra, teve movimento, teve resistência, e continua (Trecho de entrevista realizado com Niara, 2021)

Esses trechos, retirados das entrevistas, mostram o papel central da formação das racialidades nos movimentos sociais. Além disso, os movimentos sociais são espaços de acolhida, conscientização e debate das questões raciais, algo que não esteve presente nas discussões acadêmicas na universidade.

A rede também mostra como central a categoria ‘discutir raça com críticas’, que tem relação com pesquisadores brancos pesquisando sobre as racialidades negras. Dessa forma, as/os entrevistadas/os analisam que pesquisadores brancos podem falar sobre as questões negras, mas sempre devem questionar as relações de poder e as vantagens sociais que recebe ao longo do tempo. Seguindo essa mesma linha, a categoria ‘Críticas_vantagens_pesquisador branco’ está conectada com a categoria ‘discutir raça com críticas’, da forma já mencionada, que os pesquisadores brancos recebem vantagens raciais ao longo do tempo e isso está diretamente ligado com a produção científica, de negar as temáticas sobre racialidades e a negação de pessoas que não detêm da racialidade hegemônica branca de produzir Ciência, o que Carneiro (2005) chama de epistemicídio de temáticas e sujeitos.

As reflexões de Guerreiro Ramos (1995 [1957]) sobre o *negro-tema* e o *negro-vida* são importantes nesse ponto, pois o pesquisador branco, ao falar sobre as questões negras, tem que estar em alerta em não objetificar os sujeitos, mas levar em consideração a vida e trajetória desses sujeitos para não perpetuar o pacto narcísico (BENTO, 2002). Sobre essas vantagens raciais de pesquisadores brancos, cabe destacar os seguintes trechos, que expressam a centralidade de que os pesquisadores brancos têm que ter um cuidado ao pesquisar sobre as racialidades negras, além do posicionamento como racializado:

A responsabilidade de um pesquisador branco, falando sobre um tema que envolve a racialidade negra eu diria que ela é muito maior. Porque ela é muito maior? Primeiramente ele precisa lembrar que não sofre isso (Trecho de entrevista realizado com Obi, 2021)

Eu acho importante esse movimento que você está colocando, de se posicionar, porque esse também foi uma onda dos problemas que envolveram a produção do discurso entorno das relações raciais, porque produziu-se um discurso em torno disso, mas, no entanto, não se questionou quem era o sujeito desse discurso, mas talvez, envolvido talvez nessa ideia de neutralidade científica, desse não envolvimento com os temas. Então esse

sujeito que produziu discurso sobre as relações raciais no Brasil, ele ficou oculto, então eu acho que esse movimento é válido. Todas as pessoas têm que falar sobre isso, mas elas também têm que se posicionar nesse espectro que envolvem as relações raciais no contexto brasileiro Trecho de entrevista realizado com Umi, 2021)

Vale ressaltar nesse momento a categoria ‘racismo sentido’, que tem o significado das violências e situações racistas vivenciadas pelas pessoas entrevistadas. Essa categoria, sendo a quarta com maior número de relações, denuncia os sistemas de opressão dentro das instituições de ensino, e como isso marca diretamente a trajetória dessas pessoas. Esse fato apresentado pela categoria, pode ser observado nos seguintes trechos, que mostram o sistema de opressão dentro do espaço acadêmico:

Qual o negro que não tem uma história de racismo né. Tem, tem muitas né, dentro da academia, dentro do departamento, até os dias de hoje. Muitas das atitudes de oposição que eu ainda hoje vivo, ela tem um componente racial, muito forte. Mulher negra no poder, não é o meu lugar, não é o meu lugar, não é o lugar planejado para mim, entende. Então, isso por si só já vai explicar muito da sua pergunta (Trecho de entrevista realizada com Niara, 2021)

Já ouvi colegas de departamento falando que a minha pesquisa de discutir a questão racial não é discutir Geografia, discutir a questão racial não é Geografia. Já tive colegas de maneira jocosa né, brincando, “aquela brincadeira”, em reunião de departamento, falando ‘e aquela lei sua’ (apontando o dedo para mim, para demonstrar o deboche dos colegas). (...) é uma maneira desrespeitosa de se dirigir, que denota na verdade o não reconhecimento dessas agendas, como agendas da Geografia (Trecho de entrevista realizado com Akin, 2021)

Vemos nos exemplos acima que o racismo se inscreve em múltiplas escalas. Das relações globais que forjaram o capitalismo às relações micro que instauram nossas relações face-a-face, definindo lugares e posições de poder e prestígio social racializadas. Oliveira (2020a) afirma que o delírio da branquitude definiu um uso discriminado do espaço para os negros e um uso indiscriminado do espaço para os brancos. Para ter uma melhor visualização das categorias mais importantes, a rede unimodal de categoria foi transformada em rede topológica, que organiza a rede em grau ponderado, mostrando sua hierarquia. Essa rede, bem como as maiores relações entre as categorias, pode ser observada no Grafo 17, identificado pelo peso das arestas (Tabela 19).

GRAFO 17 – Rede topológica de categorias com maior centralidade de intermediação



Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021. Organizado pelo autor.

TABELA 19 – As 25 arestas com maior interação entre as categorias

(continua)

Categoria	Categoria	Peso
DP_movimentos sociais	Discussão positiva	9694
Discutir raça com críticas	Críticas_vantagens_pesquisador branco	7528
Discutir raça com críticas	Discussão positiva	6754
Pai	Família	5612
Mãe	Família	5274
Discutir raça com críticas	DP_movimentos sociais	4487
Discussão positiva	Racismo sentido	4401
Críticas_vantagens_pesquisador branco	Discussão positiva	4269
Pai	Mãe	3803
Família	Condição de cuidado mãe	3745
Discussão positiva	Referência intelectual masculina negra	3652
Referência intelectual masculina negra	Referência masculina negra	3617
Qualificação com dificuldades	Discussão positiva	3543
Discussão positiva	Referência masculina negra	3408

TABELA 19 – As 25 arestas com maior interação entre as categorias

		(conclusão)
Categoria	Categoria	Peso
Discutir raça com críticas respeito a temática	Discutir raça com críticas	3358
Família	Condição de cuidado pai	3289
Discussão positiva	Racialidade como militância	3115
Discutir raça com críticas	Racismo sentido	3078
Mãe	Condição de cuidado mãe	2955
Críticas_vantagens_pesquisador branco	DP_movimentos sociais	2857
Pai	Condição de cuidado mãe	2708
Pai	Condição de cuidado pai	2587
Discussão positiva	Discussão positiva acadêmica outras áreas	2546
DP_movimentos sociais	Racismo sentido	2533
Mãe	Condição de cuidado pai	2440

Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021. Organização própria.

Com esse grafo, é evidente quais são as categorias centrais, conforme já mencionado, as categorias ‘debate positivo’ e ‘discutir raça com críticas’. No grafo também podem ser identificadas as relações com maior peso, o que está exposto na Tabela 19. A principal relação das categorias, ‘discussão positiva’ e ‘DP_movimentos sociais’, demonstra a importância dos movimentos sociais no debate das racialidades, o que já foi mencionado anteriormente. A segunda relação com maior peso está relacionada às categorias ‘discutir raça com críticas’ e ‘Críticas_vantagens_pesquisador branco’, que demonstra a questão já mencionada, do pesquisador branco precisar reconhecer sua branquitude como elemento constituinte da nossa sociedade, com as vantagens recebidas ao longo do tempo, que é o que nos alerta Cardoso (2008).

As categorias ‘família’, ‘pai’ e ‘mãe’ também tem forte relação entre si, demonstrando o papel fundamental da família para as trajetórias das/os entrevistadas/os. Tanto a relação das categorias ‘pai’, ‘mãe’ e ‘família’ com ‘condição de cuidado da mãe’, mostram que o dia a dia das famílias na trajetória de pessoas negras é de afeto e cuidado, principalmente das situações de racismo do cotidiano. Um exemplo desse cuidado está refletido no trecho abaixo, mostrando a relação do cuidado com as situações de racismo vivenciados pelas pessoas negras.

Meus pais sempre alertavam o quanto, não era apenas perigoso no sentido, você ir para determinados lugares, enquanto teu corpo, ele seria observado de forma muito estridente, pelos aparatos de segurança. [...] minha mãe sempre me dava para mim uma conta de luz, quando eu comecei a ir para a escolar sozinho. Eu nasci e criado no morro, mas meu pai tinha conta de luz

com o nome dele, para andar caso se fosse abordado pela polícia, para saber que eu tinha mãe e que eu tinha pai (Trecho de entrevista realizado com Obi, 2021)

Esse fragmento mostra o que está presente na relação das categorias 'racismo sentido' e 'cuidado da mãe', sendo uma junção de categorias que, embora distintas, demonstram a preocupação e o cuidado com as situações de racismo. Outro exemplo da ação do racismo nas famílias negras é demonstrado a seguir, expondo como o cotidiano sofre interferência do racismo:

Minha mãe era sempre preocupada como eu me vestia, de como eu me apresentava, de como eu ia para a escola, tinha que estar sempre muito bem penteada, muito bem arrumadinha, né? (Trecho de entrevista realizada com Aminata, 2021)

O momento de afirmação da minha racialidade vem com o apoio da minha professora, que quando eu entrei na universidade eu não falava, e ela perguntava: Não fala porquê? Se você está aqui é igual a todo mundo? Você é tão brilhante quanto todo mundo (Trecho de entrevista realizado com Malaika, 2021)

A rede topológica também apresenta um dado que já está exposto nas principais autorias no campo das racialidades, que é a relação das categorias 'discussão positiva' e 'referência intelectual masculina negra', que reforça os dados aqui já discutidos, de que as principais referências no campo das racialidades na Geografia são de intelectuais negros, ou a definição de Santos (2007) de negros intelectuais. Percebe-se que temos um campo muito masculinizado, mesmo tendo uma certa aproximação entre os gêneros masculino e feminino em números de artigos produzidos, mas, quando se fala de centralidade, as principais referências são de pesquisadores masculinos.

Seguindo essa mesma reflexão, quando se pensa em referências intelectuais femininas, elas não são nem intermediárias nas entrevistas, ou seja, não são citadas mulheres como referência no debate das racialidades. As mulheres figuram como periféricas nas discussões raciais, permitindo-se perceber a intersecção de gênero e raça intensificada nas relações de poder, como relatado por Souza e Ratts (2017) quanto às dificuldades e relações de poder que se intensificam para mulheres negras na produção científica.

pois expressa vivências experienciadas pelas pessoas negras que brancos nunca irão passar. Os trechos abaixo refletem essa categoria:

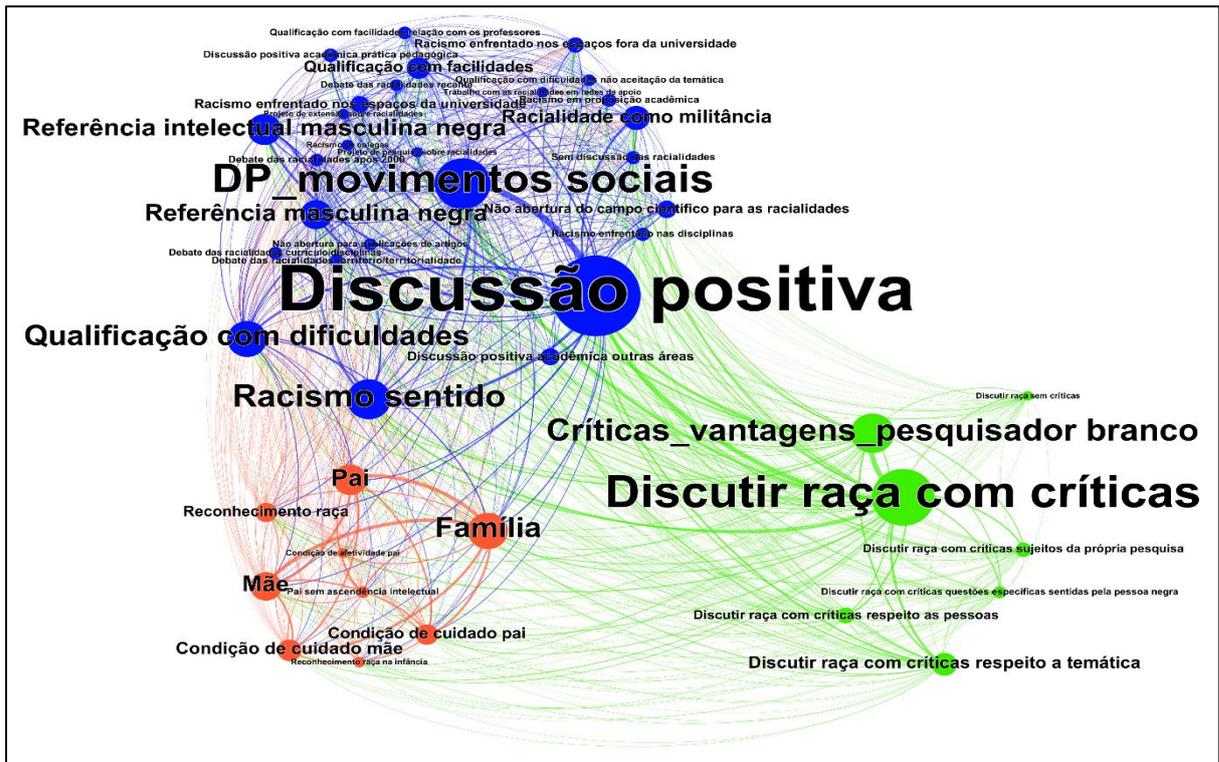
Tem coisas que talvez para você seja extrema novidade, como as violências, algumas questões que uma pessoa negra possa falar para você, mas infelizmente para uma pessoa negra isso é corriqueiro, às vezes, desde o contexto de micro violência, da forma de como ele é abordado no ambiente acadêmico ou da forma de como os seus textos são avaliados, por exemplo, uma avaliação de uma revista, coisas que talvez não passam por uma pessoa branca (Trecho de entrevista realizado com Obi, 2021)

Obviamente você não vai dar conta de todo o assunto, tem coisa que vão lhe fugir de fato a compreensão, e que se existem elementos, que são elementos para os negros e existem os elementos que são vistos de fora por você né? (Trecho de entrevista realizada com Aminata, 2021)

Por fim, temos a comunidade que tem relação direta com as discussões sobre racialidades, ligada às discussões raciais ao longo da formação, com destaque principalmente para a formação e discussão em torno dos movimentos sociais. Para uma melhor visualização das comunidades do grafo de modularidade, foi aplicado o *Circle Pack Layout*³⁴, que tem a finalidade de agrupar as comunidades, além de destacar a principal categoria, pois os nós das categorias estão ordenados por grau ponderado. Essa visualização pode ser vista no Grafo 19.

³⁴ Ver definição no Glossário.

GRAFO 19 – Rede unimodal de categorias por comunidades em *Circle Pack Layout* com modularidade 1.0



Fonte: Dados coletados em entrevista, 2021. Organização própria.

Nesse grafo fica evidente a separação em comunidades, sendo que a maior comunidade está na ‘discussão positiva’, mostrando que por mais que haja situações de racismo, as/os entrevistadas/os refletem a positividade do debate, principalmente a que tiveram dentro dos coletivos negros e do movimento social. Essa comunidade em azul também nos apresenta a categoria ‘qualificação com dificuldades’, que reflete as dificuldades enfrentadas durante o período de formação, como já mencionado, as situações de preconceito e racismo. Essa categoria tem relação também com o não aceite da temática como tema a ser pesquisado, além de não aceitar as referências utilizadas para o debate das racialidades, demonstrando as situações de epistemicídio de temáticas e sujeitos, como também de referenciais. Este fato se assemelha aos falsos complexos de superioridade, inferioridade e dependência que a branquitude inventa (FANON, 2008 [1952]). O branco representaria as falas autorizadas, universais e um ser criado para ser chefe. Já os negros não são apenas o polo oposto, ou seja, o símbolo da inferioridade, das falas sem prestígio e desautorizadas, mas também, seres dependentes, tutelados e que só ganham importância quando um branco reconhece (FANON, 2008 [1952]). Esse caso, pode ser observado nos

seguintes trechos, que mostram a dificuldade no aceite das discussões das racialidades:

Eu mando o meu projeto para um professor para ele dar uma olhada, e ele manda a seguinte mensagem no *WhatsApp*: as suas referências estão muito amplas e coloca entre parênteses (existe um africano, existem escritores martinicanos e existe até um indiano nas suas referências). Aí dentro daquela discussão que a gente já teve aqui agora, da Geografia do Racismo e de um racismo geográfico, ele coloca que minhas referências estavam muito amplas, mas ele fecha parentes com a nacionalidade ou mesmo a localização geográfica das pessoas né. [...] Depois eles implicavam porque não conheciam as minhas referências, eles diziam que eu estava inventando escritores, escritores que eles não conheciam (Trecho de entrevista realizada com Aminata, 2021)

Eu recebo pareceres de artigos, pareceres de projetos que assim, são absolutamente escabrosos (risos) enfim, ridículos, para mim não tem outro termo. Pareceres que mostram que tem uma parte importante da nossa comunidade acadêmica que ainda não aceitam essas inscrições, que não tem acumulo sobre essas discussões, mas se considera em condições de julgar né, uma produção a respeito disso. Eu já recebi pareceres dizendo, por exemplo, um parecer de projeto do CNPq, que dizia: ah, mas seu projeto fala só sobre o racismo, sofrido pelos negros, mas ignoram o fato de em nosso país os mais discriminados são os mulatos. Estava escrito textualmente num parecer de um projeto dado por um professor ou uma professora com doutorado, com bolsa de produtividade, usando o termo mulato que não é uma categoria classificatória reconhecida pela literatura sobre relações raciais, é uma categoria classificatória que pode ser usado no senso comum, mas não (Trecho de entrevista realizado com Akin, 2021)

Esse último trecho mostra que as pesquisas não são aceitas na academia, refletindo em publicações com pareceres racistas e que expressam o epistemicídio das temáticas raciais (CARNEIRO, 2005). Essa resistência da Geografia leva pesquisadoras/es a publicarem em outras áreas, fora da Geografia, pois há uma maior aceitabilidade nessas discussões. Ressaltemos que os primeiros textos apresentando debates explícitos sobre as Geografias Negras aparecem em revistas fora da Geografia³⁵. Dessa forma, a produção de barreiras para as discussões sobre as racialidades é demonstrada tanto em pareceres racistas, como a pouca produção na Geografia, sendo esta temática identificada em somente 1,8% de artigos publicados nas revistas brasileiras de Geografia.

Cabe destacar também que a categoria ‘discussão positiva’ tem relação também com a categoria ‘discussão positiva outras áreas’, que mostra que o debate das racialidades foi buscado a partir de outras disciplinas e outras áreas do

³⁵ Temos como exemplo, a Revista da ABPN, com a Edição Especial – Caderno Temático “Geografias Negras”, disponível em: < <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/38>>.

conhecimento, ou seja, fora da Geografia. Isso demonstra o que Silva (2009a) chama a atenção, de que a Ciência geográfica nega e questiona o debate das racialidades, bem como de gênero e sexualidade. Esse cenário está exposto em não questionar as relações de poder na sociedade, pois as situações de opressão estão presentes nas diferentes áreas da Geografia, mas não são questionadas. Diante disso, os entrevistados externam uma falta de questionamento das questões raciais em temas que são hegemônicos na Geografia, como a Geografia Urbana, que se exime de discutir essas relações.

A gente precisa lembrar que existe uma multidimensionalidade do racismo, acho que essa produção científica, ela precisa ter rebatimento nos campos disciplinares. [...] É pegar a discussão sobre a questão racial que está sendo debatida sobre o ensino, por exemplo, ações afirmativas, e discutir por exemplo o ensino de Geografia, discutir a Geografia Urbana, discutir a Geografia e Planejamento, o debate sobre o sistema mundo colonial, a colonialidade do poder, discutir a Organização do Espaço Mundial, discutir Geografia Política, discutir Geopolítica. A Geopolítica tem a questão da raça como centro, então isso ainda precisa gerar rebatimento, ou seja, esses debates precisam gerar rebatimento nos subcampos da Geografia (Trecho de entrevista realizado com Obi, 2021)

Diante de tudo isso, fica evidente que a Geografia, com sua forte influência do eurocentrismo (SILVA, 2009a), nega as discussões das racialidades, e tem dificuldades de aceita-las como tema a ser pesquisado. Com isso, as reflexões em torno da trajetória das pessoas entrevistadas são sempre de disputa e luta para o aceite e do debate das questões raciais, mesmo fora da Ciência geográfica, ainda que produzindo conhecimento científico para a Geografia. São perceptíveis os inúmeros enfrentamentos para se trabalhar e estar nos espaços das instituições de ensino, que muitas vezes são estereotipados e não os reconhecem como pertencentes àqueles espaços, como demonstra o seguinte trecho;

Eu percebo também ao longo da minha trajetória, uma dificuldade até mesmo de adentrar em algumas instituições, nos concursos públicos, eu vejo que há um certo preterimento talvez do candidato negro, da candidata negra. Já passei por situações assim em concurso público e não gosto muito de falar sobre essa experiência, mas percebo que as vezes, a minha qualificação acadêmica nunca foi suficiente para que eu consegui um cargo como professora de uma instituição pública, porque em alguns outros concursos que eu fiz, mesmo sendo a candidata mais qualificada, com as maiores notas eu não consegui entrar nesse espaço, então eu percebo que a raça está muito forte nesse âmbito, principalmente em situações como essa (Trecho de entrevista realizada com Ashia, 2021)

As situações enfrentadas por estas/es pesquisadoras/es são diversas, mas sempre com o intuito de negar esses espaços para pessoas negras ou mesmo reduzi-las a pessoas militantes e que só trabalham sobre as questões raciais, estipulando como requisito obrigatório de pessoas negras falar sobre as racialidades. Essa redução leva aos questionamentos que Bento (2002) e Cardoso (2008) fazem, do não reconhecimento das pessoas brancas como racializadas, ou seja, os sujeitos brancos não se reconhecem como raça e assim se ausentam da discussão, deixando para as pessoas negras esse debate, o que é chamado por muitos como militância (GUIMARÃES, 2015).

É evidente que o debate das racialidades ainda é pouco aceito como horizonte de pesquisa, como também as situações de preconceito e racismo sofridas por pessoas negras nestes espaços. Mas também devem ser destacadas a aliança e a junção de pesquisadores e pesquisadoras, formando redes de apoio para questionar as relações de poder e se juntar para fortalecer o debate na Geografia. Esse fortalecimento enquanto conjunto leva a maiores redes de solidariedade e apoio, algo facilitado nos dias atuais pela tecnologia. Essa rede de apoio de pesquisadoras/es permite que o debate das racialidades ganhe mais força dentro da Geografia:

A questão é a gente encontrar essa outra pessoa para dialogar, que, às vezes, a gente não encontra né. E eu acho que nesse momento eu encontrei muitas pessoas que estão pensando como eu a Geografia, e essa Geografia contemporânea [...] Então, eu acho que nós estamos tendo na Geografia hoje, uma explosão, porque geógrafos e geógrafas negros se encontraram, então a partir do momento que nós nos encontramos, o que nós estamos fazendo, produzindo dossiês com textos negros, produzindo encontros, produzindo seminários, sabe, então a gente começou a ter uma visibilidade (Trecho de entrevista realizada com Aminata, 2021)

Dessa forma, o debate das racialidades na Geografia ainda sofre por resistências e situações de violências dentro dos espaços de instituições de ensino superior. Isso deixa explícito as relações de poder na Ciência geográfica e como a temática racial é desconsiderada, sendo reduzida a militância (GUIMARÃES, 2015) e/ou sofrendo o apagamento, ou seja, o epistemicídio (CARNEIRO, 2005).

Este capítulo analisou o perfil das autorias, bem como os limites e resistências enfrentados pelas pessoas que produzem no campo das racialidades, tendo como base os artigos das revistas da área de Geografia no Brasil. Quando tomada em conjunto, pode-se dizer que há um equilíbrio entre homens e mulheres na produção de artigos científicos que elaboram discussões em torno das racialidades. Contudo, a

hegemonia é masculina quando se analisa a frequência de produção de artigos. Isso significa que as mulheres constituem um conjunto importante de força produtiva nesse campo, mas não conseguem destaque porque publicam poucos artigos científicos e a captação de poder de produção na área é dos homens. Isso evidencia que o campo das racialidades é predominantemente masculino em termos de escolhas temáticas e direcionamento do campo. Isso pode ser evidenciado também pelo pouco protagonismo feminino em termos de referências intelectuais que foram citadas pelos homens e mulheres que pesquisam nesse campo. Por fim, analisamos também os limites e resistências da produção de conhecimento das questões raciais na Geografia, por meio de entrevistas com pesquisadores e pesquisadoras que compuseram o Grupo de Geógrafos Negros no ENANPEGE de 2019. Com isso, o campo das racialidades na Geografia brasileira ainda encontra muita resistência, com situações de racismo e não aceite das temáticas, como evidenciado nas categorias. No entanto, destaca também a importância da família e da educação para a trajetória das pessoas entrevistadas, fator com papel central para sua formação. Outro fator importante é a discussão das questões raciais ao longo da formação, com centralidade principalmente nos movimentos sociais, visto que no currículo formal essa discussão não se fez presente. Diante de tudo isso, é notório que o debate das racialidades na Geografia, ainda que negado como temática de pesquisa, é fortemente marcado pelas relações de poder, e que encontra em redes de apoio dos pesquisadores e pesquisadoras um direcionamento para reverter esse sistema de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como fio condutor a compreensão da produção científica de pesquisadoras/es negras/os no campo das racialidades na Geografia brasileira. O processo de pesquisa evidenciou as especificidades temporais e espaciais dessa produção em periódicos *online*, como também trouxe os temas, pessoas e instituições que se destacam na produção de conhecimento em torno das questões raciais, problematizando as relações de poder que envolvem as pesquisas e pesquisadoras/es na proposição científica e trabalho com a temática na Geografia brasileira.

O debate das racialidades na Geografia, por muito tempo, esteve voltado a uma visão de hierarquização e inferiorização de determinados sujeitos, não considerados como o padrão moderno, ou seja, o homem branco, heterossexual e cristão. Essa inferiorização é também um processo de desumanização dessas pessoas, não considerando-as humanas.

A produção de uma desumanização de sujeitos fez com que a Ciência e a Geografia tivessem uma estruturação com base nessa hierarquização humana, afetando tanto socialmente, como também, a produção científica que criticava essas relações de poder. Isso tem relação diretamente com a produção científica, que faz com que os estudos sobre as racialidades estejam pautadas em uma racialização do outro, ou seja, o branco não se vê como racializado, conseqüentemente não percebe as vantagens sociais adquiridas ao longo do tempo. Dessa forma, a Ciência produziu conhecimento, por muito tempo, nas racialidades não brancas.

Nesta pesquisa, o enfoque ocorreu em identificar a temporalidade e a espacialidade do debate das racialidades na produção de artigos científicos em periódicos nacionais de Geografia, sendo que essa produção corresponde somente a 1,8% da produção nacional nesse formato. Isso mostra que de um universo de 25.437 artigos, somente 452 tem relação direta com as questões raciais ao longo de uma história de 80 anos de produção no Brasil. Assim, esta pesquisa demonstrou que temos uma baixa produção científica sobre as questões raciais, apesar de um desenvolvimento recente. Esse aumento da produção se dá especificamente após os anos 2000, o que leva a uma reflexão em torno do momento histórico do país, principalmente com as discussões em torno de políticas públicas para as pessoas negras, como o acesso ao ensino superior pelas cotas e da criação da Lei

10.639/2003, que torna obrigatório o trabalho com a cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Além disso, em 2001 ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, fazendo com que houvesse uma maior discussão em torno das questões raciais, tanto em organizações sociais, como também no Governo Federal, se posicionando contra as situações de racismo e discriminação no país.

Esses marcos para o debate das racialidades no Brasil fizeram com que mais pessoas negras e indígenas tivessem acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, à pós-graduação, pois uma grande taxa de estudos sobre a temática tem relação com pessoas que vivenciam situações de inferiorização e de racismo. Dessa forma, a produção científica sobre a temática tem um crescimento após esse período, principalmente após 2010, que corresponde a 86% de toda a produção sobre as questões raciais na Geografia nacional. A pesquisa evidenciou também que temos uma produção sobre a temática, considerando os estratos de qualificação, com uma maior concentração no estrato B2, com 27% da produção. Quando evidenciado em conjunto os estratos A1 e A2, melhor qualificados e com maior prestígio, temos um total de 27%, a mesma quantidade do estrato B2. Mas, quando analisados os estratos considerados como produção qualificada, a partir dos documentos disponibilizados para avaliação dos programas de pós-graduação, como também os documentos para avaliar propostas de novos cursos, sendo o documento de Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN), que considera apenas os estratos acima do B1, temos um total de 216 artigos, sendo 48% da produção das racialidades considerada como qualificada, quase a metade de toda produção. Porém, nesse cenário, temos 52% da produção considerada como não qualificada, por estar nos estratos menos qualificados, ou seja, um pouco mais da metade das publicações está nos estratos sem prestígio acadêmico.

Importante destacar aqui a dinâmica espacial da produção, ao qual tem uma maior concentração na região Sudeste, o que corresponde a um total de 35% da produção. Cabe ressaltar que essa região tem o maior número de programas de pós-graduação, o que eleva a produção científica. Em segundo lugar temos a região Sul, com um total de 18% de artigos, seguido da região Centro-Oeste, com 16%. Cabe ainda destacar que entre as instituições com maior número de artigos está a Universidade Federal de Goiás, com 47 artigos de pesquisadoras/es ligadas a essa instituição, permitindo identificar que a região Centro-Oeste figura como uma das

principais regiões na produção sobre as racialidades, muito por conta de a UFG ser a instituição com o maior número de produções. Já em segundo lugar temos a Universidade de São Paulo, com um total de 41 artigos, seguida da UFMG, UEPG e UFC, com 31, 29 e 27 artigos respectivamente.

Na sequência, com o intuito de identificar os temas que compõem essa produção sobre as racialidades, a análise dos artigos por meio da elaboração das redes de palavras-chave permitiu identificar como principal enfoque as questões relacionadas às comunidades quilombolas e indígenas, tanto pelo conflito no território, como a manutenção da cultura. Com isso, é possível identificar que o campo das racialidades na Geografia foi construído com base nas lutas pelo território das comunidades tradicionais, pois revela que os principais sujeitos estão relacionados a essas comunidades, com destaque, principalmente, para comunidades quilombolas e indígenas, sendo o grupo de sujeitos mais presente nos artigos. Essa característica, mostra que o debate das racialidades na Geografia tem forte relação com a identificação e regularização fundiária das comunidades indígenas e quilombolas, realizada pelo Governo Federal no início dos anos 2000, na qual as/os pesquisadoras/es tiveram papel fundamental para a elaboração dos relatórios antropológicos, o que levou a construção de pesquisas a partir da necessidade de regularização.

Nesse mesmo aspecto sobre os grupos de sujeitos, é perceptível que os grupos de sujeitos que estão compondo a discussão das racialidades na Geografia tem pouca reflexão quanto a grupos brancos, estando presente na discussão de somente nove trabalhos. Com isso, é possível dizer que o debate de branquitude e branquidade é pouco realizado, não se questionando as relações de poder e as vantagens raciais adquiridas ao longo do tempo. Já em relação as pessoas negras como sujeitos de pesquisa, houve um total de 51 artigos, configurando como o terceiro maior grupo. Isso mostra, que os artigos que tratam das relações de poder, combate ao racismo e ao sistema de opressão é desenvolvido menos que as questões quilombolas e indígenas, não sendo um debate central.

Visando a identificação das/os pesquisadoras/es na produção de artigos relacionados às racialidades, temos como principal autor o professor Alex Ratts (UFG), como a pessoa que mais produz na Geografia, responsável pela autoria de um total de 14 artigos. A centralidade desse pesquisador é tamanha que na segunda colocação, que é dividida em quatro pessoas, cada um possui seis publicações, sendo

eles: Adnilson de Almeida Silva (UNIR), Cicilian Luiza Löwen Sahr (UEPG), Luís Fernando da Silva Laroque (UNIVATES) e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (UnB). Cabe ressaltar, que dentre as 10 pessoas mais produtivas constam apenas duas mulheres, ambas brancas. Com isso, por mais que haja uma leve vantagem de autorias masculinas, sendo 52% e feminina 48%, quando analisadas as autorias mais produtivas fica evidente que a maioria é masculina, como descrito anteriormente.

Por fim, a pesquisa evidenciou os limites e resistências de pesquisadoras/es negras/os em proposições científicas, sobre as racialidades na Geografia. Para isso, se levou em consideração o grupo de geógrafas/os negras/os que compuseram o ENANPEGE de 2019. As entrevistas realizadas com essas pessoas evidenciaram a dificuldade em proposição científica das questões raciais, bem como o cenário da trajetória dessas pessoas, com situações de racismo e preconceito, tanto pessoal, como também científico. Para além disso, essas/es pesquisadoras/es mostram a importância da discussão das racialidades, principalmente relacionada aos movimentos sociais, sendo um local de acolhimento, mas também de formação política e social em torno das questões raciais. Isso reflete na formação dessas pessoas, que em muitos casos não tem acesso à discussão racial no currículo dos cursos de graduação e pós-graduação. A pesquisa também revelou a importância da família na trajetória dessas/es pesquisadoras/es, como suporte emocional e financeiro, mas também de cuidado e afeto para as situações de racismo do cotidiano. Os casos relacionados ao racismo na academia estão diretamente relacionados ao não aceite da discussão das questões raciais, bem como de referências, interferindo diretamente na construção de pesquisas.

Com tudo isso, fica evidente que campo das racialidades na Geografia tem dado pouco espaço para pesquisadoras/es que estão interessados em questionar as relações de poder, sendo que as produções referentes a essa temática são desconsideradas e até mesmo rejeitadas na Geografia em publicações de artigos.

Portanto, a Geografia tem pouco se interessado em discutir as racialidades em se tratando de artigos científicos, negando essa temática como pertencente à Ciência geográfica. Isso leva a disputas dentro do campo científico, em busca de espaços para a publicação de pesquisas referentes à temática, como também de pesquisadoras/es que precisam buscar adentrar o espaço da produção acadêmica. Com tudo isso, fica evidente que a Geografia ainda nega determinadas temáticas e sujeitos, considerando

como não científicos ou até mesmo militância, ocorrendo o processo de epistemicídio (CARNEIRO, 2005).

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciana. **Significados de ser branco – a brancura no corpo e para além dele**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. São Paulo.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, p. 89-117, maio-agosto de 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul.-set. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra. Coimbra.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 169-186.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 1ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978 [1950].

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **“Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013”**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **“Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro”**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Relações de gênero e a Revista Brasileira de Geografia: expressões da tradição geográfica nacional (1939-2005). **GEOUSP**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 366 – 379, mai/ago 2018.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1980 – 1930)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnica-racial na Geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da Anpege**, v. 10, n. 13, p. 29-58, 2014.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: Teoria Social, Anti-racismo, Cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CRUZ, Valter Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter Carmo, OLIVEIRA, Denílson Araújo de. **Geografia e giro decolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. P. 15-36.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A volta dos periódicos. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 119-134, out. 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRUCHTERMAN, Thomas M.; REINGOLD, Edward M. Graph Drawing by Force-directed Placement. **Software- Practice and Experience**, vol.21, nov.1991. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/spe.4380211102>. Acessado em 20/04/2021.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de janeiro**: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

HIGGINS, Silvio Salej; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. **Análise de redes em Ciências Sociais**. Brasília: Enap, 2018.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais eurocêntricos. In: **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina, Colección Sur Sur, 2005. P. 8-23.

MALACHIAS, Antônio Carlos. **“Geografia e Relações Raciais**: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco”. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018 [2013].

MCDOWELL, Linda. Doing Gender: Feminism, Feminists and Research Methods in Human Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers Transactions**. Vol.17(4), 1992 p.399-416.

MEDEIROS, Jean Maicon Rickes; MARQUEZ, Allan Cancian; REIS, Nelson Aloysio; GONÇALVES, Bianca Bortolon. **Oficina Gephi**: Mapeando e analisando a vida das redes sociais. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/1174182/mod_resource/content/1/Apostila%20Oficina%20Gephi.pdf>. Acessado em: 10/06/2022.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Descente**: Um Discurso sobre as Ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones 153pistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización. **GEOgraphia**, v. 7 n. 13, Niterói, 2005.

MILLS, Charles Wade. **The Racial Contract**. Ithaca: Cornell University, 1997.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOREIRA, Camila. Branquitude é braquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, p. 73-87, 2014.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-africanismo na América do Sul**: emergência de uma rebelião negra. Petrópolis: Ipeafro / Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Denilson Araujo de. **Territorialidades no Mundo Globalizado**: outras leituras de Cidade a partir da cultura Hip Hop. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense. Niterói.

OLIVEIRA, Denilson Araujo de. **Por uma Geografia das Relações Raciais**: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

OLIVEIRA, Denilson Araujo. Leituras geográficas e fanonianas do racismo, do trauma e da violência psíquica: alguns apontamentos teóricos. In: PASSOS, Rachel Gouveia; MAGNO, Patrícia Carlos (orgs.) Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020a.

OLIVEIRA, Denilson Araujo. Questões acerca do genocídio negro no Brasil. **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”, p. 312-335, 2020b.

OLIVEIRA, Denilson Araujo. A questão racial brasileira: apontamentos teóricos para compreensão do genocídio negro. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 34, p.73-98, set.-nov. 2020c.

PINTO, Vagner André Moraes. **Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

PINTO, Vagner André Moraes; SILVA, Joseli Maria; JUNCKES, Ivan Jairo. Hegemonias temáticas, conceituais e de atores da Geografia: O caso da Revista da ANPEGE no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 17, nº. 32, p. 65-82, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, Valter Carmo, OLIVEIRA, Denilson Araújo de. **Geografia e giro decolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. P. 37-54.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina, Colección Sur Sur, 2005. P. 107-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. P. 73-118.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 [1957].

RATTS, Alex. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, jan./jun., 2010, p. 125-140.

RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **NGUZU: revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 1, p. 28-39, 2011.

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in Human Geography**. 21(3), 1997, p. 305-320.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Mariza Fernandes dos. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Geografia no Brasil (1987-2018). **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – *Caderno Temático: “Geografias Negras”*, p. 54-77, 2020.

SANTOS, Mariza Fernandes dos. **A Geografia e a questão racial: a produção de geógrafos/as negros/as brasileiros/as (1987-2018)**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

SANTOS, Neuza Souza. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em ascensão social. Graal, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1983.

SANTOS, Renato Emerson. **Agenda e agências**: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. 2006. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense. Niterói.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: O negro na Geografia do Brasil. 3. Ed., ver. Ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. P. 21-40.

SANTOS, Renato Emerson dos. O movimento negro brasileiro e sua luta antirracismo: por uma perspectiva decolonial. In: CRUZ, Valter Carmo, OLIVEIRA, Denílson Araújo de. **Geografia e giro decolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. P. 57-75.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília.

SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria Silva. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132 – 154, jan./jul. 2016.

SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a, p. 55-92.

SILVA, Joseli Maria Silva. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b, p. 25-54.

SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose, CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. In: Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior (Eds.). **Diálogos Ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017, p. 11-30.

SILVA, Joseli Maria *et al.* Corpos e marcadores de desigualdades na análise geográfica: gênero, sexualidade e racialidade. In: COSTA, Carmem Lúcia (org.) **Gênero e diversidade na escola, espaço e diferença**: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. 68-82. Disponível em: <<https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/index.html>>. Acessado em: 20/12/2021.

SILVA, Priscila Elisabete da. Contribuições aos estudos da branquitude no branquitude Brasil: e ensino superior. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, p. 08-29, 2014.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTIS, Alex. Escritas e inscrições de geógrafas negras. In: Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior (Eds.). **Diálogos Ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017, p. 151-166.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Rumos e rumores da pós-graduação e da pesquisa em Geografia no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 3. N. 03, p. 11-19, jul. 2007.

WILLIAMS, David R.; PRIEST, Naomi. Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 124-174, set./dez. 2015.

YANCY, George. **Look, a White!**: philosophical essays on whiteness. Philadelphia, Pennsylvania: Temple University, 2012.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS DA TEORIA DAS REDES SOCIAIS

Arestas	São as conexões, as ligações entre os nós da rede (MEDEIROS, et al., 2016).
Grau ponderado	Também pode ser chamada de centralidade de grau ponderado, é semelhante a centralidade de grau, mas para calcular seu peso, utiliza o peso do nó, mas também o peso das arestas (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
Centralidade de intermediação	A centralidade de intermediação está relacionada na quantidade de atalhos que passam por determinado nó, ou seja, o caminho mais curto, podendo permitir ou bloquear ligações (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
Centralidade de proximidade	É a capacidade de influência do nó, a partir da distância mínima para atingir o maior número de ligações com outros nós (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
Centralidade de proximidade harmônica	Consiste da mesma base da centralidade de proximidade, o que difere é a centralidade de proximidade harmônica mede a 'média' de proximidade entre os nós (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
Circle Pack Layout	É uma forma de visualização da rede, que tem como base separar de forma circular e hierárquica, as comunidades da rede.
Densidade de grafo	Corresponde as conectividades da rede, ao qual mostra a proporção das relações estabelecidas (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
Excentricidade	Corresponde à distância de um nó até o nó mais distante encontrado na rede (MEDEIROS, et al., 2016).
Grafo	É a representação gráfica de uma rede, demonstrando os nós e as ligações (arestas), com auxílio de <i>softwares</i> , como o <i>Gephi</i> (MEDEIROS, et al., 2016).
Grau	Também pode ser chamada de centralidade de grau, corresponde ao peso do nó de acordo com as conexões (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
Layout Fruchterman-Reingold	É uma forma de projetar uma rede, em que o <i>layout Fruchterman-Reingold</i> distribui os nós em espaço circular/esférico, alocando os hubs do centro para a periferia e minimizando a interposição de arestas (FRUCHTERMAN et all, 1991).
Layout Network Splitter 3D	É uma forma de visualização da rede, que permite produzir hierarquia entre os nós, a partir do peso dos nós por grau ponderado, produzindo uma topologia.
Meta-relações	São ligações estabelecidas nas redes unimodais, a partir da supressão de um tipo de nó da rede bimodal e estabelecendo novas ligações, por compartilhar uma

	conexão com o nó suprimido na rede unimodal (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
Modularidade 1.0	Consiste na resolução de 1.0 da modularidade, sendo a resolução de referência.
Modularidade 1.5	Consiste em uma resolução de 1.5 da modularidade, ao qual gera uma quantidade menor de comunidades, tendo como referência a resolução 1.0.
Modularidade	Também chamada de modularidade de classe, corresponde a utilização do algoritmo da modularidade que define cluster, que são os conjuntos de nós fortemente conectados, a qual forma comunidades a partir das conexões mais fortes (MEDEIROS, et al., 2016).
Projeção multimodal	É um recurso que permite a transformação de uma rede de dois modos ou dois tipos de nós (rede bimodal) em uma rede de um só modo (rede unimodal).
Radial Axis Layout	É uma forma de visualização da rede, que permite agrupar os nós em comunidades formando eixos, organizando a parte central com os nós de maior peso de grau ponderado.
Rede bimodal	São as redes iniciais que apresentam dois tipos de nós, por exemplo, os nós de artigos e nós de palavras-chave, correspondendo a dois nós em uma rede (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
Rede unimodal	São as redes que são convertidas, a partir da rede bimodal, para um único tipo de nó, suprimindo um tipo de nó e estabelecendo ligações e meta-relações entre os nós evidenciados (HIGGINS E RIBEIRO, 2018).
Topologia ou rede topológica	Consiste na visualização e na elaboração de rede por meio de hierarquização dos nós.

APÊNDICE A ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação da pessoa

- Nome fictício:
- Idade:
- Gênero/sexualidade que se identifica:
- Cidade natal:
- Histórico familiar:
- Formação família:
- Local de moradia:
- Nível de formação atual:
- Qualificação educacional:
- Instituição que trabalha:
- Enquadramento funcional:

Desenvolvimento do objeto

- As questões raciais foram abordadas durante a sua formação na graduação? No mestrado? No doutorado?
- As questões raciais foram pensadas como realidade a ser estudada na sua formação, ou nem ao menos era um questionamento seu?
- Você pode falar sobre suas experiências acadêmicas na abordagem de temas que envolvam raça / racismo na geografia?
- Você pode relatar suas experiências na publicação de artigos e proposição de projetos científicos sobre as questões raciais?
- Como você vê a sua produção científica para o combate do racismo?
- Como você avalia a emergência das geografias das racialidades no Brasil?
- Você acha que o despertar acadêmico para o combate ao racismo tem ligação com os movimentos sociais?
- Você teve contato com outras pessoas racializadas durante a sua formação? Como colegas estudantes / professores / chefias?
- Você acha que sua formação nos diferentes níveis acadêmicos foi influenciada pela racialidade?
- Sua área principal de pesquisa tem inter-relação com racialidades? Porque?

Fale livremente sobre um aspecto importante que a entrevista trouxe sobre a questão racial na ciência